



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE) / DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS
GEOGRÁFICAS (DCG) - DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO (DAU)

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL – FASE/ PERNAMBUCO

OBSERVATÓRIO PERNAMBUCO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS SÓCIO-AMBIENTAIS (UFPE/FASE)

COMO ANDA A REGIÃO METROPOLITNA DO RECIFE

Setembro, 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Prof. Amaro Lins - Magnífico Reitor

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS

Prof. Cláudio Castilho – Chefe do Departamento

DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Prof. Ney Dantas – Chefe do Departamento

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL – FASE/ PERNAMBUCO

Evanildo Barbosa – Coordenador

OBSERVATÓRIO PERNAMBUCO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS SÓCIO-AMBIENTAIS (UFPE/FASE)

Prof^a Maria Angela de Almeida Souza – Coordenadora

Equipe Responsável

- **JAN BITOUN**

*Doutor em Geografia Humana e Organização do Espaço pela Universidade de Paris I.
Professor Adjunto I do Departamento de Geografia da UFPE, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia.*

- **LÍVIA MIRANDA**

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE
Educadora da FASE-Pernambuco.*

- **MARIA ÂNGELA SOUZA (COORDENADORA)**

*Doutora em História- Urbana – UFPE
Prof.^a Adjunta II do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE e Coordenadora do Observatório PE*

Consultora

- **MARIA REJANE DE BRITTO LYRA**

Doutora em Demografia pela Universidade de Campinas.

Apoio Técnico

- **AMÍRIA BRASIL**

Arquiteta da Universidade Federal do Ceará - UFCE.

- **ANA JOSEPHA WOLF**

Graduanda do Curso de Geografia pela Freie Universität Berlin.

Bolsista

- **AILSON BARBOSA DA SILVA**

Graduando do Curso de Geografia da FUNESO

APRESENTAÇÃO

Este trabalho se insere no âmbito do Projeto *ANÁLISE DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL*, desenvolvido pelo OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, em 2005, em atenção à demanda do Ministério das Cidades, cujo objetivo central era fornecer subsídios à formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, assim como à realização da Conferência Nacional das Cidades. Cumpre, assim, um contrato firmado entre o Ministério das Cidades e a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), na qualidade de representante legal do conjunto de instituições integrantes da rede Observatório das Metrôpoles.

Apresenta uma caracterização da Região Metropolitana do Recife, compondo um conjunto de estudos desenvolvidos por mais dez aglomerações metropolitanas brasileiras – Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Natal, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo – e uma aglomeração urbana, Maringá.

Este estudo específico sobre a Região Metropolitana do Recife foi desenvolvido no OBSERVATÓRIO PERNAMBUCO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS SÓCIO-AMBIENTAIS – núcleo de pesquisa e de extensão que integra por convênio o Departamento de Geografia / Programa de Pós-Graduação em Geografia, onde fica sediado o núcleo, o Departamento de Arquitetura e Urbanismo/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco e a Organização Não Governamental FASE – Solidariedade e Educação, Núcleo Pernambuco.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....
LISTA DE TABELAS E QUADROS.....
LISTA DE MAPAS.....
LISTA DE FIGURAS.....
SIGLAS E ABREVIACÕES.....
INTRODUÇÃO.....
1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE
1.1 CONFIGURAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO METROPOLITANO.....
1.1.1 O Quadro Histórico e Institucional
1.1.2 Características Físico-ambientais.....
1.1.3 A Integração dos Municípios ao Pólo Metropolitano.....
1.2 CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS.....
1.2.1 Características demográficas.....
1.2.2 Condição social da metrópole.....
1.2.3 Estrutura ocupacional e mercado de trabalho urbano.....
1.3 INFRA-ESTRUTURA URBANA: INDICADORES DE RISCO E DESIGUALDADE SÓCIO-AMBIENTAL.....
2 DIAGNÓSTICO SÓCIO-URBANO DA ÁREA METROPOLITANA.....
2.1 OCUPAÇÃO, RENDA E DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL.....
2.1.1 Tipologia Sócio-Ocupacional em 2000.....
2.1.2 Ocupação e Renda.....
2.2 DEMOGRAFIA.....
2.2.1 Dinâmica de Crescimento Populacional.....
2.2.2 Componentes da Dinâmica Demográfica.....
2.2.3 Análise Demográfica Intraurbana.....

2.3	EDUCAÇÃO.....
2.3.1	Analfabetismo.....
2.3.2	Frequência Escolar e Adequação Idade/Série.....
2.4	MORADIA.....
2.4.1	Condições de Moradia.....
2.4.2	Padrões de Conforto Domiciliar.....
2.4.3	Necessidades Habitacionais.....
2.5	MOBILIDADE E TRANSPORTES.....
2.5.1	Movimento Pendular.....
2.5.2	Transporte Coletivo Intrametropolitano.....
2.6	INCIDÊNCIA DE HOMICÍDIOS.....
3	CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS METROPOLITANA E DE COOPERAÇÃO INTERMUNICÍPAIS .
3.1	QUADRO INSTITUCIONAL DA GESTÃO METROPOLITANA.....
3.2	INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO.....
3.2.1	Instrumentos de Planejamento e Gestão Metropolitanos.....
3.2.2	Instrumentos de Planejamento e Gestão dos Municípios Metropolitanos.....
3.3	AÇÕES DE COOPERAÇÃO ENTRE MUNICÍPIOS METROPOLITANOS.....
3.4	RERPRESENTAÇÃO EM CONSELHOS MUNICIPAIS NA RMR.....
3.4.1	A Emergência e a Disseminação dos Conselhos Municipais.....
3.4.2	A Composição dos Conselhos Municipais.....
3.4.3	A Cultura Cívica dos Conselheiros Municipais.....
4	DESEMPENHO FISCAL DOS MUNICÍPIOS METROPOLITNOS.....
4.1	INDICADORES DE RECEITA.....
4.2	INDICADORES DE DESPESA.....
4.3	INDICADORES DE INVESTIMENTOS E DE ENDIVIDAMENTO.....
	CON SIDERAÇÕES FINAIS.....
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....
	ANEXO.....

LISTA DE TABELAS E QUADROS

- Tabela 1.1 – População residente e incremento populacional da Região Metropolitana do Recife e dos municípios componentes segundo o nível de integração ao pólo metropolitano (1970-1980-1991-2000).....
- Tabela 1.2 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios da Região Metropolitana do Recife segundo níveis de integração ao pólo metropolitano (1991-2000).....
- Tabela 1.3 – Sistema viário por classificação funcional e por município segundo níveis de integração com o pólo metropolitano (2000).....
- Tabela 1.4 – Acesso dos domicílios permanentes à rede de água e esgoto dos municípios segundo o nível de integração ao pólo metropolitano (2000).....
- Tabela 1.5 - Serviços de limpeza urbana, coleta e destinação final do lixo dos municípios segundo níveis de integração ao pólo metropolitano (2000).....
- Tabela 1.6 - Aterros sanitários em processo de estudo/ implantação e/ou ampliação e melhoria nos municípios da RMR (2005).....
- Tabela 1.7 – Extensão das redes de macro e microdrenagem (2002).....
- Tabela 2.1 – Número de Áreas de Expansão de Dados da Amostra (AED) por municípios segundo níveis de integração ao pólo metropolitano (2000).....
- Tabela 2.2 – População economicamente ativa, população ocupada e taxa de ocupação por municípios segundo nível de integração ao pólo metropolitano (2000)....
- Tabela 2.2.1 – Distribuição absoluta e relativa da população ocupada segundo tipos socioocupacionais na RMR - 2000.....
- Tabela 2.2.2 – Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes – rendimento nominal mensal.....
- Tabela 2.2.3 – Perfil e índice de densidade relativa das categorias socioocupacionais segundo os tipos de áreas. Região Metropolitana do Recife.....
- Tabela 2.3 - População por faixa de renda familiar per capita por municípios segundo nível de integração ao pólo metropolitano (2000).....
- Tabela 2.4 – População residente, situação do domicílio, taxa de urbanização e taxa geométrica de crescimento por municípios segundo o nível de integração ao pólo metropolitano (1991-2000).....
- Tabela 2.5 – Área e densidade demográfica por municípios segundo o nível de integração ao pólo metropolitano (2000).....
- Tabela 2.6 – Taxa de fecundidade total e percentagem de mulheres de 10 a 14 anos e de 15 a 17 anos com filhos por municípios segundo o nível de integração ao pólo metropolitano (1991-2000)
- Tabela 2.7 – Longevidade e mortalidade: esperança de vida ao nascer, mortalidade até 1 ano de idade, mortalidade até 5 anos de idade probabilidade de sobrevivência até 40 e até 60 anos e índice de envelhecimento por municípios segundo o nível de integração ao pólo metropolitano (1991-2000)

Tabela 2.8 – População residente de 5 anos e mais de idade, imigrantes de data fixa, segundo a origem, por municípios segundo nível de integração ao pólo metropolitano (2000).....	
Tabela 2.9 – Pessoas de 15 anos e mais que não sabem ler por municípios segundo nível de integração ao pólo metropolitano (2000).....	
Tabela 2.10 – Municípios da Região Metropolitana de Recife por pessoas de 7 a 14 anos que freqüentam escola e série adequada segundo nível de integração ao pólo metropolitano (2000).....	
Tabela 2.11 – Domicílios segundo o acesso a bens por municípios segundo nível de integração ao pólo metropolitano (2000).....	
Tabela 2.12 – População residente 15 anos e mais de idade que trabalha ou estuda e pessoas que realizam movimento pendular por municípios segundo nível de integração ao pólo metropolitano (2000).....	
Tabela 2.13 – Deslocamentos segundo propósito de viagem e modalidade Região Metropolitana do Recife (1997).....	
Tabela 2.14 – Comportamento das taxas de vítimas de homicídios registrados pelo Ministério da Saúde por 100.000 habitantes por municípios segundo nível de integração do pólo metropolitano (1998 - 2002).....	
Tabela 3.1 – Conselhos municipais da Região Metropolitana do Recife por municípios segundo níveis de integração dos municípios ao pólo metropolitano (2002).....	
Tabela 4.1 – População e PIB per capita dos municípios da Região Metropolitana do Recife segundo nível de integração dos municípios ao pólo metropolitano.	
Tabela 4.2 – Produto Interno Bruto (PIB) per capita dos municípios da Região Metropolitana do Recife segundo nível de integração ao pólo metropolitano (1999-2002).....	
Tabela 4.3 – Indicadores de estrutura e vinculação da receita do município pólo e dos demais municípios da Região Metropolitana do Recife (2003) - Em %.....	
Tabela 4.4 – Indicadores da despesa do município pólo e dos demais municípios da Região Metropolitana do Recife (2003) -Em %.....	
Tabela 4.5 – Indicadores de endividamento e capacidade de investimento do município pólo e dos demais municípios da Região Metropolitana do Recife (2003) - Em %	
Tabela A.1 – Áreas de Expansão de Dados da Amostra – AED (2000).....	
Quadro 3.1 – Municípios que compõem a região (2006).....	
Quadro 3.2 – Leis e normas do parcelamento urbanístico e ambiental de referência para o planejamento e gestão da RMR (2005).....	
Quadro 3.3 - Levantamento das legislações urbanísticas vigentes nos municípios da Região Metropolitana do Recife. (2006).....	
Quadro 3.4 – Instrumentos urbanísticos dos municípios da RMR (2006).....	

LISTA DE CARTOGRAMAS

- Cartograma 1.1 – Níveis de Integração ao Pólo dos Municípios da Região Metropolitana do Recife (2000).....
- Cartograma 2.1 – Áreas de Expansão dos Dados da Amostra – AED. Região Metropolitana do Recife (2000).....
- Cartograma 2.2 – Categorias Sócio-Ocupacionais. Região Metropolitana do Recife (2000).....
- Cartograma 2.3 – Desocupados por AED. Região Metropolitana do Recife (2000).....
- Cartograma 2.4 – Renda Familiar Per Capita por AED. Região Metropolitana do Recife (2000).....
- Cartograma 2.5 - Densidade Populacional por AED. Região Metropolitana do Recife (2000).....
- Cartograma 2.6 - Imigrantes de Fora da Região Metropolitana do Recife por AED. (2000).....
- Cartograma 2.7 – Índice de Envelhecimento por AED. Região Metropolitana do Recife (2000).....
- Cartograma 2.8 – Negros e Pardos por AED. Região Metropolitana do Recife (2000)...
- Cartograma 2.9 – Analfabetismo Funcional por AED. Região Metropolitana do Recife (2000).....
- Cartograma 2.10 – Adequação Idade e Série (pessoas de 7 a 14 anos) por AED. Região Metropolitana do Recife (2000).....
- Cartograma 2.11 – Domicílios com Acesso a Todos os Bens de Uso Difundido por AED. Região Metropolitana do Recife (2000).....
- Cartograma 2.12 – Abastecimento de Água Inadequado por AED. Região Metropolitana do Recife (2000).....
- Cartograma 2.13 – Déficit Habitacional por AED. Região Metropolitana do Recife (2000).....
- Cartograma 2.14 – Percentual de Migrantes que Trabalham e Estudam em Outro Município por AED. Região Metropolitana do Recife (2000).....

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 – BRASIL. Grandes cidades.....	13
Figura 1.2 – Nordeste. Grandes cidades e concentração demográfica.....	13
Figura 1.3 – Desmembramentos e incorporação de municípios da RMRecife (1973-2005).....	15
Figura 1.4 – Esquema ilustrativo dos principais condicionantes ambientais da RMRecife	16
Figura 1.5 – Malha urbana da RMRecife.....	18
Figura 1.6 – Recife: Canal Derby-Tacaruna.....	32
Figura 1.7 – Paulista: Canal Jardim Paulista.....	32
Figura 1.8 – Recife: Subdimensionamento de canaletas em morro.....	33
Figura 1.9 – Recife: Área de risco por erosão em morro do Ibura.....	34
Figura 1.10 – Araçoiaba: Erosão por voçorocas.....	34
Figura 1.11 – Camaragibe: Assoreamento.....	34
Figura 1.12 – Recife: Proteção por lonas plásticas com falhas.....	35
Figura 1.13 – Camaragibe: Revestimento da encosta em argamassa sem tela.....	35
Figura 2.1 – Taxa de urbanização (Censo 2000 IBGE).....	46
Figura 2.2 – RM Recife e favelas.....	66

SIGLAS E ABREVIACÕES

CELPE – Companhia Energética de Pernambuco

COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento

CONDERME – Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife

CONDEPE – Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco

CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco

CNDU – Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano

DAU – Departamento de Arquitetura e Urbanismo

DCG – Departamento de Ciências Geográficas

EBTU – Empresa Brasileira de Transportes Urbanos

EMDEJA –

ELUME – Empresa Municipal de Iluminação Pública

EMLURB – Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana

FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional

FIAM – Fundação de Desenvolvimento Municipal

FIDEM – Fundação de Desenvolvimento Municipal

FNDU – Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano

FUNDERM – Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal

IDH – Índice de Desenvolvimento Urbano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Urbano Municipal

PDI/RMR – Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Recife

PDM – Plano de Desenvolvimento Metropolitano

PDT – Plano Diretor de Transportes

PGR – Plano Grande Recife

POT – Plano de Ordenamento Territorial

PPSH – Plano de Preservação de Sítios Históricos

SEDUPE – Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Pernambuco

SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UNIBASE – Projeto de Unificação das Bases Cadastrais

INTRODUÇÃO

O presente estudo apresenta um diagnóstico de aspectos da vida social no espaço metropolitano do Recife, visando caracterizar as desigualdades sociais e urbanas na escala intrametropolitana, focalizando áreas de concentração de segmentos da população que vive em situação de acúmulo de privações. Busca, também, uma avaliação do quadro institucional de gestão metropolitana, bem como dos municípios que compõem a região, identificando ações de cooperação intermunicipais nas políticas setoriais e apresentando indicadores do desempenho fiscal dos municípios da metrópole do Recife.

Compondo uma série de monografias sobre onze aglomerações metropolitanas brasileiras – Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo – e uma aglomeração urbana, Maringá, este estudo segue um roteiro metodológico comum às demais unidades metropolitanas, de modo que seus resultados possam oferecer suporte às análises particularizadas da metrópole recifense, mas, também, permitir uma leitura comparativa da posição desta metrópole diante do conjunto de aglomerações urbana/metropolitanas comparadas ao nível nacional.

Os estudos realizados se pautaram em três relatórios realizados no contexto do Projeto *ANÁLISE DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL*, desenvolvido pelo OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES – (i) Identificação dos Espaços Metropolitanos e Construção de Tipologias (OBSERVATÓRIO, 2005a), (ii) Tipologia Social e Identificação das Áreas Vulneráveis (OBSERVATÓRIO, 2005b), e (iii) Análise do Desempenho Fiscal dos Municípios das Áreas Metropolitanas (OBSERVATÓRIO, 2005c) – além de utilizarem uma base de dados, organizada por município e área de expansão da amostra do Censo 2000 – Desigualdades Intraurbanas nas Metrôpoles Brasileiras (OBSERVATÓRIO, 2005d).¹

As principais questões abordadas enfocam o processo de metropolização que avança e se diversifica, no contexto nacional e no contexto de cada metrópole. Aborda-se a dinâmica de crescimento demográfico, o processo de expansão das periferias, o distinto peso que apresentam os municípios metropolitanos no que se refere à participação na renda e na dinâmica da economia, além da caracterização de indicadores de exclusão – educação, moradia, mobilidade residencial, renda, violência, entre outros. O fenômeno metropolitano é focado na perspectiva da tendência à segmentação socioespacial, dados os evidentes espaços exclusivos das categorias sociais abastadas e o crescimento da diversidade da estrutura social e da complexidade de sua distribuição espacial.

¹ Esses produtos podem ser acessados na página *web* do Observatório das Metrôpoles (www.observatorio.tk).

Os indicadores de déficit e de inadequação de habitações da RMRecife destacam a região entre aquelas em que a problemática habitacional se apresenta bastante aguda, por registrar, ao lado das demais metrópoles do Nordeste e do Norte do país, as maiores médias dos indicadores de carências habitacionais, no contexto das variações regionais brasileiras, que são bastante significativas.

As evidências do aumento da importância institucional, demográfica e econômica das metrópoles brasileiras se somam à constatação da ampliação de problemas sociais que, também, estão nelas se concentrando e cujo aspecto mais evidente e dramático é a exacerbação da violência, que guarda fortes relações com os processos de segmentação sócio-territorial em curso.

Ao caracterizar as condições de desigualdade social em que se expande a Região Metropolitana do Recife, este estudo visa contribuir para o enfrentando de desafios que se colocam ao nível local, bem como ao nível nacional, envolvendo o desenvolvimento da região e do país, a superação das desigualdades socioespaciais e a governança democrática da sociedade.

1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

A Região Metropolitana do Recife – RMR situa-se no centro da faixa litorânea nordestina e integra as seis regiões metropolitanas brasileiras que, além daquelas que envolvem as megacidades de São Paulo e Rio de Janeiro, possuem população acima de três milhões de habitantes (Figura 1.1). Representa cerca de 3% da área do território pernambucano onde se insere, porém concentra 42% da população e mais da metade do PIB estadual, apresentando os melhores indicadores sociais e nível de escolaridade, bem como as maiores potencialidades e condições efetivas de crescimento do Estado de Pernambuco.

A metrópole do Recife constitui-se um espaço privilegiado da região Nordeste, tanto por sua localização em relação ao mercado mundial, quanto pela sua centralidade em relação às demais metrópoles do Nordeste – Salvador e Fortaleza – das quais dista cerca de 800 km. Polariza a maior faixa contínua de altas densidades populacionais da região nordestina, que se dispõe ao longo do litoral, desde a cidade de Natal até a de Aracajú e na hinterlândia próxima, envolvendo uma rede de mais de 120 cidades (Figura 1.2), o que a distingue das demais metrópoles nordestinas, que se inserem em regiões onde a população é mais dispersa e os centros urbanos são mais distantes uns dos outros, com exceção do entorno das respectivas regiões metropolitanas. (Recife, 1996)

Essa condição demográfica da RMR decorre do processo de colonização, instalado em torno da economia açucareira para exportação, no qual o porto do Recife consolidou-se como um pólo importante do comércio exterior. Com a decadência da economia nordestina, que se acelerou a partir do século XIX, o Recife, que polarizava a riqueza da região de seu entorno, passou a polarizar a sua pobreza e a constituir-se como uma das regiões de grande expressão como exportadoras de população. (Lyra, 2003)

Atualmente, a RMR destaca-se como um dos principais centros do terciário moderno do Nordeste, com predominância do setor de serviços, e funciona como centro distribuidor de mercadorias. Concentra o maior número de indústrias de transformação do Estado de Pernambuco e tem, como um outro pilar de sua economia, a agroindústria voltada para o álcool e o açúcar e o cultivo de frutas e hortaliças.

1.1 CONFIGURAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO METROPOLITANO

O processo de ocupação da região, iniciado pelo núcleo – Recife e Olinda – teve,

historicamente, como principais condicionantes, a economia canavieira e seu ambiente físico natural: uma planície - a “planície do Grande Recife”² – cercada por morros e tabuleiros, por onde se espalhavam os engenhos de açúcar. A partir dos meados do século XIX, a implantação dos eixos ferroviários estabelece a principal estrutura de comunicação dos engenhos com o centro comercial e portuário do Recife, que, induzido por estes eixos, irradia-se para norte, oeste e sul, estabelecendo estreita comunicação com os municípios de seu entorno.

Este item aborda as bases históricas de constituição da Região Metropolitana do Recife e de sua institucionalização, apresentando, em grandes linhas, as características físico-ambientais da região.

1.1.1 O Quadro Histórico e Institucional

Algumas heranças marcam fortemente o processo de produção do espaço metropolitano: i) as grandes propriedades de terra, remanescentes dos antigos engenhos, situadas nos limites das nucleações periféricas, que subordinam a lógica do planejamento aos movimentos de expansão e retração da economia canavieira e à disposição do proprietário em lotear, entre outras formas; ii) a alta valorização imobiliária das áreas planas, secas e aterradas, que restringe o acesso das classes menos favorecidas as quais se submetem a ocupar os espaços alagados ou íngremes, “*non aedificandi*” ou pouco valorizados; e iii) as paisagens construídas marcadas pelas carências, que refletem a permanência de desigualdades e de mobilizações sociais para reduzi-las. (Miranda e Souza, 2004)

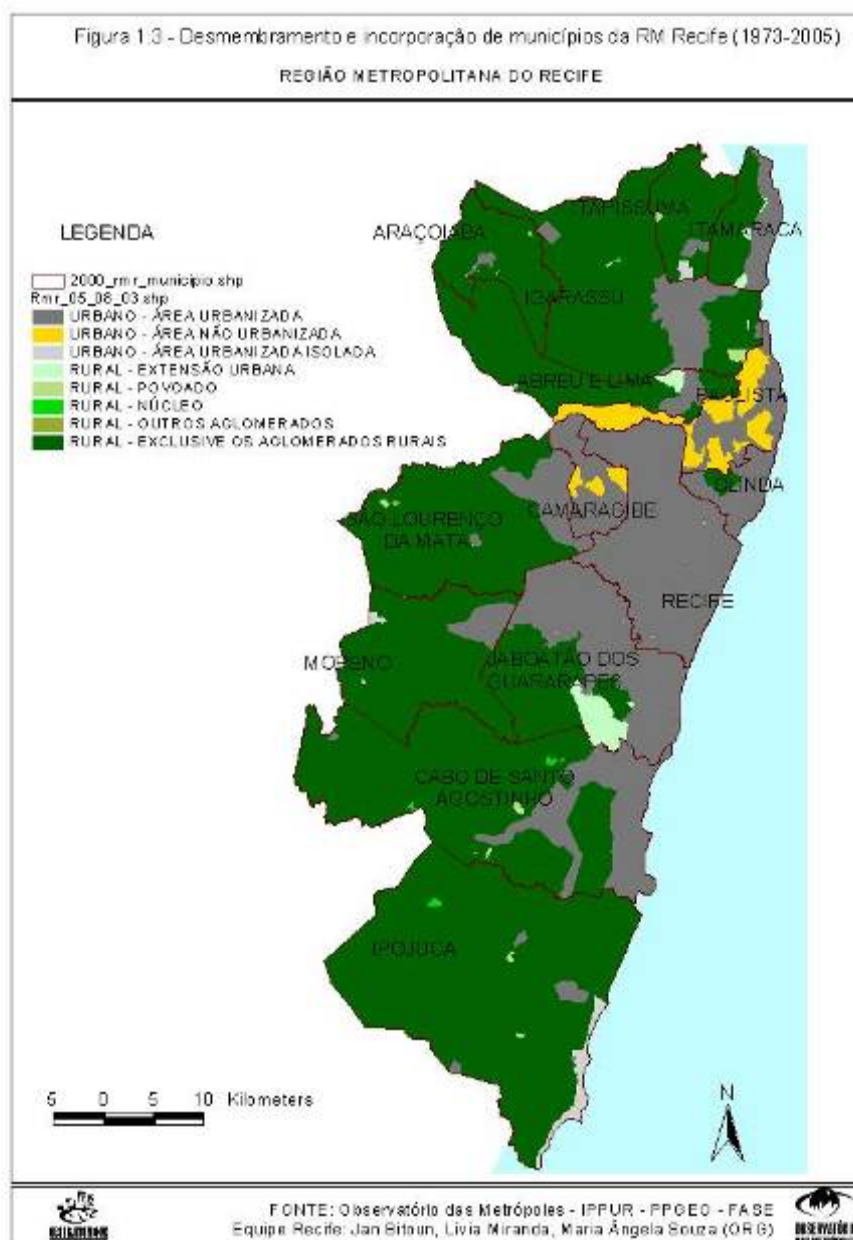
O padrão oligárquico e patrimonialista, em que se funda a sociedade metropolitana, bem como as relações de poder nelas estabelecidas, deixaram marcas na gestão das políticas públicas, ao longo do tempo, dificultando o controle mais amplo sobre tais políticas, em face das dificuldades de separação entre o “público” e o “privado” por parte dos grupos econômicos dominantes.

A origem institucional da Região Metropolitana do Recife data dos nos anos 70 (1973), embora a identificação do fenômeno metropolitano remonte a meados do século XX, quando o urbanista pernambucano Antônio Baltar (1951) caracteriza o Recife – município sede e núcleo da região - como cidade transmunicipal / cidade conurbada / cidade metropolitana. Desde então, a vida urbana do Recife se integra a dos municípios vizinhos,

² Termo adotado pelo professor Antonio Bezerra Baltar (1951), para área que abrange os municípios de Olinda, Jaboatão dos Guararapes, São Lourenço da Mata e Cabo de Santo Agostinho.

que, em relação a ele, conformam o aglomerado metropolitano de mais alto nível de integração - Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista.

Inicialmente composta por 9 municípios, a RMR ampliou esse número, ao longo de três décadas, seja por expansão de seu perímetro, seja por desagregação de municípios no seu interior, integrando, atualmente, 14 municípios – Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ipojuca, Itamaracá, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Recife e São Lourenço da Mata. (Figura 1.3)



Com uma tradição consolidada de planejamento, desde a sua instituição, a Região Metropolitana do Recife conta com um acervo significativo de estudos e planos, devido, em

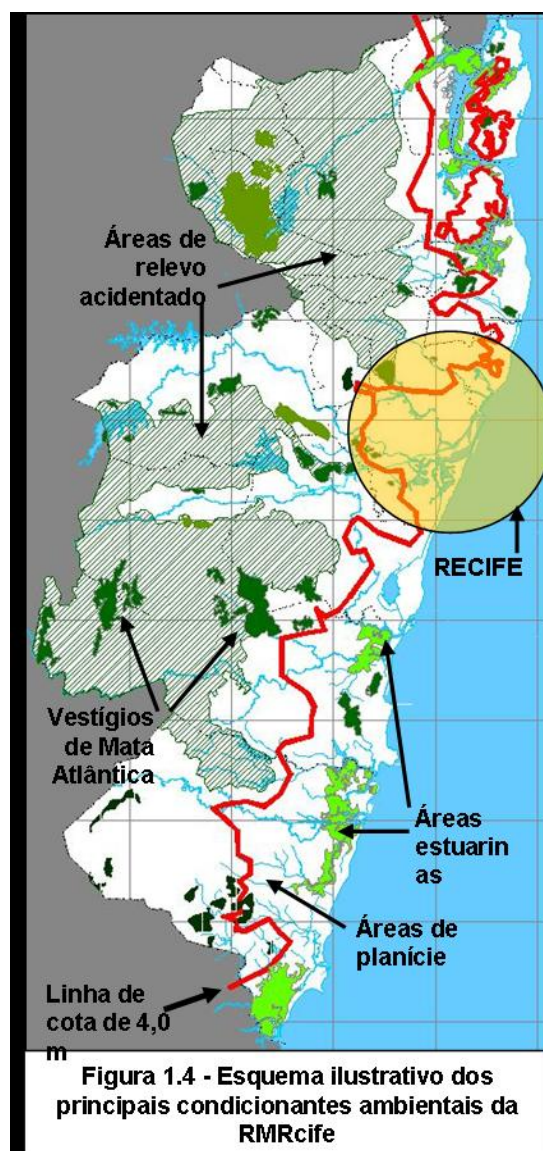
grande parte, à ação desenvolvida pelo órgão de gestão metropolitana³, que, apesar diversas mudanças institucionais por que passou, especialmente após a Constituição de 1988, ainda detém um papel importante na ação de coordenação de alguns programas de governo dos municípios metropolitanos.

1.1.2 Características Físico-ambientais

Localizada na porção oriental do Nordeste, a 8° 04' 03'' de latitude Sul e 34° 55' 00'' de longitude Oeste, a Região Metropolitana do Recife configura uma faixa alongada no sentido norte-sul situado no litoral pernambucano, nele encontrando-se localizada, em sua porção central, a Cidade do Recife.

Em quase toda a sua extensão, na faixa litorânea, estende-se a uma planície sedimentar com altitude média de 4 metros, cuja representação máxima é a planície flúvio-marinha formada pelos aluviões carreados pelos rios e pelas areias marinhas trazidas pelas marés (Figura 1.4). Essa planície é seqüenciada à oeste por um relevo acidentado, identificado como colinas, morros, tabuleiros e serras, em função de suas cotas, formas topográficas, continuidade morfológica e declividades. Nessas terras mais enxutas e mais elevadas estendia-se a Mata Atlântica, restando, atualmente, apenas alguns vestígios dessa espessa floresta tropical (Alheiros et al, 2002).

O parte do território da RMR constituído por relevos movimentados, genericamente denominados morros, ocupa cerca de $\frac{3}{4}$ de sua



³ A Agência de Desenvolvimento Municipal (Condepe/Fidem) é o órgão que, atualmente, desempenha funções de planejamento e gestão dos municípios do Estado de Pernambuco. Até 1998, a então Fundação de Desenvolvimento Metropolitano – Fidem, tinha uma atuação voltada exclusivamente para a Região Metropolitana do Recife. As diversas mudanças institucionais que deram origem a este órgão encontram-se detalhadas no item IV deste Relatório.

área, onde habitam cerca de 600 mil habitantes. Os municípios costeiros (Recife, Olinda, Jaboatão, Cabo, Paulista e Ipojuca) têm mais problemas com a ocupação de suas encostas, devidas às maiores precipitações pluviométricas e a maior argilização dos minerais constituintes dos sedimentos e solos.

Na planície, onde habita cerca de 800 mil pessoas, uma vasta rede hídrica natural constitui um dos principais elementos condicionantes da ocupação – não somente no tocante aos rios propriamente, mas, especialmente na presença marcante de mangues e alagados da planície costeira. A ocupação na região mais plana não somente representa a maior extensão, mas também a maior concentração de valor imobiliário e disponibilidade de equipamentos, serviços e infra-estrutura urbana. Apesar da caracterização como *condicionantes*, tais elementos ambientais, correntemente ao longo da história sofreram agressões do processo de urbanização, reduzindo e descaracterizando suas feições originais que hoje resultam em graves situações de risco para uma população pobre que foi impelida à ocupação de áreas menos valorizadas nas encostas e alagados. (Marinho, 2002)

Atualmente, a Região Metropolitana do Recife registra significativos sinais de degradação ambiental, especificamente, o desmatamento, a contaminação/salinização dos recursos hídricos superficiais e profundos, a redução e poluição das áreas estuarinas, a emissão de poluentes atmosféricos, a poluição visual, os escorregamentos e erosão de encostas, os alagamentos de áreas de planície e a erosão costeira, todos resultantes da ação antrópica.

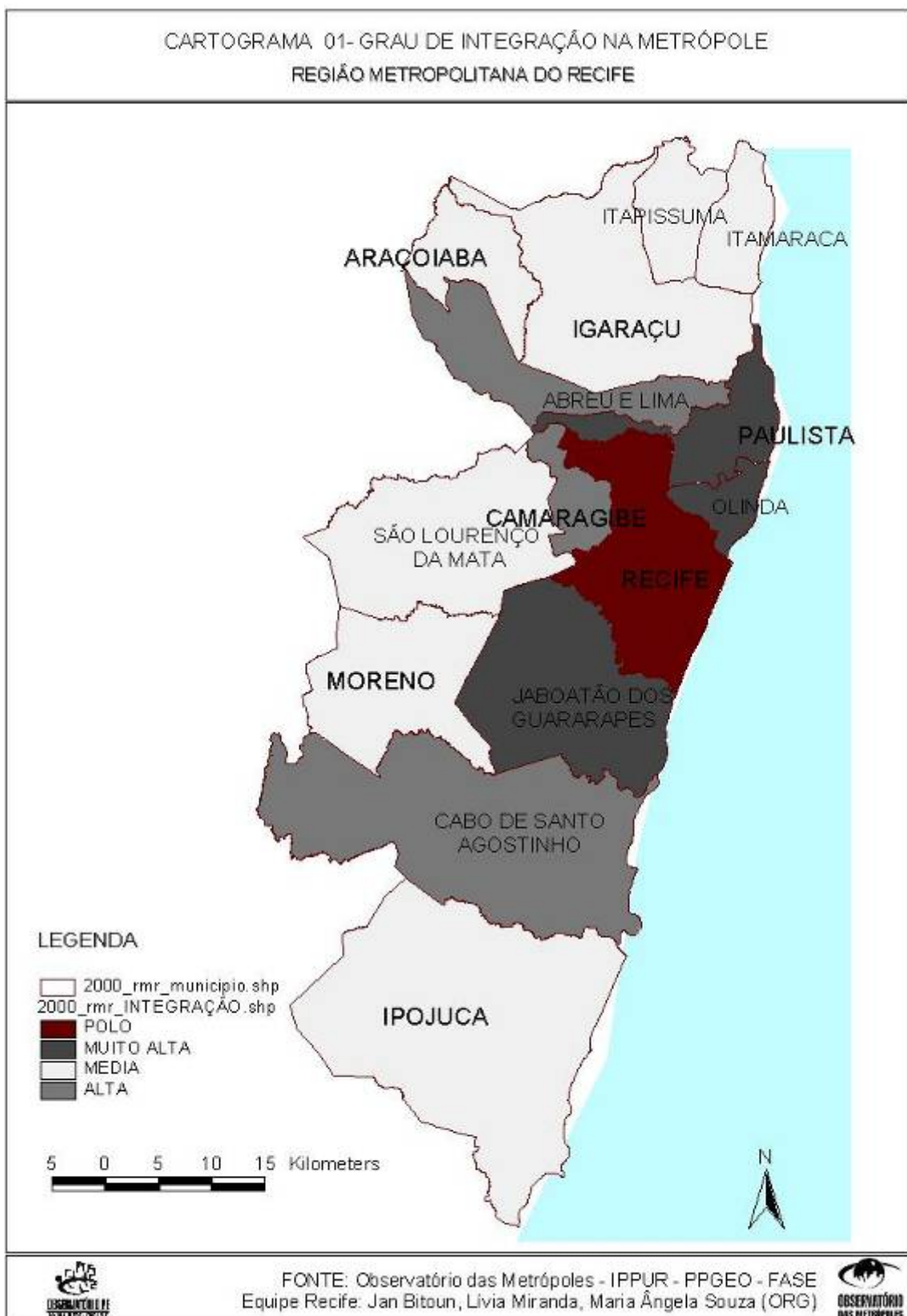
1.1.3 A Integração dos Municípios ao Pólo Metropolitano

Em estudos realizados no contexto do Projeto *ANÁLISE DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL*, desenvolvido pelo OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES – *Identificação dos Espaços Metropolitanos e Construção de Tipologias* (OBSERVATÓRIO, 2005a), considerando os indicadores selecionados entre os utilizados para a composição da hierarquia dos espaços urbanos, as aglomerações foram classificadas segundo o grau de concentração de atividades no pólo. Entre as 15 regiões metropolitanas brasileiras, a do Recife foi considerada de nível 3, ao lado das metrópoles de Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Curitiba, Salvador e Fortaleza. A metrópole de São Paulo foi classificada no nível 1, a do Rio de Janeiro no nível 2, enquanto as demais metrópoles – Campinas, Manaus, Vitória, Goiânia, Belém e Florianópolis – foram classificadas no nível 4.

Esses espaços urbanos foram classificados conforme o nível de integração dos

municípios em relação ao pólo, considerando indicadores de evolução demográfica, fluxos de deslocamentos pendulares, densidade e características ocupacionais, por meio dos quais se delimitou a abrangência efetiva da aglomeração em cada unidade pesquisada. Entre as cinco classes estabelecidas - muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo – a Região Metropolitana do Recife apresenta um nível médio de integração. Foi, também, dimensionada a condição social dos espaços urbanos em análise, pautando-se no Índice de Carência Habitacional e taxa de pobreza do município, cujos resultados foram confrontados com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, revelando situações bastante distintas, seja na escala inter-aglomerados, como na escala intra-aglomerados. De modo a obter um padrão sintético das condições sociais dos espaços urbanos, os mesmos foram agrupados em cinco classes – muito boa, boa, média alta, média baixa e ruim - a partir da distribuição percentual da população por condição social do município de residência. A Região Metropolitana do Recife apresenta uma condição social ruim, ao lado da metrópole de Fortaleza. Salienta-se que nas classes de condição social muito boa e boa encontram-se apenas espaços urbanos localizados nas regiões Sul e Sudeste. (Observatório, 2005a)

Para o conjunto de espaços urbanos, os resultados das diferenças das condições sociais foram desdobrados na análise intrametropolitana (Observatório, 2005a), também estabelecendo as cinco classes - muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo. Os municípios da Região Metropolitana do Recife apresentam se agrupam, além do pólo metropolitano do Recife, em três níveis: muito alto (Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista); alto (Abreu e Lima, Cabo de santo Agostinho e Camaragibe); e médio (Araçoiaba, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Moreno e São Lourenço da Mata). (Cartograma 1)



1.2 CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS

A expansão populacional dos municípios metropolitanos do Recife reafirma a tendência centro-periferia que caracteriza as metrópoles brasileiras. O crescimento populacional interage diretamente com o meio, alterando as condições naturais, trazendo para o ambiente construído – seja nas áreas de planície, seja nas áreas de morros – a expressão da desigualdade social. Em um processo de periferização característico da expansão das grandes cidades brasileiras, a população pobre, também, se desloca na busca de condições de acesso à terra e à moradia: avança para as bordas da malha urbana e densifica o núcleo metropolitano, ocupando os terrenos que se situam às margens do mercado imobiliário. Nas áreas onde se assentam as famílias mais pobres, registram-se possibilidade de acidentes, em decorrência da ocupação de áreas impróprias ou merecedoras de cuidados especiais – os alagados, as margens dos mangues, as encostas dos morros. Nas áreas assentadas pelas famílias de padrão sócio econômico médio e alto, a cidade se verticaliza.

1.2.1 Características demográficas

A Região Metropolitana do Recife possui 3.337.565 habitantes, segundo dados censitários de 2000, distribuídos em 14 municípios que, juntos, conformam uma área de 2.766 Km², com uma densidade de 1.207 hab/km² (Censo Demográfico, 2000). Dos quatorze municípios metropolitanos, dez apresentam população inferior a 200 mil habitantes. Os quatro maiores núcleos urbanos da região conformam o aglomerado de mais alta integração – Recife (município pólo, com 1.422.905 habitantes) e Jaboatão dos Guararapes (581.556 hab), Olinda (367.902 hab) e Paulista (262.237 hab). (Figura 1.5 e Tabela 1.1)

Com 218 km², o Recife representa cerca de 7,2 % da área metropolitana e concentra 42 %



Figura 1.2.1 - Malha urbana da RM Recife

Fonte: Observatório PE (Alheiros, 1998)

dos habitantes da região. Sua área urbana se estende por todo o território municipal e sua população cresce além dos limites do município.

Na última década, a participação relativa de sua população na RMR reduz de 44,5 % (1991) para 42,6 % (2000). Por outro lado, a população dos municípios do seu entorno cresce relativamente no âmbito metropolitano, ampliando os espaços conurbanos que integram as respectivas malhas urbanas com a do município pólo. As praias dos quatro municípios metropolitanos de mais alto nível de integração – Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista - configuram uma faixa contínua de 50 km de extensão, com sistemas de infraestrutura e serviços urbanos interligados e em operação (transporte coletivo, pavimentação, abastecimento de água, energia elétrica, iluminação, telefonia e limpeza urbana).

A dinâmica dos fluxos migratórios entre os municípios metropolitanos, que vem ocorrendo nas últimas décadas, confirma a expansão do Recife para os municípios vizinhos. Já nos anos 80, estudos realizados sobre essa dinâmica demonstram que cerca de 85% dos habitantes que migraram do Recife, na década de 70, conforme dados censitários, deslocaram-se para Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista. Para tal fenômeno contribuiu significativamente a política de habitação popular, empreendida através da Cohab-PE, bem como a urbanização e o adensamento das faixas de praia desses municípios. (Souza, 2003)

A Tabela 1.1 apresenta o expressivo incremento populacional desses municípios que mantém o mais elevado nível de integração com o núcleo metropolitano. Entre os anos 1970-

Tabela 1.1

RMR. População residente e incremento populacional da Região Metropolitana do Recife e dos municípios componentes segundo o nível de integração ao pólo metropolitano (1970-1980-1991-2000)

Região e Municípios	Área (Km ²)	População Residente						
		População 1970	Incremento 1970-80	População 1980	Incremento 1980-91	População 1991	Incremento 1991-2000	População 2000
• Município pólo								
Recife	218	1.060.701	143.198	1.203.899	94.330	1.298.229	124.676	1.422.905
• Municípios de MUITO ALTO nível de integração metropolitana								
Olinda	41	196.342	85.861	282.203	59.191	341.394	26.508	367.902
Jaboatão	259	200.975	129.439	330.414	156.705	487.119	94.437	581.556
Paulista	99	43.994	74.695	118.689	92.802	211.491	50.746	262.237
Sub-Total	399	441.311	289.995	731.306	308.698	1.040.004	171.691	1.211.695
• Municípios de ALTO nível de integração metropolitana								
Abreu e Lima	138	26.065	20.993	47.058	29.977	77.035	12.004	89.039
Cabo de Sto Agostinho	445	75.829	28.328	104.157	22.897	127.036	25.941	152.977
Camaragibe	51	41.196	46.514	87.710	11.697	99.407	29.295	128.702
Sub-Total	634	143090	95835	238925	64571	303478	67240	370.718
• Municípios de MÉDIO nível de integração metropolitana								
Araçoiaba	96	8.669	212	8.881	1.759	10.640	3.778	15.108
Igarassu	303	37.584	23.765	61.349	7.848	69.197	13.770	82.277
Ilha de Itamaracá	67	7.117	1.139	8.256	3.350	11.608	4.252	15.858
Ipojuca	527	35.851	3.605	39.456	5.968	45.424	13.857	59.281
Itapissuma	75	8.826	3.070	11.896	4.512	16.408	3.708	20.116
São Lourenço da Mata	263	52.820	3.611	56.431	29.430	85.861	4.538	90.402
Moreno	193	31.204	3.739	34.943	4.189	39.132	10.073	49.205
Sub-Total	1.524	182.071	39.141	221.212	57.056	278.270	53.976	332.247
RM Recife	2.775	1.827.173	568.169	2.395.342	524.655	2.919.981	417.583	3.337.565

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

80, os dados censitários apresentam um incremento de 65,7% da população dos três municípios. No período 1980-91, esse incremento populacional ainda foi significativo (42,2%). O município de Paulista, que sedia imensos conjuntos habitacionais, aumenta em cerca de cinco vezes a sua população, entre os anos 70 e 90. O município de Camaragibe, vizinho a oeste do Recife, também, apresenta um incremento populacional significativo, nos anos 70, duplicando sua população e indicando a expansão do pólo para a periferia metropolitana. Entre os anos 1980/91, os efeitos dessa periferização também se fazem sentir nos municípios de Abreu e Lima e São Lourenço da Mata, que recebem grandes conjuntos habitacionais construídos pela Cohab-PE. Já entre os anos 1991/2000, os efeitos da inversão da política de habitação popular – que substitui a construção dos conjuntos pela urbanização de assentamentos pobres já consolidados, especialmente os localizados no núcleo metropolitano – expressam um maior incremento populacional do Recife, Camaragibe e municípios que se expandem na periferia da RMR. O município de Ipojuca, incorporado à RMR em meados da década de 90, em virtude da construção do Porto de Suape, apresenta um incremento significativo nessa última década, para o que, também, contribuiu os investimentos turísticos nas praias do litoral sul pernambucando, entre as quais destaca-se Porto de Galinhas, que vem transformando moradias de veraneio em residências permanentes, especialmente de comerciantes atraídos pela expansão turística deste distrito.

Com um perfil eminentemente urbano, a região conta com população e atividades rurais pouco expressivas, mas seu acervo ambiental é rico e diversificado, apesar das constantes ameaças e riscos impostos pelo processo de urbanização e exploração econômica do território. O pólo metropolitano, em crescente processo de terceirização, especializa-se como pólo de serviços. Concentra o aparelho produtivo e decisório do estado, como também os principais centros administrativos do Nordeste – sedes de organismos federais, como Sudene, Chesf, Comando Militar e Justiça Federal – a RMR destaca-se como um dos principais centros do terciário moderno do Nordeste, com predominância do setor de serviços, e funciona como centro distribuidor de mercadorias. Concentra o maior número de indústrias de transformação do Estado de Pernambuco e tem, como um outro pilar de sua economia, a agroindústria voltada para o álcool e o açúcar e o cultivo de frutas e hortaliças.

1.2.2 Condição Social da MetrÓpole

Em estudo realizado sobre o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do Recife, Bitoun (2005) constata que em todas as capitais das metrÓpoles brasileiras, núcleos de regiões

metropolitanas e pólos de influência de grandes regiões econômicas os valores do IDH superam o do Brasil, confirmando que o Brasil urbano e, especialmente, as grandes capitais metropolitanas concentram maiores oportunidades para o desenvolvimento que o Brasil rural. Os valores do IDH alcançados pelas capitais metropolitanas podem ser comparados aos valores que caracterizam nações de desenvolvimento humano alto, segundo critério estabelecido pelas Nações Unidas (0,800 e mais) e nações de desenvolvimento médio (0,500 a 0,800).

No caso da Região Metropolitana do Recife, o autor identifica uma distinção nos índices de desenvolvimento humano para conjuntos de municípios: aqueles que situam na sua parte central, configurando uma aglomeração urbana fisicamente contínua, onde são registrados deslocamentos pendulares dos seus habitantes no cotidiano dos seus afazeres de trabalho, estudos, lazer e consumo; e, aqueles que se situam na periferia metropolitana a norte, sul e oeste, configurando núcleos urbanos separados da aglomeração contínua por áreas não edificadas e amplas áreas rurais, ocupadas principalmente por canaviais.

Segundo os dados apresentados na Tabela 1.2, todos os municípios da RMR apresentam, na última década, uma melhoria dos Índices de Desenvolvimento Humano

Tabela 1.2
RMR. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios da Região Metropolitana do Recife segundo níveis de integração ao pólo metropolitano. (1991 – 2000)

Município	IDHM		IDHM-Renda		IDHM-Longevidade		IDHM-Educação	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
• Município pólo								
Recife	0,740	0,797	0,727	0,770	0,676	0,727	0,818	0,894
• Municípios de MUITO ALTO nível de integração metropolitana								
Jaboatão dos Guararapes	0,701	0,777	0,644	0,685	0,691	0,797	0,769	0,848
Olinda	0,732	0,792	0,672	0,699	0,696	0,789	0,827	0,889
Paulista	0,739	0,799	0,646	0,668	0,727	0,829	0,844	0,900
• Municípios de ALTO nível de integração metropolitana								
Abreu e Lima	0,669	0,730	0,556	0,585	0,690	0,762	0,761	0,844
Cabo de Santo Agostinho	0,630	0,707	0,542	0,588	0,642	0,734	0,705	0,798
Camaragibe	0,681	0,747	0,571	0,633	0,727	0,761	0,744	0,847
• Municípios de MÉDIO nível de integração metropolitana								
Araçoiaba	0,514	0,637	0,420	0,494	0,689	0,739	0,434	0,679
Igarassu	0,628	0,719	0,521	0,573	0,709	0,779	0,654	0,804
Ilha de Itamaracá	0,653	0,743	0,576	0,615	0,703	0,797	0,680	0,817
Ipojuca	0,530	0,658	0,466	0,545	0,597	0,728	0,527	0,700
Itapissuma	0,589	0,695	0,470	0,565	0,670	0,760	0,627	0,761
Moreno	0,618	0,693	0,523	0,542	0,672	0,761	0,658	0,775
São Lourenço da Mata	0,614	0,707	0,531	0,578	0,647	0,761	0,663	0,782
Media da RM Recife	0,646	0,729	0,562	0,610	0,681	0,766	0,694	0,810
Media da RM Recife EXCETO Recife	0,638	0,723	0,549	0,598	0,682	0,769	0,684	0,803

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2003

Municipal–IDHM, seja em geral, seja nos índices específicos de renda, longevidade e educação.

Excetuando-se Itamaracá, onde em tempos recentes passaram a morar donos de segundas residências, nos municípios da aglomeração fisicamente contínua, que apresentam nível de integração alto e muito alto com o pólo metropolitano, os IDHM, no ano 2000, escalonam-se entre 0,707 e 0,799 (Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Recife e Paulista – muito alto nível de integração; e Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho e Camaragibe – alto nível de integração); esses valores que caracterizam o médio desenvolvimento humano são semelhantes a valores encontrados em países da América Latina e do Leste Europeu. Os valores do IDHM, nos municípios mais periféricos, com nível de integração médio com o pólo metropolitano, e que mantêm áreas rurais são mais baixos, escalonados entre 0,637 e 0,719 (Araçoiaba, Ipojuca, Moreno, Itapissuma, São Lourenço da Mata e Igarassu), parecidos com países pobres (Irã e Síria) e muito pobre da Ásia (Mongólia), pobre da América do Sul (Guiana) e relativamente prósperos da África (África do Sul e Gabão). Segundo Bitoun (2005), há, na Região Metropolitana do Recife, uma nítida correlação entre a importância da área e da população rural e os baixos valores do IDH, configurando-se, então, uma clássica distinção entre centro e periferia.

Os municípios do centro também aparecem diferenciados. Observa-se uma distinção entre os quatro primeiros no ranking (Paulista, Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes) cujos IDH são superiores ao do Brasil, conquanto em Camaragibe e Abreu e Lima os valores são inferiores. Os quatro primeiros municípios abrangem nos seus territórios áreas litorâneas com significativa concentração de famílias de média e alta rendas, o que não ocorre nos dois últimos. Também, é bastante significativo o fato de que quatro municípios (Araçoiaba, Ipojuca, Moreno e Itapissuma) apresentem valores de IDH inferiores ao do estado de Pernambuco. (Bitoun, 2005)

A pobreza rural e as características da urbanização central e periférica (ligada ao valor dos terrenos e às estratégias públicas e privadas de parcelamento do solo e de sua edificação) combinam-se para fortalecer um modelo centro–periferia expresso pelo escalonamento dos valores de IDH, e desenhando ainda na aglomeração contínua uma distinção entre municípios socialmente diversificados (Recife, Olinda, Paulista, Jaboatão dos Guararapes) e outros mais homogêneos (Camaragibe, Abreu e Lima) e incorporando paulatinamente na periferia as cidades de Cabo Santo Agostinho, São Lourenço da Mata e Igarassu, que se diferenciam dos municípios menos urbanos (Araçoiaba, Ipojuca, Itapissuma e Moreno). (Bitoun, 2005)

1.2.3 Estrutura ocupacional e mercado de trabalho urbano

No contexto das regiões metropolitanas do país, a do Recife sempre se apresentou, ao lado das demais regiões metropolitanas nordestinas (Fortaleza e Salvador), como uma das mais problemáticas na perspectiva dos indicadores sociais, notadamente daqueles relacionados com as condições vigentes no mercado de trabalho. O subemprego e a informalidade vêm acompanhando a história recente da Região Metropolitana do Recife. Sua base econômica não tem sido, nas fases recentes, suficiente, em termos de dimensão e dinamismo, para abrigar, no mercado, a força de trabalho que passa anualmente a integrar a sua economia. (Guimarães Neto, 2002)

O processo migratório, bem mais intenso há décadas atrás, geralmente associado às crises da economia canavieira e a recorrentes secas que afetam a base produtiva do semi-árido, ampliava a oferta de força de trabalho na RMR. Isto, evidentemente, concorria para o surgimento e consolidação da informalidade, do desemprego e subemprego na Região Metropolitana e para deterioração da renda do trabalhador, em um mercado de trabalho favorável aos empregadores. A essa oferta de força de trabalho de fora da região se somava a expansão da própria população já residente na RMR, que, até recentemente, registrou taxas significativas de crescimento natural, não obstante os níveis de mortalidade infantil prevalente. (Guimarães Neto, 2002)

Mais recentemente, nos anos 90, a economia brasileira e a das regiões metropolitanas em particular, inclusive a da RMR, passaram por uma fase crítica que envolveu não só uma desaceleração significativa (com instabilidade) da economia, como uma abertura e reestruturação produtiva que, juntas, provocaram impacto da maior relevância na demanda de força de trabalho por parte das unidades produtivas. Segundo Guimarães Neto (2002), nas fases anteriores, juntamente com um maior crescimento da economia - nos anos 60 e 70 - estão presentes processos migratórios muito mais intensos, associados a um crescimento acelerado da população em idade ativa na própria região metropolitana. Já nas duas últimas décadas, constata-se, da perspectiva do mercado de trabalho, um acúmulo importante de problemas que somente uma estratégia que contemple as diferentes dimensões, sobretudo a econômica e a social, poderá dar início a um processo de reversão dos indicadores negativos das condições do mercado de trabalho.

A estrutura sócio-ocupacional da metrópole recifense - fundamentada na classificação da população ocupada, em 24 categorias sócio-ocupacionais (CAT) - revela que existe um mundo social urbano brasileiro relativamente homogêneo nas suas dinâmicas sociais e

ocupacionais que expressa uma forte polarização social com um contingente majoritário em posições inferiores. No que se refere aos grupos de alto prestígio, Dirigentes e Intelectuais agrupam em menos de 9% do total dos ocupados frente aos grupos médios e situados em posições desfavoráveis na escala social; as ocupações agrícolas totalizam menos de 2%, expressando às poucas oportunidades de trabalho agrícola nos arredores rurais das grandes cidades; as ocupações médias, se somadas a Categoria dos Pequenos Empregadores, representam menos de 30% dos ocupados, conquanto os trabalhadores situados em posição inferior na escala social reúnem em ambas as metrópoles cerca de 60% dos ocupados, um elevado contingente de Categorias do Terciário não Especializado, em ocupações de baixo prestígio. A tão decantada Terciarização e a Economia dos Serviços precisam lidar com a baixa qualificação tão favorável a uma acelerada precarização das relações de trabalho. No item 2.1.1 discutiremos mais detalhadamente esta questão.

1.3 INFRA-ESTRUTURA URBANA: INDICADORES DE RISCO E DESIGUALDADE SÓCIO-AMBIENTAL

Os serviços de provimento e manutenção de infra-estruturas urbanas na RMR são, em sua maioria, de responsabilidade dos poderes municipais, com algumas exceções de responsabilidade estadual e federal (por exemplo, as rodovias intermunicipais e interestaduais ou grandes elementos de macrodrenagem, como rios e canais que seccionam cidades ou diversas regiões do Estado).

Os investimentos em construção e manutenção de **infra-estruturas viárias locais**, próprios municipais, envolvendo pavimentação, drenagem, contenção de encostas, praças e parques são, de modo geral, de responsabilidade exclusiva do setor público com recursos próprios orçamentários, não cabendo à população qualquer pagamento direto pelos serviços.

Tabela 1.3

RMR. Sistema viário por classificação funcional e por município segundo níveis de integração com o pólo metropolitano. (2000).

Município	Extensão da malha (*) (km)	Vias arteriais e coletoras. (*) (km)	Vias locais (*) (km)	Vias pavimentadas (*)	
				km	(%)
• Município pólo					
Recife	2.000,00	283,00	1.717,00	1.200,00	60%
• Municípios de MUITO ALTO nível de integração metropolitana					
Jaboatão dos Guararapes	616,00	91,00	525,00	246,40	40%
Olinda	345,00	45,00	300,00	138,00	40%
Paulista	323,50	45,50	278,00	145,50	45%
Sub-Total	1.284,50	181,50	1.103,00	529,90	41%
• Municípios de ALTO nível de integração metropolitana					
Abreu e Lima	80,90	15,10	65,80	76,80	95%
Cabo de Santo Agostinho	296,00	40,00	256,0	103,60	35%
Camaragibe	241,90	22,40	219,50	120,00	50%
Sub-Total	618,8	77,5	541,3	300,4	49%
• Municípios de MÉDIO nível de integração metropolitana					
Araçoiaba	51,00	33,60	17,40	15,54	50%
Igarassu	135,70	35,40	100,30	54,00	40%
Ilha de Itamaracá	108,00	25,50	72,50	16,20	15%
Ipojuca	152,80	58,00	94,80	79,12 km	40%
Itapissuma	48,30	14,40	33,90	36,22	75%
Moreno	76,00	25,00	51,00	38,00	50%
São Lourenço da Mata	154,50	30,50	124,00	61,80	40%
Sub-Total	726,3	222,4	493,9	300,88	41%
Total RMR	4.630 km	764 km (16,5%)	3.855 km (83,5%)	2.331 km	50%

(*) Valores Estimados por Andrade (2002), a partir de informações obtidas na Prefeitura do Recife e no Departamento de estradas e Rodagens- DER/PE e por avaliação sobre plantas da UNIBASE, complementadas por estimativas baseadas em visitas e entrevistas com técnicos locais para o caso dos demais municípios.

Fonte: Elaborada a partir de Andrade (2002, p. 22)

Apenas os serviços de iluminação pública são mantidos por taxas pagas pela população (taxa de iluminação pública), mesmo assim, com certo grau de isenção para população de baixa renda. Para o caso de manutenção e conservação de praças e jardins públicos, registram-se alguns casos de participação da iniciativa privada, por meio de um programa denominado de “Praça Adotada”, implantado na cidade do Recife. (Andrade, 2002)

Segundo dados censitários, todos os municípios da RMR possuem **vias pavimentadas** no perímetro urbano, com drenagem, tanto superficial quanto subterrânea. A partir de dados de pesquisa específica realizada para o Projeto MetrÓpole Estratégica⁴, apresentado na Tabela 1.3, constata-se a importância do Recife, no que se refere à participação das principais vias integrantes da malha viária metropolitana, tendo em vista que a maioria absoluta das vias arteriais principais e secundárias localiza ou possui sua maior extensão no espaço urbano da cidade.

⁴ O Projeto MetrÓpole Estratégica foi elaborado pela Fundação de Desenvolvimento Municipal – Fidem, em 2002, contando com a contribuição de consultores para os diversos estudos temáticos.

O sistema viário da RMR apresenta cerca de 4.630 km de vias, distribuídas nas funções arteriais, coletoras e locais, nos 14 municípios, e construídas e operadas nos níveis municipais, estadual e federal. Do total da malha viária metropolitana (em extensão), 43% situa-se no município pólo – o Recife e cerca de 70% abrangem o núcleo metropolitano, de malha contínua, abrangendo os municípios de mais elevado nível de integração – Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista. Aproximadamente 50% de toda a malha viária da RMR, ou seja, 2.311 km, dos quais 60% concentram-se no Recife, referem-se a vias pavimentadas e representam um patrimônio público construído da ordem de R\$ 1 bilhão, que necessita de serviços de manutenção e conservação permanente. (Andrade, 2002).

Os serviços de **iluminação pública** na RMR são executados por delegação municipal pela Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, empresa privatizada, em praticamente todos os municípios, exceto Recife e Jaboatão dos Guararapes, que realiza esses serviços através da Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana - EMLURB e da Diretoria de Iluminação Pública da Empresa de Desenvolvimento do Jaboatão dos Guararapes – EMDEJA⁵, respectivamente. Andrade (2002) estima, para o total da RMR, cerca de 230.000 pontos de iluminação, que atendem à quase totalidade dos espaços viários e de uso público. A cidade do Recife utiliza cerca de 110.000 pontos de iluminação pública nos seus 2.000 km de vias, o que representa 48% do total metropolitano.

A taxa de iluminação pública é um tributo municipal. As concessionárias do serviço de distribuição de energia elétrica, privadas ou públicas, apenas arrecadam essa taxa, em virtude de convênios que para tal fim celebram com os respectivos municípios. As condições de operação e manutenção destes serviços, contudo, tornam-se objeto das muitas reclamações por parte da população, em função de lâmpadas queimadas não substituídas que repercutem no aumento da insegurança das pessoas.

Em termos de **saneamento básico**, que reúne o conjunto de sistemas de abastecimento d'água, de esgotamento sanitário, de limpeza urbana e de drenagem, a RMR apresenta as maiores deficiências no que se refere ao sistema de esgotamento sanitário. Os dados do Censo Demográfico de 2000 registram que todos os distritos dos municípios metropolitanos são abastecidos por rede d'água, enquanto 3 municípios periféricos da região – Araçoiaba, Ipojuca e Itamaracá – não possuem rede coletora de esgoto. O município de Araçoiaba, também, não apresenta serviços de drenagem urbana, destacando-se como o município mais precário da

⁵ Na atual gestão municipal, correspondente ao período 2005-2008, a extinta Empresa Municipal de Iluminação Pública – ELUME da Prefeitura do Jaboatão dos Guararapes foi transformada na Diretoria de Iluminação Pública da EMDEJA.

região. Contudo, a pesquisa realizada para o Projeto Metrópole Estratégica, apresenta um quadro que não confirma a inexistência de rede coletora de esgoto nesses três municípios. Embora confirme a precariedade da situa o dos municípios de Itamaracá (0,5%), Araçoiaba (3,1%) e Igarassú (5,1%), distancia desses a situa o do município de Ipojuca, que se apresenta com 22,6% de liga es domiciliares à rede de esgoto. (Tabela 1.4)

Os dados da Tabela 1.4 mostram índices de acesso variáveis entre os municípios da Região, tanto no que se refere aos serviços de água quanto aos de esgotos. Essas diferenças são influenciadas, seja pela situa o dos domicílios em cada município, seja, também, por

Tabela 1.4

RMR. Acesso dos domicílios permanentes à rede de água e esgoto dos municípios segundo o nível de integra o ao pólo metropolitano. (2000)

Município	Total de domicílios	Domicílios com acesso à rede d'�gua		Domicílios com acesso à rede de esgotos	
		abs.	%	abs.	%
• Município pólo					
Recife	376.022	330.750	88,0	161.163	42,9
• Municípios de MUITO ALTO nível de integra�o metropolitana					
Jaboatão dos Guararapes	150.358	119.076	79,2	31.751	21,1
Olinda	94.032	88.001	93,6	35.156	37,4
Paulista	67.818	62.694	92,4	32.300	47,6
Sub-Total	312.208	269.771	86,4	99.207	31,8
• Municípios de ALTO nível de integra�o metropolitana					
Abreu e Lima	22.622	20.174	89,2	7.308	32,3
Cabo de Santo Agostinho	37.019	30.535	82,5	9.313	25,2
Camaragibe	32.287	22.577	69,9	5.167	16,0
Sub-Total	91.928	73.286	79,7	21.788	23,7
• Municípios de MÉDIO nível de integra�o metropolitana					
Araçoiaba	3.396	1.930	56,8	104	3,1
Igarassu	19.907	14.730	74,0	1.011	5,1
Ilha de Itamaracá	3.642	2.681	73,6	18	0,5
Ipojuca	13.414	7.035	52,4	3.030	22,6
Itapissuma	4.754	4.498	94,6	847	17,8
Moreno	12.133	9.324	76,8	1.707	14,1
São Lourenço da Mata	22.253	14.177	63,7	6.118	27,5
Sub-Total	79.499	54.375	68,4	12.835	16,1
Total RMR	859.657	728.182	84,7	294.993	34,3

Fonte: Baltar (2002), baseado no Censo Demográfico 2000.

interven es estatais na área da habita o popular que incluíram a implanta o de serviços de água e esgotos, e que predominaram em determinados municípios.

Segundo Baltar (2002), apesar dos domicílios rurais na RMR representarem apenas 2,6% do total de domicílios, em determinados municípios esta incidência é bem mais expressiva, tal como ocorre em Araçoiaba (16% de domicílios rurais), Cabo de Santo Agostinho (11%), Ipojuca (51%), Moreno (20%) e São Lourenço da Mata (7%). Esses

municípios estão entre aqueles que têm menor índice de atendimento pelos serviços de água, isto porque, em geral, as redes públicas beneficiam menos as pequenas aglomerações das áreas rurais do que as áreas urbanas. A influência específica das ações governamentais acima referidas evidencia-se nos municípios de Paulista e Abreu e Lima, onde foram implantados nos anos 70 / 80 diversos conjuntos habitacionais, resultando uma elevação do índice médio de acesso tanto à rede de água quanto à de esgotos.⁶ Observe-se que na Tabela 1.4 o município de Paulista tem o maior índice de acesso à rede de esgotos e um dos maiores em relação à rede de água e Abreu e Lima, também, encontra-se entre os de melhores índices.

Os serviços de água e esgotos, na Região Metropolitana do Recife, são prestados pela Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA. A área de atuação operacional da companhia é atualmente dividida em Gerências Regionais (no que se refere aos serviços de água): Recife, Olinda, Jaboatão e Vitória (nesta, apenas a cidade de Moreno e a localidade de Bonança, no mesmo município, situam-se na RMR).

Os usuários conectam-se à rede pública mediante ligações prediais que, por sua vez, podem atender a mais de um domicílio. Os domicílios ou as unidades de consumo não residencial constituem o que se denomina “economia”. Dessa forma, de um modo geral, um edifício com diversos apartamentos ou unidades comerciais, tem uma única ligação e um número de economias correspondente ao número de unidades abastecidas. Assim a relação entre as quantidades de economias e ligações associada aos outros índices tais como a extensão de rede por ligação sinaliza a maior ou menor verticalização ou adensamento da área atendida pelo sistema de água. (Baltar, 2002)

A partir da análise dos dados da COMPESA, Baltar (2002) destaca que a Gerência Regional de Recife, apresenta maior número de economias por ligação, refletindo a concentração de edifícios com grande número de pisos. Relacionando as informações da COMPESA com as do Censo do IBGE, o autor infere que o nível de cobertura do serviço de água é relativamente elevado, o de esgotos é muito baixo e há desequilíbrios sensíveis na distribuição dessas coberturas na área metropolitana. Destaca que, no Censo de 1991, o índice de atendimento pelo serviço de água era de cerca de 91%, tendo ocorrido, na última década, uma diminuição no percentual de cobertura. Atribui a redução dessa cobertura a desligamentos do sistema público pela adoção de soluções alternativas, ou à falta de investimentos, ou mesmo à deficiência da informação.

⁶ Comparando-se os dados do Censo com os da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, observa-se que do total de domicílios com acesso à rede de esgotos no município de Paulista (Censo 2000, total de 32,3 mil domicílios ligados à rede de esgotos) 76% (24,6 mil) correspondem a ligações de esgotos indicadas nos relatórios da COMPESA como existentes nos conjuntos habitacionais Jardim Paulista, Maranguape I e II e Arthur Lundgren, todos nesse município. Em Abreu e Lima, dos 7,3 mil domicílios com acesso à rede de esgotos, 5,5 mil (75%) estão no Conjunto Habitacional Caetés. (Baltar, 2002)

Os municípios metropolitanos possuem diversas fontes de captação para o **abastecimento d'água** da região, destacando-se, entre elas, a captação superficial, o poço profundo e a adutora de água bruta, conforme dados do Censo Demográfico de 2000. Apenas o município de Igarassu apresenta captação por meio de poço raso, bem como registra 1% da água fornecida sem nenhuma forma de tratamento. Dentre os tipos de tratamento d'água o convencional é o mais utilizado, sendo exclusivo no tratamento da água distribuída nos municípios de Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, e São Lourenço da Mata. Nos municípios periféricos de Araçoiaba e Ipojuca, predomina o sistema não convencional e, no município de Olinda, situado no núcleo metropolitano, vizinho ao Recife, o tratamento dos volumes d'água distribuídos é uma simples desinfecção.

A extensão da rede distribuidora na RMR soma 3.752 km, dos quais 47% concentra-se no Recife e cerca de 80% abrange os municípios metropolitanos de mais elevado nível de integração – Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista. Todos os municípios da RMR apresentam mais de 95% de ligações residenciais, a exceção do Recife, que reduz essa proporção para 89%, devido a diversidade de usos urbanos que abriga. Outro aspecto importante a destacar é a informalidade das ligações d'água, que no Recife chega a representar 1/3 do total de ligações sem hidrômetro. Esse percentual só é ultrapassado nos municípios periféricos de Araçoiaba (50%) e Itapissuma (55%).

Em termos da qualidade do serviço, persiste, em muitas áreas da região metropolitana, o fornecimento intermitente de água, mediante manobras de registros para que determinadas áreas sejam atendidas de forma alternada, pela impossibilidade de atendimento contínuo a toda a Região. Segundo Baltar (2002), chegou-se a conviver, em passado recente, com períodos de um dia com água para vários (segundo informações não oficiais, até nove dias) sem água. Essa intermitência não atinge igualmente toda a população, penalizando mais fortemente os domicílios mais pobres que não dispõem de reservatórios domésticos.

Entre os motivos do racionamento, os dados censitários de 2000 indicam que esse problema de reservatório no município de Moreno e em um dos três distritos de Jaboatão dos Guararapes. Apresenta, também, problemas de capacidade de tratamento insuficiente no município de Moreno, bem como problemas de população flutuante, em Igarassu e na Ilha de Itamaracá, e problemas de estiagem, em todos os municípios da RMR.

O **esgotamento sanitário** para os distritos que não possuem rede coletora é feito mediante fossas sépticas e sumidouros, no município de Ipojuca, e em um dos distritos de Cabo de Santo Agostinho, de Jaboatão dos Guararapes e de São Lourenço da Mata. No município de Araçoiaba, na Ilha de Itamaracá e em dois distritos de Igarassu, adota-se a

solução alternativa de fossas secas. Nos distritos com rede coletora de esgotos constata-se a implantação de esgoto condominial em seis municípios – Recife, Jaboatão dos Guararapes, Camaragibe, Cabo de Santo Agostinho, Itamaracá, Itapissuma e São Lourenço da Mata. Trata-se de uma solução adotada em algumas intervenções em assentamentos pobres, especialmente ao longo da década de 80.

A extensão da rede coletora de esgotos na RMR soma 151.953 km, dos quais 58 % concentram-se no Recife e cerca de 96% encontra-se implantada nos municípios metropolitanos de mais elevado nível de integração – Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista. A maior proporção de economias esgotadas em relação às ligações de esgotos, apresentada pelos municípios do Recife (236,5%) e do Jaboatão dos Guararapes, constitui-se indicador da verticalização desses municípios, onde uma ligação serve a várias unidades (“economias”).

No âmbito da **limpeza urbana**, os municípios da RMR apresentam situações bem distintas. Segundo dados da Tabela 1.5, cinco municípios possuem serviços que coletam o lixo de mais de 90% dos seus domicílios – Recife e Cabo de Santo Agostinho (90 a 99%); e

Tabela 1.5

RMR. Serviços de limpeza urbana, coleta e destinação final do lixo dos municípios segundo níveis de integração ao pólo metropolitano. (2000).

Município	Domicílios com lixo coletado (%)	Frequência de atendimento	Dispõe de controle do lixo industrial	Dispõe de coleta seletiva de lixo	Dispõe de sistema de reciclagem de lixo	Destino Final	
						Tipo	Localização
• Município pólo							
Recife	90 – 99 %	Diária	Não	Sim	Sim	Aterro Sanitário	Fora do Município
• Municípios de MUITO ALTO nível de integração metropolitana							
Jaboatão dos Guararapes	70 – 80 %	3 X semana	Não	Não	Não	Aterro Sanitário	No perímetro urbano
Olinda	50 – 70 %	Diária	Sim	Sim	Sim	Aterro Sanitário	No perímetro urbano
Paulista	80 – 90 %	Diária	Sim	Sim	Não	Lixão	No perímetro urbano
• Municípios de ALTO nível de integração metropolitana							
Abreu e Lima	100 %	Diária	Sim	Não	Não	Lixão	Fora da área urbana
Cabo de Santo Agostinho	90 – 99 %	Diária	Sim	Sim	Sim	Lixão	Fora da área urbana
Camaragibe	70 – 80 %	3 X semana	Não	Não	Não	Lixão	No perímetro urbano
• Municípios de MÉDIO nível de integração metropolitana							
Araçoiaba	100 %	Diária	Não	Não	Não	Lixão	Fora da área urbana
Igarassu	70 – 80 %	Diária	Não	Não	Não	Lixão	No perímetro urbano
Ilha de Itamaracá	100 %	Diária	Não	Não	Não	Lixão	No perímetro urbano
Ipojuca	100 %	Diária	Não	Não	Não	Lixão	Fora da área urbana
Itapissuma	100 %	Diária	Não	Sim	Sim	Lixão	No perímetro urbano
Moreno	50 – 70 %	Diária	Sim	Não	Não	Lixão	Fora do Município
São Lourenço da Mata	80 – 90 %	3 X semana	Não	Não	Não	Lixão	No perímetro urbano

Fonte: Tabelas AII.9.1 a AII.9.7, em anexo, baseadas no Censo Demográfico 2000.

Abreu e Lima, Araçoiaba, Igarassu, Ilha de Itamaracá e Ipojuca (100%). Dentre os municípios que apresentam situação mais precária encontram-se Olinda e Moreno, com 50 a 70% dos domicílios com lixo coletado. Contudo, estes municípios, conjuntamente com Abreu e Lima, Araçoiaba e Paulista são os únicos municípios metropolitanos que apresentam controle do lixo industrial. O Recife, bem como outros, cujos serviços de limpeza urbana abrangem a quase totalidade do município, não controla o lixo proveniente das indústrias. A coleta seletiva do lixo encontra-se implantada em apenas cinco municípios: Recife, Olinda, Paulista, Itapissuma Cabo de Santo Agostinho – e destes, apenas o município de Paulista não possui um sistema de reciclagem de lixo.

O município pólo, que concentra a maior população metropolitana, com cerca de 1,4 milhões de pessoas, não possui área específica para a destinação do lixo gerado em seu território, utilizando-se de uma área no município vizinho de Jaboatão dos Guararapes, dividindo com este município o aterro sanitário da Muribeca, que apresenta problemas de saturação. Além deste, a RMR conta com o aterro sanitário de Aguazinha, situado no município de Olinda. Outros aterros sanitários encontram-se em processo de estudo e/ou de implantação, sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUPE do Governo de Pernambuco, reunindo, por vezes, mais de um município, para compor um Sistema Integrado de Resíduos Sólidos da RMR, a ser administrado pelas prefeituras, visando beneficiar o conjunto da população metropolitana. O Sistema visa otimizar o tratamento, coleta e disposição do lixo, reduzindo os impactos ambientais e melhorando a qualidade de vida da população, principalmente nos locais onde a produção de lixo é elevada (Tabela 1.6).

O atual modelo de armazenamento de resíduos sólidos, o lixão, é caracterizado pela simples descarga do lixo sobre o solo, sem fiscalização e sem medidas de proteção ao meio

Tabela 1.6
Aterros sanitários em processo de estudo/ implantação e/ou ampliação e melhoria nos municípios da RMR. (2005)

Municípios Atendidos	Município de Localização	Aterro Sanitário	Ações em Desenvolvimento
Recife	Jaboatão	Muribeca	Ampliação e melhoria
Jaboatão dos Guararapes			
Olinda	Olinda	Aguazinha	Ampliação e melhoria
Cabo de Santo Agostinho	Cabo de Santo Agostinho	Cabo de Santo Agostinho	Estudo / Implantação
Paulista	Paulista	Mirueira	Estudo / Implantação
São Lourenço da Mata	São Lourenço da Mata	São Lourenço da Mata	Estudo / Implantação
Camaragibe			
Igarassu	Igarassu	Igarassu	Estudo / Implantação
Itapissuma			
Itamaracá			
Abreu e Lima.			
Ipojuca	Ipojuca	Ipojuca	Estudo / Implantação

Fonte: SEDUPE, 2005

ambiente e à saúde pública. Como resultado, tem-se a poluição do ar, dos solos e das águas superficiais e subterrâneas. Além disso, o modelo atrai vetores de doenças e contribui para a presença de um grave problema social: os catadores.

Os aterros sanitários visam o armazenamento dos resíduos sólidos em pequenas áreas impermeabilizadas, que ao fim de cada jornada de trabalho serão cobertas por espessas camadas de terra. Com essas medidas, pretende-se evitar os fortes odores, a desarrumação do lixo, a atração de vetores de doenças, a intensificação do *chorume* – líquido proveniente da decomposição do lixo e um grande poluidor - e, principalmente, evitar os impactos ao meio-ambiente e a saúde da população metropolitana.

Os sistemas de **drenagem pluvial** são constituídos de dois sub-sistemas: a micro-drenagem – constituído pelas calhas das vias e redes coletoras locais de águas pluviais de dimensões máximas de 1,50 m²; e a macro-drenagem – constituído pelos talvegues principais (fundos de vales, córregos, canais), independentes da execução de obras físicas de canalização. (Figuras 1.6 e 1.7)

No caso do Recife, a questão da drenagem assume especial importância, devido particularmente à sua planície e ao processo de urbanização que se deu às custas da ocupação do espaço natural das águas, através de aterros feitos sem os devidos cuidados, não respeitando as condições de escoamento das águas pluviais. Por este motivo, entre outros, a parte ocupada da planície do Recife transformou-se numa área de cotas baixas e sem desníveis acentuados, o que dificulta o escoamento superficial, em condições adequadas, das águas pluviais.

Segundo Andrade (2002), em razão desses aterros, executados inclusive em leitos de canais bem definidos, a extensão de canais por área da cidade do Recife é muito pequena para as suas condições fisiográficas (da ordem de 0,66 km/km²), o que diminui a capacidade de absorção das enchentes, uma vez que uma grande parte da cidade é plana. A efetividade desse sistema de

macro-drenagem ainda é diminuída pela deficiência do sistema de micro-drenagem a montante,



Figura 1.6 – Recife: Canal Derby-Tacaruna

Fonte: Andrade, (2002, p. 32)

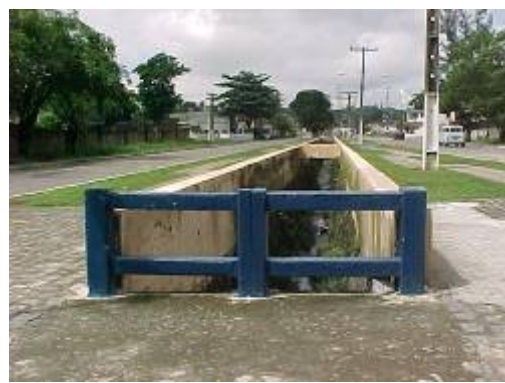


Figura 1.7 – Paulista: Canal Jardim Paulista

Fonte: Andrade, (2002, p. 32)

pelos problemas de assoreamento e deslizamento dos morros e pelas naturais condições da cidade situada ao nível do mar.

Não apenas no Recife, mas, também, nas áreas baixas dos municípios de Olinda e Jaboatão dos Guararapes, observam-se problemas mais sérios de drenagem em áreas onde se localizam os assentamentos de baixa renda ou informais. No caso das encostas dos morros, em que grande parte da ocupação, também, se deu à revelia dos princípios básicos da drenagem, as áreas de risco, sujeitas a desmoronamentos, ameaçam as vidas de seus moradores.

Segundo informações censitárias (2000), todos os municípios da RMR possuem sistema de drenagem subterrâneo, sendo comum a todos redes de microdrenagem, a exceção do município de Araçoiaba.

Apesar de esses dados indicarem que, apenas, os municípios do núcleo metropolitano – Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes – juntamente com o município do Cabo de Santo Agostinho, possuem redes de macrodrenagem, pesquisa realizada para o Projeto Metrópole Estratégica, estima a existência de canais de macrodrenagem em outros municípios, como apresenta a Tabela 1.7.

Segundo Andrade (2002), o sistema de macro drenagem da RMR apresenta cerca de **230 km** de canais urbanos e do micro drenagem cerca de **960 km** de galerias ou canaletas abertas de águas pluviais. Destes canais aproximadamente **40%** ou **92 km**, referem-se a canais abertos e revestidos e representam juntamente com a rede de galerias, um patrimônio público construído da ordem de **R\$ 350 milhões**, que necessita de serviços de manutenção e conservação permanente, para cumprirem as suas funções com eficiência.

Tabela 1.7
RMR. Extensão das redes de macro e microdrenagem. (2002)

Município	Canais Urbanos de Macrodrenagem (*)		Microdrenagem (**)
	Extensão Total (km)	Percentual Revestido (%)	Extensão de Galerias (Km)
Recife	92	70	600
Jaboatão dos Guararapes	34	20	98
Olinda	25	15	56
Paulista	28	25	58
Abreu e Lima	9	10	26
Cabo de Santo Agostinho	21	15	40
Igarassu	10	10	22
Ipojuca	4	10	31
Itapissuma	3	10	14
Moreno	6	10	15
TOTAL	230	40	960

(*) Estimativas realizadas a partir de base cartográfica da RMR, complementados por observações in loco.

(**) Estimativas feitas a partir das informações da EMLURB para o Recife e expandidas para os demais municípios, como percentuais das vias pavimentadas, supostamente com redes de drenagem em proporção proximamente equivalente a do Recife.

OBS: Dados disponíveis para os municípios apresentados na Tabela

Fonte: Andrade (2002)

A inexistência ou o subdimensionamento do sistema de microdrenagem nos morros tem-se constituído um dos principais problemas que afetam a estabilidade de edificações e provocam erosão e deslizamentos. (Figura 1.8)



Figura 1.8 – Recife: Subdimensionamento de canaletas em morro

Fonte: Alheiros et al (2002, p. 57)

O lançamento da rede de águas pluviais é feito, pela maioria dos municípios da RMR, nos cursos d'água permanentes, a exceção do município de Itapissuma que lança em

reservatórios de acumulação. A manutenção do sistema de drenagem superficial é feita mediante a varrição e limpeza das vias. São, também, comuns a todos os municípios os serviços de limpeza e desobstrução das galerias, de dragagem e limpeza de canais, bem como de limpeza e desobstrução dos dispositivos de captação.

Outros serviços de provimento e manutenção de infra-estruturas urbanas, que se destacam na Região Metropolitana do Recife, referem-se ao **controle da erosão e contenção de encostas e da erosão costeira**. No caso dos morros, a ocupação urbana foi realizada de forma desordenada, com baixo padrão construtivo e uso incorreto do solo, trazendo impactos ambientais, como erosões e ruptura de taludes e supressão da vegetação, com perda de solo de superfície e instabilidade de encostas, contribuindo para uma série de riscos para a população residente.

Os processos erosivos são evidentes em vários pontos da RMR, onde se observa desde a formação de voçorocas imensas (Ibura, Araçoiaba) (Figuras 1.9 e 1.10) à presença de sulcos disseminados nos cortes expostos (margens da BR-101, PE-18, PE-51), erosão laminar intensa nas vias públicas não pavimentadas (Casa Amarela, Ibura, Nova Descoberta, Passarinho), deslizamentos de taludes (morros das zonas norte e sul da RMR) e assoreamento (Camaragibe). (Figura 1.11)

Atualmente encontram-se identificados cerca de 10.000 pontos de risco nas áreas de morros da cidade do Recife e 3.000 em Olinda. Estima-se que a existência de aproximadamente 20.000 pontos de risco no território urbanizado da RMR. São definidos como pontos de risco os locais em morros que apresentam problemas de estabilidade ou de erosão de encostas. (Andrade, 2002)

As Prefeituras Municipais vêm já há algumas décadas executando obras de infraestrutura local nessas áreas, principalmente de acessos (escadarias) e de contenção de encostas (muros de arrimo). Com o ganho de experiência por parte das prefeituras, foram sendo

paulatinamente adaptadas técnicas de drenagem superficial, reduzidas a utilização de estruturas de arrimo de gravidade e estimulados novos padrões de comportamento social da população, com relação às condições de segurança para habitar em morros.

Em função da grande proporção do problema e da limitação dos recursos para solucioná-la, existe a disseminação da prática de utilização de soluções emergenciais, como a colocação de lonas plásticas sobre as barreiras expostas (Figura 1.12), para reduzir riscos de infiltrações e erosões superficiais e permitir as municipalidades investirem nos pontos mais críticos mediante intervenções de proteção, com a utilização de técnicas diversas. (Figura 1.13)

Os esforços para minimizar as alterações na linha da costa na região do Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista, têm sido, também, um dado importante no aspecto da intervenção nas áreas de risco ambiental da RMR. Os efeitos destrutivos dessas alterações remontam ao início do século 20, mas os impactos mais substanciais ocorreram a partir de intervenções antrópicas, sobretudo aquelas decorrentes da implantação do Porto do Recife assim como da implantação de loteamentos nas zonas de praia. Hoje a grande concentração demográfica junto ao litoral torna as acomodações litorâneas mais importantes, devido aos prejuízos causados à população e à infra-estrutura urbana.

O litoral de Olinda e Paulista, desde a Praia dos Milagres até a Ponta do Sol em Maria Farinha, encontra-se em acentuado processo de erosão. Esse processo tem prejudicado sobremaneira os referidos municípios, seja diretamente, destruindo benfeitorias públicas e privadas, e, indiretamente influenciando negativamente no desenvolvimento econômico, turístico, recreativo e imobiliário da região afetada. Os trechos das praias dos Milagres, do Carmo,



Figura 1.9 – Recife: Área de risco por erosão em morro do Ibura

Fonte: Andrade (2002, p.26)



Figura 1.10 – Araçoiaba: Erosão por voçorocas

Fonte: Andrade (2002, p.29)



Figura 1.11 – Camaragibe: Assoreamento

Fonte: Azeiros (2002, p 61)

Bairro Novo, Casa Caiada e Rio Doce em Olinda e parte das praias de Enseadinha e Janga já foram contempladas com obras de proteção e de recuperação. Diversas intervenções também ocorreram no litoral de Paulista, nos últimos 6 (seis) anos, com sérios impactos ambientais na faixa de costa, decorrentes de equívocos técnicos. Ainda assim, necessitam de complementação.

Em anos mais recentes, iniciou-se também um processo de erosão nas praias da zona Sul do Recife e de Jaboatão dos Guararapes, com avanços expressivos da linha da costa e perdas nas faixas de praia. O mar alcançou o calçadão e a avenida beira mar, causando prejuízos à cidade, devido aos focos de erosão localizados nessas áreas, que provocaram desabamentos nos muros de contenção, as vias e nas calçadas. Ações de proteção nestes trechos do litoral metropolitano foram executadas, mas também de forma parcial e incompleta.

As obras executadas nos locais com problemas de erosão costeira constam normalmente de espigões e quebra-mares semi-submersos de enrocamento, que forma células, as quais devem ser preenchidas com areia, para que a restauração e proteção do litoral se tornem efetivos. Em diversos trechos as obras de enrocamentos, espigões e quebra-mares já foram implantadas. Faltam, no

entanto as obras de complementação dos enrocamentos, a retirada dos espigões, que têm função apenas de acesso, e a realimentação das células com areia. A realimentação da praia com areia tem como finalidades a recuperação e proteção da faixa de praia e o retorno a balneabilidade.



Figura 1.12 – Recife: Proteção por lonas plásticas com falhas

Fonte: Andrade (2002, p 29)



Figura 1.13 - Camaragibe: Revestimento da encosta em argamassa sem tela

Fonte: Alheiros (2002, p. 59)

2 DIAGNÓSTICO SÓCIO-URBANO DA ÁREA METROPOLITANA

As características demográficas e socioeconômicas da população expressam as condições de inserção social dos indivíduos e das famílias. Nessa perspectiva, esse capítulo analisa de forma mais aprofundada as características mais relevantes da população que habita a Região Metropolitana do Recife, abordando as tipologias sócio-ocupacionais e a segregação espacial, bem como as características demográficas, educacionais, de renda e inserção no mercado de trabalho, de moradia, de mobilidade e transporte e de violência urbana.

Como recortes espaciais, o capítulo focaliza os conjuntos de municípios reunidos segundo o nível de integração ao pólo, os municípios separadamente e, como nível de desagregação espacial menor que os municípios, focaliza as Áreas de Expansão dos Dados da Amostra - AED do Censo Demográfico de 2000, que são unidades geográficas, formadas por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários. Esses agrupamentos que configuram as AED foram definidos levando-se em conta: o tamanho, em termos de domicílios e de população visando garantir a expansão da amostra sem perder sua representatividade; a contigüidade, na perspectiva do recorte geográfico; e a homogeneidade, em relação ao um conjunto de características populacionais e de infraestrutura conhecidas.⁷

A Tabela 2.1 apresenta as 128 AED definidas para a Região Metropolitana do Recife. Destas, 41% situam-se no Recife e 79% situam-se no núcleo metropolitano, envolvendo, além do pólo (Recife) os municípios que mantêm com ele um nível de integração muito alto. Encontram-se, em anexo, o Cartograma 2.1 e Tabela A.1, que apresentam a relação das AED.

Tabela 2.1
RMR. Numero de Áreas de Expansão de Dados da Amostra (AED) por municípios segundo níveis de integração ao pólo metropolitano. (2000)

Municípios segundo o nível de integração ao pólo		Número de Áreas de Expansão de Dados – AED
Código	Município	
• Município pólo		
2607208	Recife	53
• Municípios com MUITO ALTO nível de integração		
2607901	Jaboatão dos Guararapes	26
2609600	Olinda	10
2610707	Paulista	12
Sub-total		48
• Municípios com ALTO nível de integração		
2600054	Abreu e Lima	5
2602902	Cabo de Santo Agostinho	2
2603454	Camaragibe	6
Sub-total		13
• Municípios com MÉDIO nível de integração		
2601052	Araçoiaba	1
2606804	Igarassu	4
2607604	Ilha de Itamaracá	1
2607208	Ipojuca	2
2607752	Itapissuma	1
2609402	Moreno	1
2613701	São Lourenço da Mata	4
Sub-total		12
Total RM Recife		128

Fonte: IBGE, Microdados da Amostra - Novembro/ 2002.

⁷Os detalhes sobre a conformação das Áreas de Expansão de Dados - AED podem ser consultados na Documentação dos Microdados da Amostra - IBGE - nov. 2002.

Cartograma 2.1 – Áreas de Expansão dos Dados da Amostra – AED.

Região Metropolitana do Recife (2000)

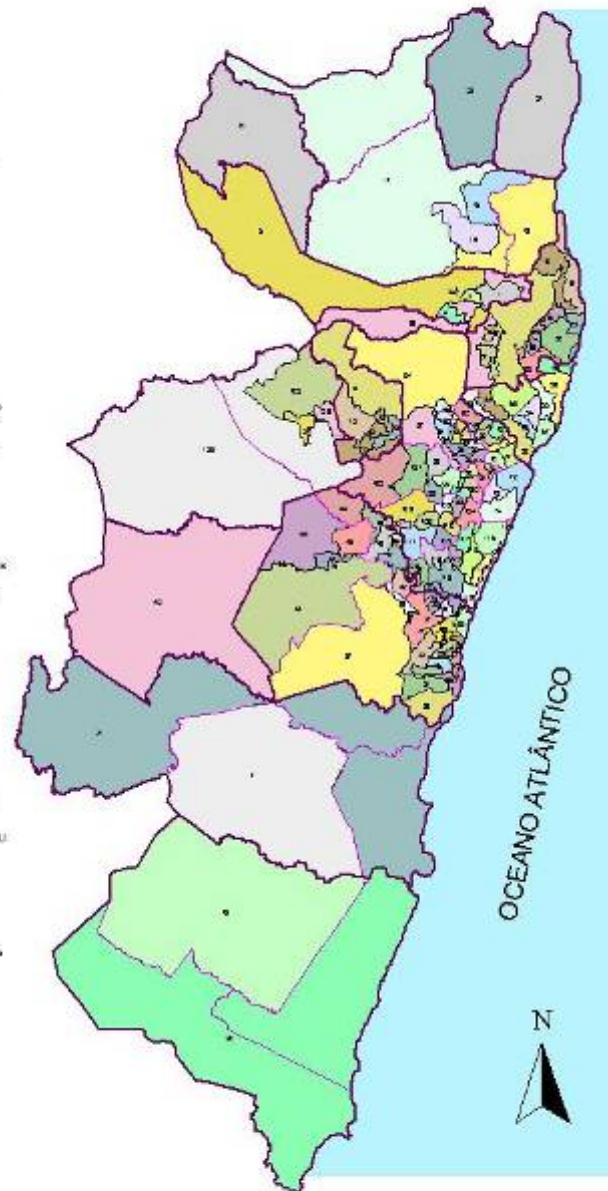
LEGENDA

2000_AED_LEGENDA.shp

- | | |
|--|---|
| 1 Corumbá | 66 Mangapá, Mangapá I |
| 2 Corumbá | 67 Mangapá II |
| 3 Corumbá, Corumbá I e II | 68 Mirim, Jardim Paulista |
| 4 Corumbá III | 69 Jardim Paulista Alto e Parque |
| 5 Pinaçu, Corumbá I | 70 Anápolis |
| 6 Corumbá | 71 Corumbá II |
| 7 Corumbá, Corumbá e Rio Preto | 72 Corumbá, Torre Belém |
| 8 Lacerdópolis, Povoado Corumbá | 73 São João, Sítio de Recife |
| 9 Jardim Corumbá | 74 São João, Sítio de Recife, Sítio de Lázaro |
| 10 Corumbá, Vila de Roberto e Pinaçu | 75 São João, Sítio de Recife, Sítio de Lázaro |
| 11 Corumbá, Povoado Corumbá, Alameda M | 76 São João, Sítio de Recife, Sítio de Lázaro |
| 12 Corumbá, São Paulo e São Paulo | 77 São João, Sítio de Recife, Sítio de Lázaro, II |
| 13 Itambé | 78 Casa Grande |
| 14 Alcaide | 79 Povoado, Capela, Povoado |
| 15 Corumbá | 80 Povoado de Pernambuco, Alcaide |
| 16 Corumbá, Povoado, Vila de Sítio | 81 Vila de Lázaro |
| 17 Vila de Lázaro e Capela | 82 Vila de Lázaro |
| 18 Vila de Lázaro e Capela | 83 Vila de Lázaro |
| 19 Vila de Lázaro e Capela | 84 Vila de Lázaro |
| 20 Vila de Lázaro | 85 Vila de Lázaro |
| 21 Vila de Lázaro | 86 Vila de Lázaro |
| 22 Vila de Lázaro | 87 Vila de Lázaro |
| 23 Vila de Lázaro | 88 Vila de Lázaro |
| 24 Vila de Lázaro | 89 Vila de Lázaro |
| 25 Vila de Lázaro | 90 Vila de Lázaro |
| 26 Vila de Lázaro | 91 Vila de Lázaro |
| 27 Vila de Lázaro | 92 Vila de Lázaro |
| 28 Vila de Lázaro | 93 Vila de Lázaro |
| 29 Vila de Lázaro | 94 Vila de Lázaro |
| 30 Vila de Lázaro | 95 Vila de Lázaro |
| 31 Vila de Lázaro | 96 Vila de Lázaro |
| 32 Vila de Lázaro | 97 Vila de Lázaro |
| 33 Vila de Lázaro | 98 Vila de Lázaro |
| 34 Vila de Lázaro | 99 Vila de Lázaro |
| 35 Vila de Lázaro | 100 Vila de Lázaro |
| 36 Vila de Lázaro | 101 Vila de Lázaro |
| 37 Vila de Lázaro | 102 Vila de Lázaro |
| 38 Vila de Lázaro | 103 Vila de Lázaro |
| 39 Vila de Lázaro | 104 Vila de Lázaro |
| 40 Vila de Lázaro | 105 Vila de Lázaro |
| 41 Vila de Lázaro | 106 Vila de Lázaro |
| 42 Vila de Lázaro | 107 Vila de Lázaro |
| 43 Vila de Lázaro | 108 Vila de Lázaro |
| 44 Vila de Lázaro | 109 Vila de Lázaro |
| 45 Vila de Lázaro | 110 Vila de Lázaro |
| 46 Vila de Lázaro | 111 Vila de Lázaro |
| 47 Vila de Lázaro | 112 Vila de Lázaro |
| 48 Vila de Lázaro | 113 Vila de Lázaro |
| 49 Vila de Lázaro | 114 Vila de Lázaro |
| 50 Vila de Lázaro | 115 Vila de Lázaro |
| 51 Vila de Lázaro | 116 Vila de Lázaro |
| 52 Vila de Lázaro | 117 Vila de Lázaro |
| 53 Vila de Lázaro | 118 Vila de Lázaro |
| 54 Vila de Lázaro | 119 Vila de Lázaro |
| 55 Vila de Lázaro | 120 Vila de Lázaro |
| 56 Vila de Lázaro | 121 Vila de Lázaro |
| 57 Vila de Lázaro | 122 Vila de Lázaro |
| 58 Vila de Lázaro | 123 Vila de Lázaro |
| 59 Vila de Lázaro | 124 Vila de Lázaro |
| 60 Vila de Lázaro | 125 Vila de Lázaro |
| 61 Vila de Lázaro | 126 Vila de Lázaro |
| 62 Vila de Lázaro | 127 Vila de Lázaro |
| 63 Vila de Lázaro | 128 Vila de Lázaro |
| 64 Vila de Lázaro | 129 Vila de Lázaro |
| 65 Vila de Lázaro | 130 Vila de Lázaro |

- 2000_mr_municipal.shp
2000_mr_subdistrito.shp
2000_AED_LEGENDA.shp

10 0 10 Km



Fonte: Observatório das Metrópoles - IPPUR/PPGEO/FASE, 2005
Equipe Recife: Jan Bitoun, Livia Miranda, M^a Ângela Souza

2-1 OCUPAÇÃO, RENDA E DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL

2.1.1 Tipologia Sócio-Ocupacional em 2000

A identificação da estrutura sócio-ocupacional da metrópole recifense fundamenta-se na classificação da população ocupada, recenseada por questionário amostral do IBGE durante o Censo domiciliar de 2000, em 24 categorias sócio-ocupacionais (CAT). A construção dessas categorias resultou de um criterioso esforço de agrupamento das ocupações recenseadas, considerando, entre outros critérios, posições na ocupação, patamares de renda e/ou de escolaridade, setores e ramos de atividades. Cabe ressaltar que a adoção desses critérios varia de uma categoria para outra de modo a garantir uma certa homogeneidade social no interior de uma mesma categoria. Esse trabalho, realizado pela equipe de coordenação do Projeto, fundamentou-se em experiências anteriores de classificação da população ocupada recenseada nos Censos de 1991 e 1980 (Ribeiro e Lago, 2000) e levou em conta as mudanças ocorridas no modus operandi do Censo de 2000. A concepção que orientou os autores dessa classificação considera que se pode explorar o potencial de dados do Censo para expressar, num caminho entre procedimentos analíticos e esforços de síntese, a complexidade da sociedade urbana brasileira permeada por divisões materiais e simbólicas. Essas divisões definem segmentações, desigualdades, possibilidades e restrições à mobilidade social, bem como tendências à permanência e à mobilidade geográfica. Em suma, procura-se por meio dessa classificação superar os limites de uma identificação social exclusivamente fundamentada em classes de renda, mesmo se, como se verá, a extrema desigualdade das remunerações é uma característica marcante da sociedade e dos modos de apropriação e uso do espaço urbano metropolitano.

Considerando a estrutura sócio-ocupacional da população ocupada da Região Metropolitana do Recife, marcada pela predominância de um grande grupo popular, no âmbito do qual são majoritários os ocupados nos serviços e comércios e relativamente poucas significativas as concentrações industriais, o principal desafio consiste em adotar procedimentos metodológicos permitindo diferenciar territórios de residências apresentando uma certa homogeneidade social. Para isso, é importante levar em conta a própria morfologia do território que, nas suas diferenças, relaciona-se com processos de apropriação e de uso por diversas Categorias Sócio-ocupacionais.

Devido à configuração da mancha urbana metropolitana, paralela ao litoral e se estreitando ao longo de eixos viários a norte, sul e oeste do núcleo principal, a solução para retratar da melhor forma possível as diferenças que ocorrem nas áreas periurbanas e rurais, onde se localizam grupos populares cuja diferenciação interna é de interesse dessa pesquisa, é de agregar setores censitários de vários municípios de modo a constituir unidades espaciais rurais ou periurbanas estatisticamente confiáveis. Com este fim foram elaboradas Unidades Estatísticas Espaciais específicas para essa pesquisa, denominadas ACAT (em referência às Categorias Sócio-ocupacionais) . Foram criadas 98 ACAT e uma base de dados que tem este recorte por referência. A partir de análise fatorial por correspondência binária e o sistema de classificação hierárquica ascendente definiu-se 8 tipos sócio-ocupacionais, a saber: Superiores; Superior Médio; Médio; Operário Popular; Popular; Popular Inferior; Agrícola popular e Agrícola.

A Tabela 2.1.1 mostra a proporção da população ocupada em cada Tipo Socioocupacional. Nesta podemos perceber que nove entre cada dez pessoas que residem no tipo superior estão em idade ativa e destes metade está ocupado. Os chefes residentes neste mesmo tipo tem um rendimento nominal mensal superior a 10 salários mínimos (66, 5%). Em oposição, na RMRecife 46,6% recebem mensalmente menos de dois salários mínimos. São as ocupações agrícolas que concentram a maior proporção desta faixa salarial, chegando a cerca de 70%.

Na organização social do espaço, como em muitas grandes aglomerações, o fato mais nítido é a extrema concentração das Categorias Dirigentes, levando ao fenômeno denominado de “auto-segregação”, expressando uma vontade de ficar entre pares para evitar a mistura social. No caso da RMR, ainda não se apresentam significativas estatisticamente tendências esboçadas de conquista de novos espaços por essas Categorias: Empreendimentos residenciais no Centro do Recife, onde predominam os moradores pobres, e constituição de condomínios fechados no litoral sul (Cabo, Ipojuca) e na região oeste da RMR.

A relativa concentração das Categorias de Ocupações Médias em áreas de Conjuntos Habitacionais parece ser uma herança de estratégias habitacionais do passado ligadas a políticas pretéritas do Banco Nacional da Habitação; a presença significativa dessas Categorias em áreas do Tipo Popular, em especial as mais urbanisticamente consolidadas, assinala uma possível valorização dessas áreas ou o empobrecimento desses setores predominantemente assalariados. Finalmente, é nas periferias periurbanas que se recriam novos espaços para os segmentos mais inferiores da escala social que, no caso do Recife estão também presentes no Centro e espalhados em assentamentos precários que, muito lentamente,

se equipam e se consolidam no meio de espaços dos Tipos Superior Médio e Médio, assegurando a manutenção de vizinhanças formadas por setores sociais bastante diferenciados que procuram conviver sem se misturar, gerando barreiras físicas e simbólicas que fragmentam a cidade.

Tabela 2..1.1
DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DA POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO TIPOS SOCIOOCUPACIONAIS NA RMR - 2000

TIPO	POPULAÇÃO TOTAL	RMR (%)	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA TOTAL*	RMR (%)	PIEA (%)	POPULAÇÃO OCUPADOS	RMR (%)	PIEA (%)
1 SUPERIOR	78.994	2,37	71.088	2,60	89,99	36.826	3,33	51,80
2 SUPERIOR MÉDIO	415.531	12,45	358.660	13,10	86,31	169.721	15,37	47,32
3 MÉDIO	468.517	14,04	393.633	14,38	84,02	161.448	14,62	41,01
4 OPERÁRIO POPULAR	450.832	13,51	362.884	13,26	80,49	135.361	12,26	37,30
5 POPULAR	1.565.623	46,91	1.270.737	46,43	81,16	501.149	45,37	39,44
6 POPULAR INFERIOR	195.206	5,85	154.731	5,65	79,27	58.966	5,34	38,11
7 AGRÍCOLA POPULAR	69.251	2,07	53.631	1,96	77,44	18.794	1,70	35,04
8 AGRÍCOLA	93.610	2,80	71.767	2,62	76,67	22.234	2,01	30,98
TOTAL RMR	3.337.565	100,00	2.737.131	100,00	82,01	1.104.499	100,00	40,35

FONTE: OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES - PERNAMBUCO a partir de IBGE 2000

* POPULAÇÃO RESIDENTE DE 10 E MAIS ANOS DE IDADE E SITUAÇÃO OCUPACIONAL - 2000

Tabela 2.2.2
PESSOAS RESPONSÁVEIS PELOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES
- RENDIMENTO NOMINAL MENSAL

TIPO	até 2 SM		mais de 2 a 5 SM		mais de 5 a 10 SM		mais de 10 SM	
1 SUPERIOR	1355	5,65	1902	7,93	3980	16,59	15952,00	66,51
2 SUPERIOR MÉDIO	27146	23,14	19286	16,44	23880	20,36	39206,00	33,42
3 MÉDIO	47936	39,03	36099	29,39	19802	16,12	7853,00	6,39
4 OPERÁRIO POPULAR	57905	50,96	26891	23,66	9427	8,30	3063,00	2,70
5 POPULAR	212588	53,52	83116	20,92	33717	8,49	15229,00	3,83
6 POPULAR INFERIOR	28973	62,13	7812	16,75	1840	3,95	927,00	1,99
7 AGRÍCOLA POPULAR	10567	62,48	2232	13,20	596	3,52	197,00	1,16
8 AGRÍCOLA	14571	69,01	2013	9,53	514	2,43	214,00	1,01
TOTAL RMR	401041	46,65	179351	20,86	93756	10,91	82641,00	9,61

FONTE: OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES - PERNAMBUCO a partir de IBGE 2000

Quadro 2.2.3

Perfil e índice de densidade relativa das categorias socioocupacionais segundo os tipos de áreas. Região Metropolitana do Recife. 2000

TIPOS	Superior		2 - Superior Médio		3 - Médio		4 - Operário Popular		5 - Popular		6 - Popular Inferior		7 - Agrícola Popular		8 - Agrícola		Total geral		
	(%)	DENS	(%)	DENS	(%)	DENS	(%)	DENS	(%)	DENS	(%)	DENS	(%)	DENS	(%)	DENS	(%)	DENS	FREQ
DIRIGENTES	8,97	7,40	3,09	2,55	0,76	0,62	0,46	0,38	0,48	0,39	0,57	0,47	0,73	0,61	0,86	0,71	1,21	1,0	13207
CAT21 grandes empregadores	5,93	9,60	1,98	3,20	0,15	0,24	0,10	0,16	0,16	0,25	0,20	0,32	0,15	0,24	0,08	0,14	0,62	1,00	6736
CAT22 dirigentes do setor público	1,26	4,51	0,46	1,67	0,29	1,03	0,19	0,67	0,17	0,62	0,23	0,84	0,34	1,23	0,24	0,87	0,28	1,00	3033
CAT23 dirigentes do setor privado	1,78	5,64	0,64	2,04	0,32	1,01	0,17	0,54	0,15	0,48	0,14	0,43	0,24	0,78	0,53	1,69	0,32	1,00	3438
INTELECTUAIS	47,25	4,17	28,95	2,56	9,18	0,81	5,91	0,52	6,43	0,57	4,36	0,38	3,19	0,28	2,82	0,25	11,32	1,0	75314
CAT41 profissionais autônomos de nível superior	6,96	5,25	3,67	2,77	0,92	0,69	0,57	0,43	0,65	0,49	0,45	0,34	0,27	0,20	0,28	0,21	1,33	1,00	14449
CAT42 profissionais empregados de nível superior	12,42	4,46	8,17	2,93	2,06	0,74	0,91	0,33	1,45	0,52	0,60	0,22	0,52	0,19	0,57	0,21	2,78	1,00	30353
CAT43 profissionais estatutários de nível superior	5,26	5,63	2,85	3,05	0,54	0,58	0,19	0,21	0,46	0,50	0,16	0,18	0,05	0,05	0,07	0,08	0,93	1,00	10181
CAT44 professores de nível superior	4,17	2,24	3,81	2,04	2,07	1,11	1,33	0,71	1,37	0,73	0,60	0,32	0,68	0,36	0,62	0,33	1,86	1,00	20331
PEQUENOS EMPREGADORES	9,22	4,18	5,23	2,37	1,80	0,82	1,46	0,66	1,25	0,56	1,27	0,58	0,84	0,38	0,64	0,29	2,21	1,0	24066
CAT31 pequenos empregadores	9,22	4,18	5,23	2,37	1,80	0,82	1,46	0,66	1,25	0,56	1,27	0,58	0,84	0,38	0,64	0,29	2,21	1,00	24066

(continua)

Quadro 2.2

(continuação)

Perfil e índice de densidade relativa das categorias socioocupacionais segundo os tipos de áreas. Região Metropolitana do Recife. 2000

TIPOS CATEGORIAS	Superior		2 - Superior Médio		3 - Médio		4 - Operário Popular		5 - Popular		6 - Popular Inferior		7 - Agrícola Popular		8 - Agrícola		Total geral		
	(%)	DENS	(%)	DENS	(%)	DENS	(%)	DENS	(%)	DENS	(%)	DENS	(%)	DENS	(%)	DENS	(%)	DENS	FREQ
OCUPAÇÕES MÉDIAS	32,97	1,25	34,72	1,31	34,62	1,31	21,84	0,83	24,27	0,92	15,58	0,59	12,87	0,49	9,61	0,36	26,43	1,0	28814
CAT51 ocupações de escritório	9,34	0,99	11,41	1,20	13,54	1,43	7,82	0,82	8,88	0,94	5,98	0,63	4,04	0,43	2,80	0,30	9,48	1,00	10336
CAT52 ocupações de supervisão	9,90	2,75	6,97	1,93	4,01	1,11	2,55	0,71	2,55	0,71	1,68	0,47	1,67	0,46	1,88	0,52	3,61	1,00	39315
CAT53 ocupações técnicas	7,13	1,45	7,87	1,60	6,71	1,36	3,78	0,77	4,15	0,84	1,94	0,39	1,93	0,39	1,14	0,23	4,93	1,00	53777
CAT54 ocupações médias da saúde e educação	3,22	0,67	4,34	0,91	5,80	1,21	4,49	0,94	5,07	1,06	3,67	0,77	3,80	0,79	2,73	0,57	4,79	1,00	52220
CAT55 ocupações da segurança pública, justiça e correios	1,90	0,74	2,73	1,06	3,51	1,37	2,15	0,84	2,61	1,02	1,58	0,62	1,08	0,42	0,88	0,34	2,56	1,00	27958
CAT32 ocupações artísticas e similares	1,48	1,40	1,40	1,32	1,06	1,00	1,06	1,00	1,02	0,96	0,72	0,68	0,34	0,32	0,17	0,16	1,06	1,00	11517
TRABALHADORES DO TERCIÁRIO ESPECIALIZADO	8,32	0,39	15,21	0,71	23,28	1,08	23,25	1,08	23,95	1,11	23,02	1,07	16,04	0,74	14,21	0,66	21,54	1,0	23485
CAT61 trabalhadores do comércio	5,43	0,55	8,04	0,82	11,87	1,21	10,67	1,09	10,32	1,05	8,61	0,88	6,92	0,70	4,85	0,49	9,82	1,00	10708
CAT62 prestadores de serviços especializados	2,89	0,25	7,16	0,61	11,42	0,97	12,58	1,07	13,64	1,16	14,41	1,23	9,12	0,78	9,36	0,80	11,72	1,00	12777

(continua)

Quadro 2.2

(continuação)

Perfil e índice de densidade relativa das categorias socioocupacionais segundo os tipos de áreas. Região Metropolitana do Recife. 2000

TIPOS CATEGORIAS	Superior		2 - Superior Médio		3 - Médio		4 - Operário Popular		5 - Popular		6 - Popular Inferior		7 - Agrícola Popular		8 - Agrícola		Total geral		
	(%)	DENS	(%)	DENS	(%)	DENS	(%)	DENS	(%)	DENS	(%)	DENS	(%)	DENS	(%)	DENS	(%)	DENS	FREQ
TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	2,86	0,14	8,35	0,42	19,01	0,96	29,47	1,48	21,88	1,10	23,98	1,21	24,04	1,21	24,35	1,22	19,89	1,0	21687
CAT71 trabalhadores da indústria moderna	0,42	0,10	1,59	0,38	4,33	1,03	7,21	1,72	4,41	1,05	4,26	1,02	5,03	1,20	4,70	1,12	4,18	1,00	45618
CAT72 trabalhadores da indústria tradicional	1,10	0,27	2,12	0,52	4,49	1,11	6,36	1,56	4,11	1,01	4,12	1,01	4,58	1,13	5,18	1,28	4,06	1,00	44315
CAT73 trabalhadores dos serviços auxiliares	0,80	0,16	2,24	0,44	5,76	1,12	7,52	1,46	5,61	1,09	4,45	0,86	6,51	1,26	5,95	1,16	5,15	1,00	56158
CAT74 trabalhadores da construção civil	0,55	0,08	2,41	0,37	4,42	0,68	8,38	1,29	7,76	1,20	11,15	1,72	7,92	1,22	8,50	1,31	6,49	1,00	70782
TRABALHADORES DO TERCIÁRIO NÃO ESPECIAL.	8,51	0,42	14,50	0,72	14,48	0,72	19,31	0,96	23,32	1,16	31,24	1,56	25,40	1,27	17,70	0,88	20,04	1,0	21855
CAT63 prestadores de serviços não especializados	0,66	0,13	2,75	0,55	3,44	0,69	4,81	0,96	6,43	1,29	7,28	1,46	5,16	1,03	3,29	0,66	5,00	1,00	54539
CAT81 trabalhadores domésticos	6,16	0,72	7,32	0,86	4,97	0,58	7,95	0,93	9,23	1,08	17,05	2,00	10,83	1,27	9,67	1,14	8,51	1,00	92789
CAT82 ambulantes e catadores	1,70	0,26	4,43	0,68	6,07	0,93	6,55	1,00	7,66	1,17	6,91	1,06	9,40	1,44	4,74	0,73	6,53	1,00	71229
AGRICULTORES	0,35	0,19	0,41	0,23	0,47	0,27	1,23	0,69	0,92	0,52	2,53	1,43	18,57	10,48	31,10	17,55	1,77	1,0	19324
CAT10 agricultores	0,35	0,19	0,41	0,23	0,47	0,27	1,23	0,69	0,92	0,52	2,53	1,43	18,57	10,48	31,10	17,55	1,77	1,00	19324
TOTAL	100	1,0	100	1,0	100	1,0	100	1,0	100	1,0	100	1,0	100	1,0	100	1,0	100	1,0	10903

FONTE: OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES - PERNAMBUCO a partir de IBGE 2000

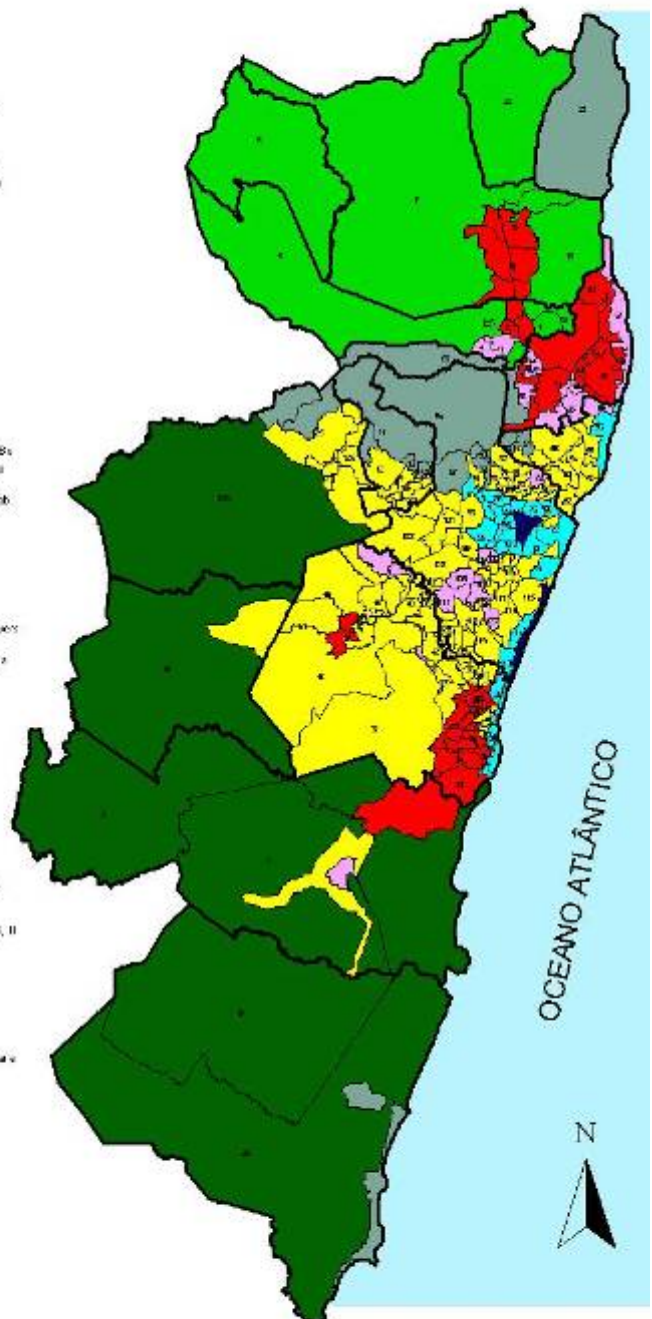
**Cartograma 2.2 – Categorias Sócio-Ocupacionais.
Região Metropolitana do Recife (2000)**

LEGENDA

2000_000_LEGENDA.shp

- | | |
|---|--------------------------------------|
| 1-Boleiro | 65-Flagelo, Maranguape I |
| 2-Centro | 66-Maranguape I |
| 3-Boleiro, Coquele III | 67-Miraflores, Jacaré Passado |
| 4-Centro I e II | 68-Jardim Paulista, São e Paraíba |
| 5-Parque, Centro II | 69-Itaú Landmark |
| 6-Boleiro | 70-Centro II |
| 7-Centro, Churrasco e Floresta | 71-Centro Novo, Torre Calvão |
| 8-Suzanal, Parque do Carvão | 72-Santa Helena, Bairro do Recife |
| 9-Turístico e Centro | 73-Boleiro, S. de Deus, Ilha de Luz |
| 10-Centro, Vila da Fábula e Fátima | 74-São Antonio, São José, Cab |
| 11-Boleiro Novo, Estádio e Alberto II | 75-Área de Campana do S. João |
| 12-Centro, São Pedro e São Paulo | 76-Paralimbo, Encruzilhada, II |
| 13-Turístico | 77-Centro Grande |
| 14-Boleiro | 78-Parque, Cujubim, Parque |
| 15-Centro | 79-Boleiro de Ilha de Luz, Alto S |
| 16-Centro de Religião, Ave. Albuquerque | 80-Água Fria |
| 17-Área Litorânea e Orlamento | 81-Água Fria, Ilha de Luz |
| 18-Boleiro Cruz e Cruz de São Paulo | 82-Boleiro Unidos |
| 19-Boleiro | 83-Turismos, Panamericano, S |
| 20-Boleiro | 84-Boleiro, Olaria, Jaqueira |
| 21-Boleiro, Estádio | 85-Centro, Avenida, Alto de Maré |
| 22-Boleiro | 86-Boleiro Unidos |
| 23-Parque, Capetina | 87-Parque, Maracá, Apparelo |
| 24-Parque, Lago do Dogão | 88-Boleiro de São |
| 25-Parque, Centro e Curva de | 89-Boleiro, Alto de Luz, de P |
| 26-Centro | 90-Boleiro, Ilha de Luz, Alto de Luz |
| 27-Boleiro, Fátima, Guaraná | 91-Miraflores, Parque do Anjo |
| 28-Boleiro, Guaraná, Jardim Botânico | 92-Boleiro, Parque |
| 29-Parque, Atalaia | 93-Boleiro, São Paulo, Encruzilhada |
| 30-Parque, Estádio de Botafogo | 94-Centro, Parque |
| 31-Centro, São | 95-Centro |
| 32-Parque, Alto Capatzen | 96-Torre |
| 33-Boleiro, Estádio | 97-Boleiro, Torre |
| 34-Boleiro | 98-Boleiro |
| 35-Boleiro | 99-Torre, Encruzilhada |
| 36-Centro, Maracá | 100-Miraflores, Ilha de Luz |
| 37-Boleiro, Maracá, Parque | 101-Centro, Torre, Cidade Unidos |
| 38-Parque, Maracá | 102-Boleiro, UR I |
| 39-Centro | 103-Boleiro, Encruzilhada, Maracá |
| 40-Centro | 104-Boleiro |
| 41-Centro | 105-Boleiro |
| 42-Centro, Parque, UR S e UR | 106-Boleiro, Parque |
| 43-Boleiro, Centro I | 107-Boleiro, Parque |
| 44-Centro | 108-Boleiro, Parque |
| 45-Boleiro, Parque | 109-Boleiro, Parque |
| 46-Boleiro, Parque | 110-Boleiro, Parque |
| 47-Boleiro, Parque | 111-Boleiro, Parque |
| 48-Boleiro, Parque | 112-Boleiro, Parque |
| 49-Boleiro, Parque | 113-Boleiro, Parque |
| 50-Boleiro, Parque | 114-Boleiro, Parque |
| 51-Boleiro, Parque | 115-Boleiro |
| 52-Boleiro, Parque | 116-Boleiro |
| 53-Boleiro, Parque | 117-Boleiro |
| 54-Boleiro, Parque | 118-Boleiro |
| 55-Boleiro, Parque | 119-Boleiro |
| 56-Boleiro, Parque | 120-Boleiro |
| 57-Boleiro, Parque | 121-Boleiro |
| 58-Boleiro, Parque | 122-Boleiro |
| 59-Boleiro, Parque | 123-Boleiro |
| 60-Boleiro, Parque | 124-Boleiro |
| 61-Boleiro, Parque | 125-Boleiro |
| 62-Boleiro, Parque | 126-Boleiro |
| 63-Boleiro, Parque | 127-Boleiro |
| 64-Boleiro, Parque | 128-Boleiro |

- 01 - Centro
- 02 - Boleiro
- 03 - Parque
- 04 - Centro
- 05 - Parque
- 06 - Centro
- 07 - Parque
- 08 - Centro
- 09 - Parque
- 10 - Centro
- 11 - Parque
- 12 - Centro
- 13 - Parque
- 14 - Centro
- 15 - Parque
- 16 - Centro
- 17 - Parque
- 18 - Centro
- 19 - Parque
- 20 - Centro
- 21 - Parque
- 22 - Centro
- 23 - Parque
- 24 - Centro
- 25 - Parque
- 26 - Centro
- 27 - Parque
- 28 - Centro
- 29 - Parque
- 30 - Centro
- 31 - Parque
- 32 - Centro
- 33 - Parque
- 34 - Centro
- 35 - Parque
- 36 - Centro
- 37 - Parque
- 38 - Centro
- 39 - Parque
- 40 - Centro
- 41 - Parque
- 42 - Centro
- 43 - Parque
- 44 - Centro
- 45 - Parque
- 46 - Centro
- 47 - Parque
- 48 - Centro
- 49 - Parque
- 50 - Centro
- 51 - Parque
- 52 - Centro
- 53 - Parque
- 54 - Centro
- 55 - Parque
- 56 - Centro
- 57 - Parque
- 58 - Centro
- 59 - Parque
- 60 - Centro
- 61 - Parque
- 62 - Centro
- 63 - Parque
- 64 - Centro
- 65 - Parque
- 66 - Centro
- 67 - Parque
- 68 - Centro
- 69 - Parque
- 70 - Centro
- 71 - Parque
- 72 - Centro
- 73 - Parque
- 74 - Centro
- 75 - Parque
- 76 - Centro
- 77 - Parque
- 78 - Centro
- 79 - Parque
- 80 - Centro
- 81 - Parque
- 82 - Centro
- 83 - Parque
- 84 - Centro
- 85 - Parque
- 86 - Centro
- 87 - Parque
- 88 - Centro
- 89 - Parque
- 90 - Centro
- 91 - Parque
- 92 - Centro
- 93 - Parque
- 94 - Centro
- 95 - Parque
- 96 - Centro
- 97 - Parque
- 98 - Centro
- 99 - Parque
- 100 - Centro
- 101 - Parque
- 102 - Centro
- 103 - Parque
- 104 - Centro
- 105 - Parque
- 106 - Centro
- 107 - Parque
- 108 - Centro
- 109 - Parque
- 110 - Centro
- 111 - Parque
- 112 - Centro
- 113 - Parque
- 114 - Centro
- 115 - Parque
- 116 - Centro
- 117 - Parque
- 118 - Centro
- 119 - Parque
- 120 - Centro
- 121 - Parque
- 122 - Centro
- 123 - Parque
- 124 - Centro
- 125 - Parque
- 126 - Centro
- 127 - Parque
- 128 - Centro



Fonte: Observatório das Metrôpoles - IPPUR/PPGEO/FASE, 2005
Equipe Recife: Jan Bitoun, Livia Miranda, M^a Ângela Souza

2.1.2 Ocupação e Renda

A população economicamente ativa da Região Metropolitana do Recife representava, em 2000, 43,19% da população total (3.337.565). Essa taxa, relativamente baixa, deve-se ao contingente ainda expressivo de população em idade inferior à da atividade. Do total da população economicamente ativa, 76,6% constituem a população ocupada, ficando a desocupada com 23,4% (Tabela 2.2).

Tabela 2.2
RMR. População economicamente ativa, população ocupada e taxa de ocupação por municípios segundo nível de integração ao pólo metropolitano. (2000)

Municípios segundo o nível de integração ao pólo		População economicamente ativa	População ocupada	Taxa de ocupação
Código	Município	Total	Total	Total
• Município pólo				
2611606	Recife	648.965	510.090	78,6
• Municípios com MUITO ALTO nível de integração				
2607901	Jaboatão dos Guararapes	247.319	185.262	74,9
2609600	Olinda	162.515	123.452	76,0
2610707	Paulista	114.495	86.430	75,5
Sub-Total		524.329	395.144	75,4
• Municípios com ALTO nível de integração				
2600054	Abreu e Lima	35.610	26.071	73,2
2602902	Cabo de Santo Agostinho	59.876	42.782	71,5
2603454	Camaragibe	52.319	40.704	77,8
Sub-Total		147.805	109.557	74,1
• Municípios com MÉDIO nível de integração				
2601052	Araçoiaba	5.083	3.700	72,8
2606804	Igarassu	30.167	21.064	69,8
2607604	Ilha de Itamaracá	5.570	4.532	81,4
2607208	Ipojuca	20.695	15.426	74,5
2607752	Itapissuma	7.767	6.238	80,3
2609402	Moreno	16.871	12.714	75,4
2613701	São Lourenço da Mata	34.100	26.034	76,3
Sub-Total		120.253	89.708	74,6
Total RM Recife		1.441.353	1.104.499	76,6

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. METRODATA, 2004.

Considerando os municípios metropolitanos, constata-se na tabela 2.2 fortes heterogeneidades: as taxas de ocupação mantêm-se próximas entre os municípios (Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista) com nível de integração ao pólo muito alto (em torno de 75%) e variam muito nos demais níveis (alto, médio e baixo) entre os quais se destacam municípios com taxas muito altas (Itamaracá, Itapissuma e Camaragibe) e outros com taxas bem mais baixas (Cabo de Santo Agostinho e Igarassu). Essa heterogeneidade sugere a existência de um mercado de trabalho relativamente integrado e centrado no Recife, constituído pelos municípios próximos da capital com taxas de ocupação iguais ou superiores

a 75% (Camaragibe, São Lourenço da Mata, a oeste; Olinda e Paulista, a norte; Jaboatão dos Guararapes e Moreno, a sul e sudoeste). Nos demais municípios, as taxas de ocupação variam mais em função da existência de mercados de trabalho locais, destacando-se negativamente Igarassu e Cabo de Santo Agostinho, locais de distritos industriais que, em 2000, sofriam os impactos da reestruturação produtiva.

O detalhamento das taxas de população desocupada por AED, apresentadas no cartograma 2.3, revela uma estrutura mais complexa. No município pólo há dois conjuntos de AED com baixas taxas de desocupados: o primeiro, ao norte, abrange, a partir do centro (Boa Vista) os bairros a oeste, situados em ambas as margens do Rio Capibaribe (Graças, Casa Forte, Torre, Madalena, Cordeiro); o segundo ao sul, corresponde aos bairros do Pina, Boa Viagem e Imbiribeira. Esses dois conjuntos são separados por bairros centrais, prolongados a oeste em Afogados, Mustardinha e Torrões, com maiores taxas de desocupados no meio do município pólo, sugerindo situações críticas bem no centro da metrópole. Os dois conjuntos com situações mais favoráveis estendem-se em municípios vizinhos: o do norte, em Camaragibe e no litoral de Olinda e Paulista, transposta uma área de altas taxas de desocupação em bairros da várzea do Beberibe; e o do sul, na faixa litorânea de Jaboatão dos Guararapes. Em ambos os casos, à retaguarda da faixa litorânea e nas colinas próximas existem AED com taxas altas de desocupados. Além dessa disposição do pólo e dos seus prolongamentos, nas AED mais periféricas verifica-se a ocorrência de taxas variadas tanto em áreas rurais como em áreas urbanas e industriais, remetendo a situações locais de mercados de trabalho.

**Cartograma 2.3 – Desocupados por AED.
Região Metropolitana do Recife (2000)**

LEGENDA

2001_AED_LEGENDA.shp

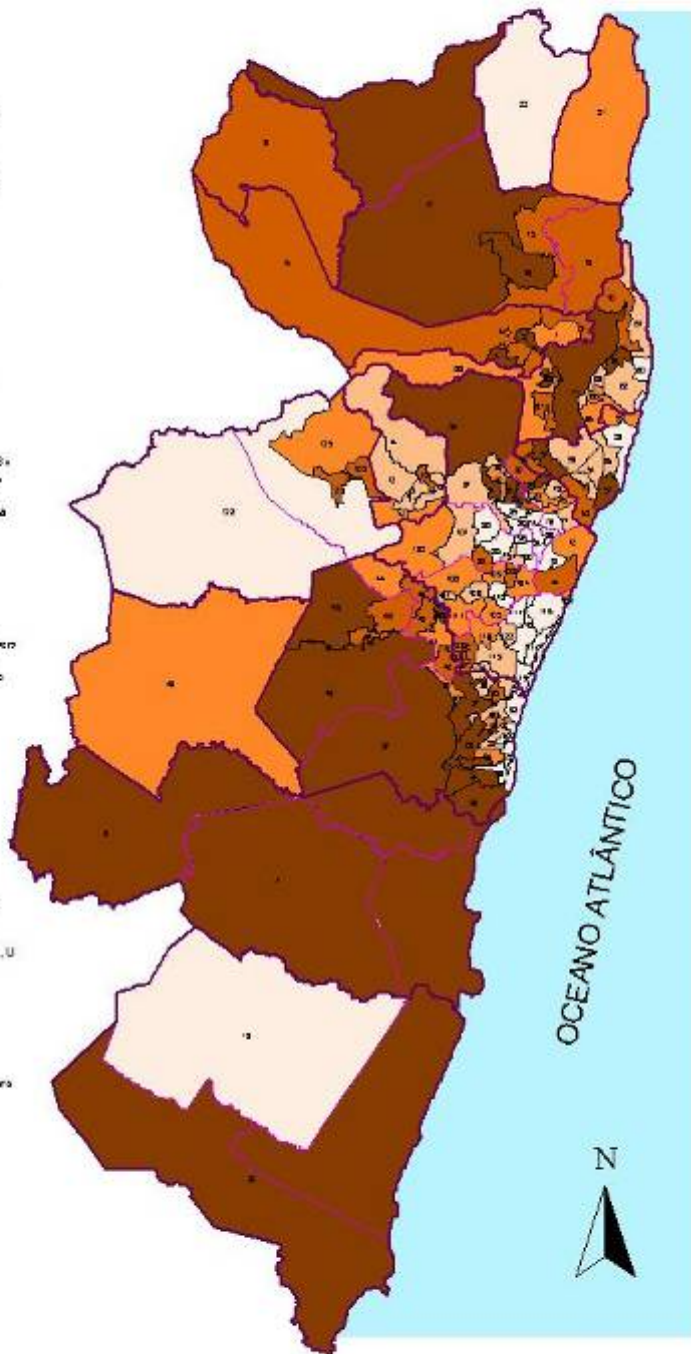
- | | |
|--|-----------------------------------|
| 1-Ortório | 6-Fragoso, Maragapari I |
| 2-Ortório | 6-Maragapari I |
| 3-Ortório, Centro II | 6-Miravim, Jardim Paulista |
| 4-Ortório II | 6-Núcleo Paulista Alta e Paulista |
| 5-Ribeirão, Castoril | 6-Ribeirão Paulista |
| 6-Arcelândia | 7-Consócio |
| 7-Ortório, Clamecia e Progresso | 7-Centro Norte, Teófilo Galvão |
| 8-Jardim, Ponte dos Carvalhos | 7-Santa Rosa, Bairro de Recife |
| 9-Terra e Celina | 7-São José, São João, Ilha de Ló |
| 10-Centro, Vila da Fabrica e Pinheiro | 7-São Antonio, São José, Casa |
| 11-Bairro Novo, Estrela e Alberto M | 7-Área, Campina de Barros |
| 12-São José, São Pedro e São Paulo | 7-Miravim, Brachilândia, H |
| 13-Talassia | 7-Campo Grande |
| 14-Água | 7-Fazenda, Capicim, Porto da |
| 15-Centro | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 16-Cidade de Refugação, Vila Albuquerque | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 17-Vila Ladeira e Quimador | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 18-Nova Casa e Cidade de Refugação | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 19-Cidade | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 20-Litoral | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 21-Ilha de Itambé | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 22-Itapicima | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 23-Prado, Vaquejada | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 24-Prado, Lagoa Olho D'Água | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 25-Prado, Cardeal e Casa do | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 26-Candiba | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 27-Monte Frio, Quimador | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 28-Monte Guadalupe, Antônio Juntas | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 29-Prado, Afonso | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 30-Prado, Estrada do Bealho | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 31-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 32-Prado, Av. Capotaquara | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 33-Bairro de Jangade | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 34-Dona Heloisa | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 35-Quimador | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 36-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 37-Vila de Maricá, Compromisso | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 38-Prado, Maragapari | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 39-Candiba | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 40-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 41-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 42-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 43-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 44-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 45-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 46-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 47-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 48-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 49-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 50-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 51-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 52-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 53-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 54-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 55-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 56-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 57-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 58-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 59-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 60-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 61-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 62-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 63-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 64-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 65-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 66-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 67-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 68-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 69-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 70-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 71-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 72-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 73-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 74-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 75-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 76-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 77-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 78-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 79-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 80-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 81-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 82-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 83-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 84-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 85-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 86-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 87-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 88-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 89-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 90-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 91-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 92-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 93-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 94-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 95-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 96-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 97-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 98-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 99-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |
| 100-Área do Henrique, Alta 9 | 7-Área do Henrique, Alta 9 |

- 2000_mmr_municipio.shp
2000_mmr_subdistrito.shp
2000_AED_LEGENDA.shp

2000_Ocupação.shp

- 9.34 - 19.88 (muito Baixa)
19.88 - 22.76 (baixa)
22.76 - 25.21 (média)
25.21 - 27.59 (alta)
27.59 - 37.66 (muito Alta)

10 0 10 Km



Fonte: Observatório das Metrôpoles - IPPUR/PPGEO/FASE, 2005
Equipe Recife: Jan Bitoun, Livia Miranda, M^a Ângela Souza

Como nas demais metrópoles do Nordeste, há na Região Metropolitana do Recife um expressivo contingente de famílias cuja renda per capita não ultrapassa $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Os números apresentados na tabela 2.3 revelam que, no conjunto da Região, é o caso de 34,1% das famílias.

Tabela 2.3

RMR. População por faixa de renda familiar per capita por municípios segundo nível de integração ao pólo metropolitano. (2000)

Municípios segundo o nível de integração ao pólo		Número de famílias por faixas de renda familiar per capita				
Código	Município	Total	até 1/2	mais de 1/2 a 1	mais de 1 a 3	acima de 3
• Município pólo						
2611606	Recife	420.870	123.376	92.589	104.770	100.135
• Municípios com MUITO ALTO nível de integração						
2607901	Jaboatão dos Guararapes	164.168	58.619	43.121	42.022	20.406
2609600	Olinda	106.029	33.411	25.203	30.206	17.208
2610707	Paulista	74.964	22.056	19.187	24.881	8.841
	Sub-Total	345.161	114.086	87.511	97.109	46.455
• Municípios com ALTO nível de integração						
2600054	Abreu e Lima	25.343	10.356	7.895	6.126	966
2602902	Cabo de Santo Agostinho	41.644	19.476	11.005	8.981	2.183
2603454	Camargibe	36.002	14.197	10.752	8.733	2.320
	Sub-Total	102.989	44.029	29.652	23.840	5.469
• Municípios com MÉDIO nível de integração						
2601052	Araçoiaba	3.822	2.427	924	382	89
2606804	Igarassu	22.357	10.905	5.738	4.757	956
2607604	Ilha de Itamaracá	4.077	1.804	1.181	716	376
2607208	Ipojuca	15.043	8.117	4.225	2.279	421
2607752	Itapissuma	5.591	2.878	1.507	977	229
2609402	Moreno	13.460	6.988	3.953	2.137	382
2613701	São Lourenço da Mata	24.873	12.174	6.561	4.901	1.236
	Sub-Total	89.223	45.293	24.089	16.149	3.689
Total RM Recife		958.243	326.784	233.841	241.868	155.748

Fonte: Censo demográfico 2000. METRODATA, 2004.

No município pólo (Recife) e nos municípios com nível muito alto de integração ao pólo (Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista) as taxas são inferiores: 29,3% e 33,1%, respectivamente. Em todos os demais níveis de integração, há taxas bem mais elevadas de famílias com renda inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo: 54,0% em Ipojuca (nível de integração baixo), 48,9% no conjunto dos sete municípios apresentando um nível de integração médio; e 40,0% nos municípios com alto nível de integração. Também, os dados em números absolutos deixam muito evidente que as famílias com renda per capita acima de 3 salários mínimos concentram-se no Recife, Jaboaão dos Guararapes, Olinda e, ainda em Paulista. Nos demais municípios, excetuando Camaragibe e Cabo de Santo Agostinho, há quase uma ausência de famílias mais abastadas.

A concentração da população de maior renda em poucos bolsões aparece no cartograma 2.4 no qual predominam as AED com altos contingentes de famílias com renda per capita até $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

As áreas dos bolsões de riqueza relativa correspondem às AED com altas taxas de população ocupadas, lançadas no cartograma 2.3: os dois bolsões do Recife e seus prolongamentos nas orlas sul e norte em Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista; destacam-se em posição intermediária as AED correspondendo às áreas de conjuntos habitacionais edificadas nas décadas de sessenta a oitenta (Dom Helder, Conjunto Muribeca, e Curado em Jaboatão dos Guararapes; Vila Popular, Ouro Preto e Rio Doce em Olinda; Maranguape e Arthur Lundgren em Paulista; Caetés em Abreu e Lima; e Parque Capibaribe em São Lourenço da Mata); ainda, quando o tamanho das AED permite os distinguir, os centros antigos de Camaragibe, Jaboatão e Paulista apresentam taxas de famílias de renda muito baixa um pouco menor que no entorno. Assim, na Região Metropolitana do Recife, há nítida correspondência entre áreas rurais periféricas (predominantemente canavieiras) e predominância de famílias pobres. Mas, esta também ocorre em áreas de antiga ocupação urbana, em especial em alagados e colinas sempre muito próximos de algum bolsão de residência de famílias menos pobres (conjuntos habitacionais e centros de municípios periféricos) ou abastadas (em duas áreas do Recife, nas zonas Norte e Sul e nas orlas de Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista).

Cartograma 2.4 – Renda Familiar Per Capita por AED. Região Metropolitana do Recife (2000)

LEGENDA

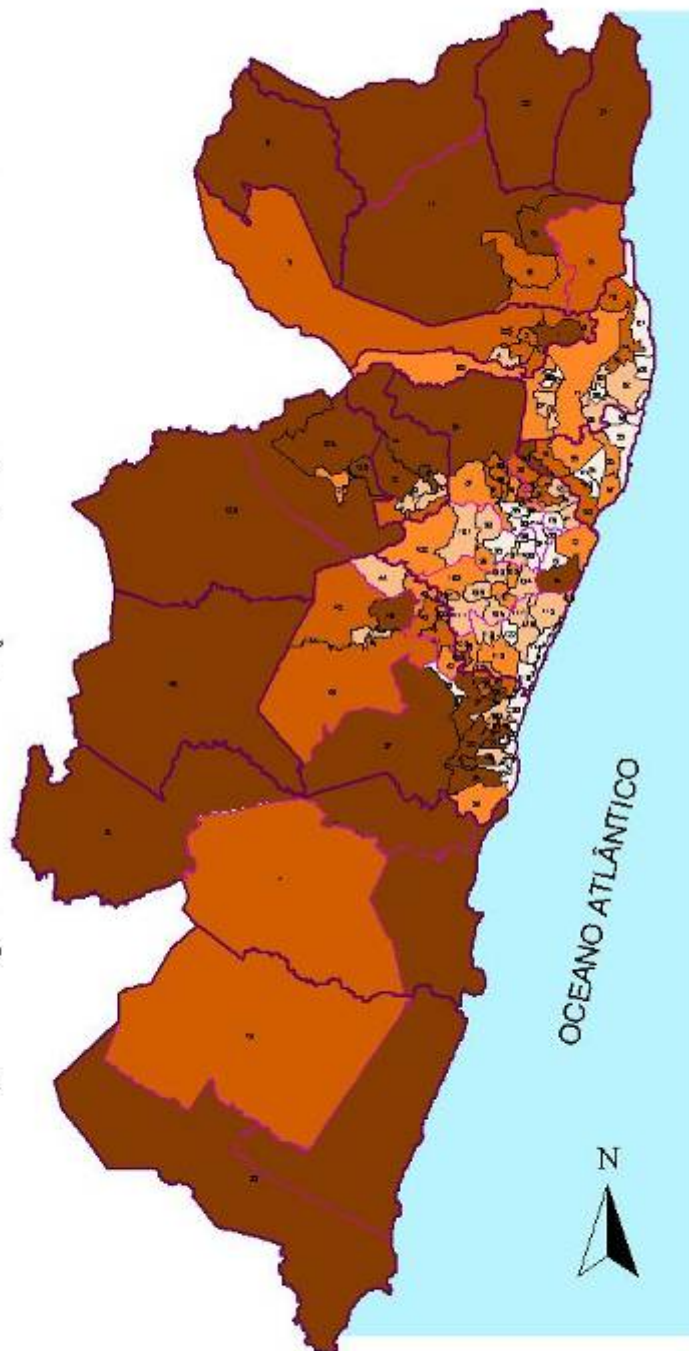
2001_AED_LEGENDA.shp

- | | |
|---------------------------------------|---------------------------------------|
| 1-Divino | 87-Princes, Maragapó I |
| 2-Centro | 88-Mangapó I |
| 3-Divino, Centro II | 89-Miraflo, Jardim Paulista |
| 4-Quilme I e II | 90-Jardim Paulista Alta e Parada |
| 5-Pinacop, Centro I | 91-Antar Ludwig |
| 6-Arcosóbio | 92-Cavacojó |
| 7-Centro, Clamoco e Pinares | 93-Centro Nobre, Torre Galvão |
| 8-Juazeiro, Ponta do Cavalo | 94-Santa Ana, Bairro de Recife |
| 9-Tribuna Cidadã | 95-São Vito, Sítio do Iba de Lei |
| 10-Centro, Vila do Fabrico e Pinares | 96-São Raimundo, São José, Gal |
| 11-Barragem Novo, Estrela e Niterói M | 97-Jardim Capim do Barro |
| 12-São João, São Pedro e São Paulo | 98-Recife, Excelsior, II |
| 13-Tabaluga | 99-Cavaco Grande |
| 14-MARÉ | 100-Fundas, Capim, Ponta da |
| 15-Centro | 101-Santa do Homenagem, Alto S |
| 16-Cruzeiro Roberto, Rio Albuquerque | 102-Imagem Fm |
| 17-Cruzeiro Roberto e Guaraná | 103-Scholar, Linha do Tiro |
| 18-Nova Cruz e Cruzeiro Roberto | 104-São Ulisses |
| 19-Sede | 105-Terra Nova, Parnassus, S |
| 20-Álvaro | 106-Dorival, Gracac, Jaqueira |
| 21-Vila do Invencido | 107-Casa Amada, Vila do Mand |
| 22-Joazeiro | 108-Engenheiro, Altos |
| 23-Princes, Vaquejada | 109-São, Montinho, Niterói |
| 24-Princes, Lagoa, Oito Dias | 110-Vila do Camo |
| 25-Felicidade, Condado e Dona do | 111-Magalvão, Alto José do P |
| 26-Candeeiro | 112-Nova do Cavaco, Alto José do |
| 27-Monte Príncipe, Quilme | 113-Macaco, Campo de Jaqueira |
| 28-Monte Guaraná, Jardim Jardim | 114-Nova Democracia |
| 29-Felicidade, Arma | 115-Engenheiro Roberto, Brinjal, Gust |
| 30-Princes, Estrela do Botelho | 116-Guarani, Guaraná |
| 31-Capim São | 117-Centão |
| 32-Felicidade An, Cavaco | 118-Torre |
| 33-Barragem Novo, Jaqueira | 119-Santa, Zumbi |
| 34-Divino, Helder | 120-Jaqueira |
| 35-Camargo | 121-Torres, Engenheiro Helder |
| 36-Engenheiro Niterói | 122-Matilde, Iba de Lei |
| 37-Vila do Invencido, Compara | 123-Cavaco, Nova, Cidade Univer |
| 38-Felicidade, Maragapó | 124-Nova, UR 7 |
| 39-Cavaco | 125-Bongi, Maragapó, Maragapó |
| 40-Cavaco | 126-Magalvão |
| 41-Divino | 127-Vila |
| 42-Dumont, Princes, UR 6 e UR | 128-Jardim São Paulo |
| 43-Vila do Cavaco, Jardim I | 129-Santa, Capim |
| 44-Cavaco | 130-Curup, 100 |
| 45-São Mateus, Maragapó | 131-São, Maré |
| 46-Jardim Centro, Helder | 132-Agua, Estrela |
| 47-Jardim Centro, Vila do Mand | 133-Barragem, Tejo |
| 48-Jardim Centro, Vila Rica | 134-São Vito, Oito |
| 49-Álvaro | 135-São Vito, Sítio do |
| 50-Princes | 136-São Vito, Shopping |
| 51-Agua Comprida, Jaqueira | 137-Pia |
| 52-São Novo, Pinares | 138-Jardim |
| 53-Jardim Brasil, Vila Popular | 139-Vila Pinares, Sítio Grande, I |
| 54-Cruzeiro | 140-Iba, Vila do SBT |
| 55-Jardim Progresso, Salim | 141-Iba de Baixo, Aeroporto |
| 56-Barragem Novo, Casa Capim, Jardim | 142-UR 1, UR 2, UR 3, UR 4, UR 5, U |
| 57-Cidade Alta, Vaquejada | 143-Tro Comercio |
| 58-Tabaluga, Rio Doce | 144-PRP |
| 59-Tabaluga, Zona Rural | 145-José Teles |
| 60-Janga | 146-Júlio |
| 61-Poa Anacleto, Helder Faria | 147-Centro |
| 62-Jardim Maragapó, Helder Faria | 148-São João, São Paulo |
| 63-Mangapó II | 149-Parque Capim |
| 64-Engenheiro Maragapó | 150-Nova Santa da Luz, Maragapó |

- 2000_rmr_municipio.shp
2000_rmr_subdistrito.shp
2000_AED_LEGENDA.shp
2000_RENDA.shp

- 1.99 - 22.6 (MUITO BAIXA)
22.6 - 33.2 (BAIXA)
33.2 - 38.14 (MÉDIA)
38.14 - 46.78 (ALTA)
46.78 - 63.89 (MUITO ALTA)

10 0 10 Km



Fonte: Observatório das Metrôpoles - IPPUR/PPGEO/FASE, 2005
Equipe Recife: Jan Bitoun, Livia Miranda, M^a Ângela Souza

2.2 DEMOGRAFIA

O Recife e a sua região metropolitana têm apresentado uma dinâmica demográfica caracterizada, de um lado, por baixos níveis de crescimento vegetativo – que refletem os baixos níveis de fecundidade contrabalançados por relativamente modestas taxas de mortalidade – e de outro lado, por saldos migratórios que têm se mantidos muitos baixos, sugerindo que o volume de população que a região atrai não é muito superior àquele que deixa a região. (Moreira, 2001)

As características e tendências recentes da dinâmica populacional brasileira têm revertido três aspectos básicos que a caracterizavam até os anos 70: o alto crescimento populacional, o perfil crescentemente jovem da população e a crescente concentração populacional urbana e metropolitana. Essas tendências refletem alguns processos da **dinâmica demográfica**: Inicialmente, a partir dos anos 50, a expressiva diminuição dos níveis de **mortalidade** e, a partir dos anos 60, dos níveis de **fecundidade**, leva a população brasileira para níveis próximos ao de reposição, com previsão de estabilidade até meados do século XXI. (Patarra e Pacheco, 2000). Por outro lado, os **movimentos migratórios**, envolvendo diversas modalidades de deslocamento e distintos grupos sociais, com diversas implicações para as áreas de origem e destino, têm repercutido no processo de redistribuição da população, refletindo na tendência de concentração urbano-metropolitana.

2.2.1 Dinâmica de Crescimento Populacional

A tendência declinante observada no ritmo de crescimento populacional brasileiro, evidenciando o movimento de descompressão dos núcleos metropolitanos, confirma-se, no último período censitário, para a Região Metropolitana do Recife, pelo maior crescimento populacional dos municípios da periferia da região. O município pólo - o Recife, apresenta taxa de crescimento populacional muito modesta (0,92% ao ano), quando comparada com a de outros municípios menores e limítrofes a ele, tais como Camaragibe (2,63) e Paulista (2,30), que, em 2000, apresentam, como o Recife, a taxa máxima de urbanização (100%). Nesse sentido, pode-se afirmar que o município pólo metropolitano se expande além de seus limites territoriais, cedendo população aos municípios vizinhos. (Tabela 2.4 e Figura 2.1)

A constatação de que as baixas taxas de crescimento populacional, entre 1991 e 2000, apresentadas pelos municípios de Recife (0,92), Olinda (0,91) e São Lourenço da Mata (0,91), leva Moreira (2001) a sugerir que esses três municípios apresentam perdas de população por

emigração que devem ser superiores aos ganhos de imigração. Para os demais municípios, em que as taxas de crescimento que experimentaram no período (desconsiderando o desmembramento de municípios), o autor sugere que os saldos migratórios são positivos, mas, em consequência do crescimento vegetativo modesto e da migração diminuta, as taxas de crescimento metropolitano mostram-se muito baixa.

Tabela 2.4
RMR. População Residente, Situação do Domicílio, Taxa de Urbanização e Taxa Geométrica de Crescimento por municípios segundo o nível de integração ao pólo metropolitano. 1991 e 2000 - 2000.

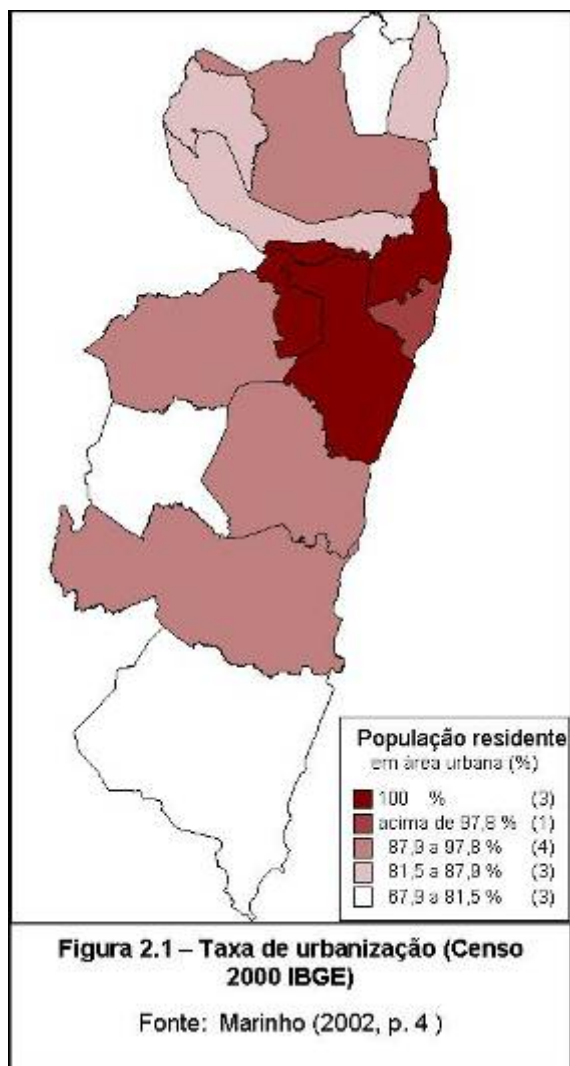
Nível de integração metropolitana	População residente e situação do domicílio						Taxa de urbanização		Taxa geométrica de crescimento 1991/2000		
	Total		Situação do domicílio						Total	Urbana	Rural
			Urbana		Rural						
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000			
Município Pólo											
Recife	1.298.229	1.422.905	1.298.229	1.422.905	-	-	100,0	100,0	1,0	1,0	-
Municípios de MUITO ALTO nível de integração											
Jaboatão dos Guararapes	487.119	581.556	419.479	568.474	67.640	13.082	86,1	97,8	2,0	3,4	-16,7
Olinda	341.394	367.902	341.394	360.554	-	7.348	100,0	98,0	0,8	0,6	-
Paulista	211.491	262.237	207.708	262.237	3.783	-	98,2	100,0	2,4	2,6	-
Sub-total	1.040.004	1.211.695	968.581	1.191.265	71.423	20.430	93,1	98,3	1,7	2,3	-13,0
Municípios de ALTO nível de integração											
Abreu e Lima	77.035	89.039	70.548	77.696	6.487	11.343	91,6	87,3	1,6	1,1	6,4
Cabo de Santo Agostinho	127.036	152.977	109.763	134.486	17.273	18.491	86,4	87,9	2,1	2,3	0,8
Camaragibe	99.407	128.702	99.407	128.702	-	-	100,0	100,0	2,9	2,9	-
Sub-total	303.478	370.718	279.718	340.884	23.760	29.834	92,2	92,0			
Municípios de MÉDIO nível de integração											
Araçoiaba	-	15.108	-	12.447	-	2.661	-	82,4	-	-	-
Igarassu	79.837	82.277	59.817	75.739	20.020	6.538	74,9	92,1	0,3	2,7	-11,7
Ilha de Itamaracá	11.606	15.858	8.580	12.930	3.026	2.928	73,9	81,5	3,5	4,7	-0,4
Ipojuca	45.424	59.281	25.168	40.310	20.256	18.971	55,4	68,0	3,0	5,4	-0,7
Itapissuma	16.408	20.116	14.101	16.330	2.307	3.786	85,9	81,2	2,3	1,6	5,7
Moreno	39.132	49.205	31.571	38.294	7.561	10.911	80,7	77,8	2,6	2,2	4,2
São Lourenço da Mata	85.861	90.402	71.323	83.543	14.538	6.859	83,1	92,4	0,6	1,8	-8,0
Sub-total	278.268	317.139	210.560	267.146	67.708	49.993	75,7	84,2			
Total da RMR	2.919.979	3.337.565	2.757.088	3.234.647	162.891	102.918	94,4	96,9	1,5	1,8	-5,0

Fonte: IBGE. Censo demográfico 1991 e 2000. METRODATA, 2004

O pólo metropolitano, Recife, concentra, em 2000, uma população de mais de 1,4 milhão de habitantes, 42,8% do total da Região. Sua dinâmica de ocupação, ao transcender os limites territoriais do município, configura uma aglomeração que pode ser recortada, além do pólo, em três espacialidades distintas de acordo com seu grau de integração à dinâmica metropolitana (Observatório, 2005a). (Tabela 2.4)

Com nível de integração muito alto, encontram-se os municípios de Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista, que, juntamente com os municípios de Abreu e Lima e Camaragibe, com nível de integração alto, formam com Recife um aglomerado urbano com intensas relações e trocas, concentrando, juntos, 85,8 % dos habitantes da RMR.

Um terceiro agrupamento, composto por municípios que apesar apresentarem continuidade de ocupação com o pólo ou estarem muito próximos à ele estabelecem relações



menos intensas, mesmo assim desempenham funções típicas de municípios periféricos. Esses municípios foram classificados como de média integração na dinâmica metropolitana e agregam 14,5% da população da RMR em 2000; são eles: Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Moreno e São Lourenço da Mata. O município de Ipojuca, foi incorporado por Lei Estadual n.º 10/1974, por abrigar parte do Complexo Industrial Portuário de SUAPE. Abriga menos de 2% da população metropolitana e desempenha, predominantemente, funções mais pertinentes a atividades rurais e mantém relações mais tênues com o restante da Região, juntamente com os municípios de Moreno e Araçoiaba, apresentando os mais baixos índices de urbanização entre os municípios metropolitanos. No município de Ipojuca, o distrito de Portos de Galinhas vem se desenvolvendo como pólo turístico e aos poucos vem consolidando um espaço de segunda residência da RMR.

Na medida em que a distribuição espacial da população reflete, não só a distribuição de oportunidades de geração de renda, mas, também, os custos de localização e de comutação, o crescimento populacional na RMR acompanha tanto a dinâmica do mercado de trabalho, como a dos custos de habitação e de transporte, que por sua vez, guarda estrita relação com a dinâmica econômica e com o processo de urbanização. Nesse sentido, é importante destacar o elevado crescimento da população urbana dos municípios periféricos da RMR – Ipojuca

(5,37), Itamaracá (4,66) e Igarassu (4,55) - e, em um segundo patamar de crescimento, os municípios limítrofes do Recife – Jaboatão dos Guararapes (3,43), Camaragibe (2,63), Paulista (2,51). Apenas Olinda (0,68) e Recife (1,03) mantêm os níveis muito baixos de crescimento da população total e urbana. (Tabela 2.4).

Nesse processo de adensamento dos municípios periféricos da RMR (Tabela 2.5), calcula-se que cerca de 1,5 milhão de habitantes encontra-se em territórios de relevo movimentado, localizados na parte oeste da região metropolitana, formando uma ferradura ao longo do contorno da planície litorânea. (Alheiros et al, 2003)

Os territórios localizados nas áreas de planície possuem elevado valor e interesse imobiliário, ficando os morros como espaço territorial de expansão para moradia do segmento mais pobre da população. No período de 1996 a 2002, verificou-se um aumento de 251,6 mil pessoas morando em áreas de morros, o que provocou aumento da densidade e a expansão desse território. (Alheiros et al., 2003)

Para tal fenômeno contribuiu significativamente a política de habitação popular, empreendida através da COHAB-PE, bem como a urbanização e o adensamento das faixas de praia. O expressivo incremento populacional do município de Camaragibe indica também uma expansão para a periferia oeste do núcleo metropolitano. Na década de 1980/91, os efeitos dessa periferização ainda se fazem sentir num significativo incremento populacional] dos municípios vizinhos ao Recife – Olinda, Paulista, Jaboatão e Abreu e Lima –, que recebem os grandes conjuntos habitacionais construídos pela Cohab-PE. Já entre os anos 1991/2000, os efeitos da inversão da política de habitação popular – que substitui a construção dos conjuntos pela urbanização de assentamentos pobres já consolidados,

Tabela 2.5
RMR. Área e Densidade Demográfica por municípios segundo o nível de integração ao pólo metropolitano. 2000.

Municípios por nível de integração metropolitana	Área (Km ²)	Densidade Demográfica (hab/Km ²)	
		1991	2000
• Município Pólo			
Recife	218,7	5.936,12	6.506,20
• Municípios de MUITO ALTO nível de integração			
Jaboatão dos Guararapes	257,3	1.893,19	2.260,20
Olinda	38,1	8.960,47	9.656,20
Paulista	102,3	2.067,36	2.563,40
Sub-total	397,7	2.615,05	3.046,80
• Municípios de ALTO nível de integração			
Abreu e Lima	129,1	596,71	689,70
Cabo de Santo Agostinho	448,4	283,31	341,20
Camaragibe	48,3	2.058,12	2.664,60
Sub-total	625,8	484,94	592,39
• Municípios de MÉDIO nível de integração			
Araçoiaba	96,9		155,90
Igarassu	304,2	262,45	270,50
Ilha de Itamaracá	65,4	177,46	242,50
Ipojuca	514,8	88,24	115,20
Itapissuma	74,3	220,83	270,70
Moreno	192,1	203,71	256,10
São Lourenço da Mata	264,4	324,74	341,90
Sub-total	1512,1	184,03	209,73
Total da RMR	2.754,3	1.060,15	1.211,80

Fonte: IBGE. Censo demográfico 1991 e 2000. METRODATA, 2004.

especialmente os localizados no núcleo metropolitano – expressam um maior incremento populacional do Recife, Camaragibe e municípios que se expandem na periferia da RMR.

2.2.2 Componentes da Dinâmica Demográfica

A evolução dos níveis de fecundidade e mortalidade articula-se com as condições econômicas, de vida e de saúde da população, expressando-se no índice de longevidade e constituindo-se, juntamente com os fluxos migratórios, indicadores básicos de análise da dinâmica demográfica.

Dentre os componentes da dinâmica demográfica, a **fecundidade** apresentou queda na Região Metropolitana do Recife, movimento que se verificou em todos os seus 14 municípios, conforme os Censos de 1991 e 2000. Observa-se que são as cidades mais populosas da região que apresentam as menores taxas de fecundidade no ano 2000 – Recife (1,81), Olinda (1,85), Paulista (2,04) e Jaboatão dos Guararapes (2,09) – encontrando-se todas abaixo do padrão de reposição de 2,10 filhos por mulher. As taxas mais expressivas, embora em descenso, foram apresentadas por Araçoiaba (de 4,5 para 3,1 filhos por mulher), Itamaracá (de 3,8 para 2,8 filhos por mulher), Igarassu (de 3,8 para 2,5 filhos por mulher) e Ipojuca (de 3,4 para 2,3 filhos por mulher). Com exceção de Ipojuca, todos os municípios citados apresentam taxas

Tabela 2.6.

RMR. Taxa de fecundidade total e percentagem de mulheres de 10 a 14 anos e de 15 a 17 anos com filhos por municípios segundo o nível de integração ao pólo metropolitano. 1991 e 2000

Município	Taxa de fecundidade total		% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos *	% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos, 1991	
	1991	2000		1991	2000
Município Pólo					
Recife	2.29	1.81	0.54	5.48	8.13
Municípios de MUITO ALTO nível de integração					
Jaboatão dos Guararapes	2.35	2.09	0.65	6.91	8.09
Olinda	2.12	1.85	0.42	6.27	7.32
Paulista	2.62	2.04	0.36	3.11	7.55
Municípios de ALTO nível de integração					
Abreu e Lima	2.57	2.15	0.70	4.66	11.4
Cabo de Santo Agostinho	2.59	2.39	0.71	10.54	13.69
Camaragibe	2.55	2.18	0.52	7.12	6.43
Municípios de MÉDIO nível de integração					
Araçoiaba	4.50	3.13	0.05	8.16	13.28
Igarassu	3.82	2.52	1.04	4.31	8.46
Ilha de Itamaracá	3.78	2.77	0.06	9.33	13.06
Ipojuca	3.43	2.31	1.07	7.56	8.79
Itapissuma	3.57	3.25	0.76	5.54	12.46
Moreno	3.06	2.37	1.84	5.86	7.50
São Lourenço da Mata	2.89	2.58	0.47	8.69	5.52
Média da RMR exceto Recife	3.1	2.4	0.7	6.8	9.5

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2003

Tabela METRODATA, 2004 - Base: Projeto Midades

* Informação disponível apenas para o Censo Demográfico de 2000

acima da média do Estado de Pernambuco (de 3,31 para 2,48 filhos por mulher). (Tabela 2.6)

O aumento da fecundidade de mulheres que interrompem precocemente a adolescência em função de uma gravidez precoce foi observado no grupo de 10 a 14 anos nos municípios de Moreno (1,84%), Ipojuca (1,07%) e Igarassu (1,04%). Esses percentuais citados representam o dobro daquele apresentado pelo Recife. Já entre as adolescentes de 15 a 17 anos com filhos, esse percentual se eleva em todos os municípios da região, destacando-se o Cabo de Santo Agostinho (13,69%), Araçoiaba (13,28%), Itamaracá (13,06%), Itapissuma (12,46%) e Abreu e Lima (11,40%). No Recife esse percentual se reduz praticamente à metade (8,13%)

Observa-se, também, na tabela 2.7 uma redução nas taxas de mortalidade infantil em todos os municípios da RMR. Em 2000, as taxas de mortalidade de crianças com até 1 ano de idade apresentam valores entre 21 e 43 por mil nascidos vivos, situando os municípios da região do Recife no patamar médio (entre 20 e 49 óbitos por mil), definido pela Organização Mundial de Saúde. Especialmente em Recife, essa taxa reduziu de 42,82 para 29,78 por mil,

Tabela 2.7.

RMR. Longevidade e Mortalidade: esperança de vida ao nascer, mortalidade até 1 ano de idade, mortalidade até 5 anos de idade, probabilidade de sobrevivência até 40 e até 60 anos e índice de envelhecimento por municípios segundo o nível de integração ao pólo metropolitano - 1991 e 2000

Município	Esperança de vida ao nascer		Mortalidade até um ano de idade		Mortalidade até cinco anos de idade		Probabilidade de sobrevivência até 40 anos		Probabilidade de sobrevivência até 60 anos		Índice de Envelhecimento 2000	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	Índice	Nível
Município Pólo												
Recife	65.57	68.62	42.82	29.78	62.77	47.52	85.7	89.46	67.66	77.49	24,9	alto
Municípios com MUITO ALTO nível de integração												
Jaboatão dos Guararapes	66.47	72.8	44.1	27.49	68.97	30.56	86.44	93.07	74.34	84.49	14,6	baixo
Olinda	66.75	72.32	43.09	29.08	67.43	32.32	86.72	92.69	74.8	83.72	22,4	alto
Paulista	68.65	74.75	36.54	21.4	57.41	23.8	88.58	94.56	77.89	87.57	16,1	baixo
Municípios com ALTO nível de integração												
Abreu e Lima	66.41	70.73	44.29	34.58	69.26	38.42	86.39	91.38	74.25	81.13	16,4	baixo
Cabo de Santo Agostinho	63.53	69.02	55.35	40.97	86	45.47	83.38	89.89	69.52	78.28	13,4	baixo
Camaragibe	68.65	70.66	36.55	34.81	57.42	38.67	88.57	91.33	77.89	81.02	16,4	baixo
Municípios com MEDIO nível de integração												
Araçoiaba	66.32	69.31	44.65	39.84	69.81	44.23	86.29	90.15	74.09	78.77	14,6	baixo
Igarassu	67.56	71.71	40.24	31.11	63.08	34.57	87.52	92.2	76.12	82.74	15,1	baixo
Ilha de Itamaracá	67.17	72.8	41.61	27.49	65.18	30.56	87.13	93.07	75.48	84.49	15,5	baixo
Ipojuca	60.82	68.66	66.94	42.39	103.3	47.04	80.39	89.56	65.07	77.67	12,0	muito baixo
Itapissuma	65.22	70.57	48.73	35.14	76	39.04	85.16	91.25	72.29	80.87	14,3	baixo
Moreno	65.34	70.66	48.28	34.81	75.33	38.67	85.29	91.33	72.49	81.02	18,6	médio
São Lourenço da Mata	63.85	70.66	54.09	34.81	84.09	38.67	83.72	91.33	70.04	81.02	15,5	baixo
Média da RM do Recife	65.88	70.95	46.23	33.12	71.86	37.82	85.81	91.52	73.00	81.45	19,1	médio
Média RMR exceto Recife	65.90	71.13	46.50	33.38	72.56	37.08	85.81	91.68	73.41	81.75	16,3	baixo

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003

Tabela METRODATA, 2004 - Base: Projeto Midades

situando-se abaixo da média do estado de Pernambuco (47,31 por mil), e da média nacional em 2000 (30,57 por mil). Note-se que a redução mais acentuada da taxa de mortalidade infantil na RMR ocorreu no município de Ipojuca, onde passou de 66,9 para 42,4 mortes por mil nascidos vivos. O município de Paulista apresentou a menor taxa de mortalidade infantil no último recenseamento (21,4 por mil). (Tabela 2.7).

A **mortalidade até cinco anos de idade** no período de 1991 a 2000, também, diminuiu na RMR. O Recife apresentou uma redução de 15,25 por mil, passando para 47,52 crianças por mil. No entanto, mesmo com tendência decrescente, a mortalidade nessa faixa etária, apresentou-se superior que a dos demais municípios da região, porém menor que a média para Pernambuco, de 54,60 por mil nascidos vivos. Paulista desponta em melhor situação com 23,8 por mil crianças nascidas vivas. É importante ressaltar que este é o único município da RMR que exibe índice de domicílios com acesso a banheiro e água encanada acima de 90%, comparável às capitais do sul e do sudeste brasileiro. (Miranda, 2005)

Os efeitos da queda da mortalidade não se expressaram de forma homogênea no espaço metropolitano. Embora a RMR como um todo apresente uma elevação da **esperança de vida ao nascer**, no período 1991 a 2000, alguns municípios se destacam, apresentando expectativa de vida acima de 70 anos de idade: Paulista, Jaboatão dos Guararapes, Itamaracá, Olinda, Igarassu, Abreu e Lima, Camaragibe, Moreno, São Lourenço da Mata e Itapissuma. Observou-se que tais municípios, em 2000, situam-se em patamares equivalente de esperança de vida de Curitiba (71,6 anos) e Porto Alegre (71,5 anos), capitais de maior longevidade no contexto das capitais metropolitanas brasileiras. Em alguns desses municípios ocorreram ganhos de expectativa de vida durante a última década: São Lourenço da Mata (6,8 anos), Jaboatão dos Guararapes 6,3 anos e Paulista (6,1 anos). (Lyra, Souza e Bitoun, 2005)

O Recife repetiu a tendência nacional de envelhecimento da população e ampliou a expectativa de vida da população em 3,05 anos, apresentando uma expectativa de vida ao nascer de 68,62 anos, em 2000, ficando acima da média do estado (67,32 anos), e praticamente igual à média do Brasil de 68,61 anos de vida.

A evolução da **probabilidade de sobrevivência até 40 anos de idade** cresceu em todos os municípios da RMR. Em Recife, passou de 85,70 % em 1991, para 89,46%, em 2000, situando-se acima da média de Pernambuco (88,09%), porém abaixo da média Brasil, de 90,43%.

O **IDHM_Longevidade** para o Recife metropolitano situa o Recife (0,73) no mesmo patamar do Estado. Dos 14 municípios metropolitanos, 11 apresentam, em 2000, um índice acima do município do Recife, destacando-se entre esses: Paulista (0,83), Jaboatão dos

Guararapes (0,80), Itamaracá (0,80) e Olinda (0,79), que apresentam, em paralelo, os mais elevados níveis de esperança de vida ao nascer, no Censo de 2000, todos bem acima do Recife que apresenta um nível de expectativa de vida de 68,6 anos.

O processo continuado que se observa da queda de fecundidade, com a simultânea redução da mortalidade infantil e o conseqüente aumento da esperança de vida ao nascer, resulta no processo de **envelhecimento da população**. No contexto da RMR, os índices de envelhecimento do Recife (24,9%) e Olinda (22,4%) são classificados como altos, apresentam-se como os mais elevados da metrópole recifense.

Ao analisar um outro componente importante da dinâmica demográfica (tabela 2.8),

Tabela 2.8

RMR. População Residente de 5 Anos e Mais de Idade, Imigrantes de Data Fixa, segundo a origem, por municípios segundo nível de integração ao pólo metropolitano. 2000

Nível de integração metropolitana	Pessoas residentes		Proporção de imigrantes de data fixa	Imigrantes de data fixa por origem * (Em %)				Total	
	5 Anos e Mais de Idade	Imigrantes de data fixa ¹		Interestadual ou outros países	Outros municípios PE	Intra-metropolitano	Origem não identificada	Abs.	%
• Município Pólo									
Recife	1.304.864	70.020	5,4	43,7	31,8	21,5	2,9	70.020	26,9
• Municípios de MUITO ALTO nível de integração									
Jaboatão dos Guararapes	526.115	63.805	12,1	18,6	19,2	58,0	4,2	63.805	24,5
Olinda	336.566	31.361	9,3	18,3	14,9	63,6	3,2	31.361	12,0
Paulista	239.800	36.374	15,2	10,9	12,3	73,5	3,2	36.374	14,0
Sub-Total	1.102.481	131.540	11,9	16,4	16,3	63,6	3,7	131.540	50,5
• Municípios de ALTO nível de integração									
Abreu e Lima	80.560	8.607	10,7	16,2	10,9	65,6	7,3	8.607	3,3
Cabo de Santo Agostinho	137.371	9.718	7,1	15,9	35,7	43,1	5,3	9.718	3,7
Camaraçipe	116.825	11.800	10,1	13,8	22,4	60,6	3,2	11.800	4,5
Sub-Total	334.756	30.125	28	46	69	169	16	30.125	11,6
• Municípios de MÉDIO nível de integração									
Araçoiaba	13.403	1.300	9,7	12,9	33,3	50,0	3,8	1.300	0,5
Igarassu	73.937	7.278	9,8	11,7	24,7	56,9	6,8	7.278	2,8
Ilha de Itamaracá	14.349	3.851	26,8	10,7	22,1	61,4	5,8	3.851	1,5
Ipojuca	52.550	4.746	9,0	20,8	46,2	27,1	5,9	4.746	1,8
Itapissuma	17.803	1.693	9,5	12,4	20,3	49,9	17,4	1.693	0,7
Moreno	44.508	2.967	6,7	24,1	15,8	56,8	3,2	2.967	1,1
São Lourenço da Mata	81.470	6.755	8,3	12,0	20,2	63,4	4,4	6.755	2,6
Sub-Total	298.020	28.590	80	105	183	366	47	28.590	11,0
Total RM Recife	3.040.121	260.275	8,56	23,4	22,4	50,3	3,9	260.275	100,0

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

NOTA: (*) Refere-se ao número de imigrantes de 5 anos e mais de idade, que realizou migração no período 1995-2000.

focalizando os imigrantes de data fixa⁸, observa-se que cerca da metade dos integrantes deste fluxo (50,33%) se deslocou no espaço intrametropolitano, enquanto que 45,77% procediam de outros municípios, seja de Pernambuco seja de outros estados brasileiros, ou de outros países. A RM de Recife absorveu 260.275 imigrantes de data fixa no período 1995/2000, representando 8,56% de sua população com 5 anos e mais de idade. Destaca-se que a contribuição dos fluxos migratórios no período em foco é mais expressiva no conjunto de municípios com muito alto e alto nível de integração ao pólo metropolitano, que somam 22,2% dos migrantes que afluíram à região, enquanto esse percentual no pólo metropolitano representa 5,4%. (Tabela 2.8).

Ao analisar o número de migrantes que se deslocaram para os municípios da região, observa-se que somando o município pólo - Recife (26,90%) aos municípios que estabelece com ele um nível de integração muito alto - Jaboatão dos Guararapes (24,51%), Paulista (13,98%) e Olinda (12,05%) concentraram a atração (cerca de $\frac{3}{4}$ dos migrantes). Os fluxos que se destinaram ao Recife vieram predominantemente de municípios fora da metrópole ou de outros países, enquanto que uma parte expressiva dos migrantes intrametropolitanos dirigiu-se aos municípios de nível de integração muito alto em relação ao pólo.

Vale, contudo, ressaltar que, segundo Moreira (2001), os saldos migratórios da Região Metropolitana do Recife têm se mantido muito baixos, sugerindo que o volume de população que a região atrai não é muito superior àquele que deixa a região. Para ele, as baixas taxas de crescimento populacional, entre 1991-2000, de alguns municípios de Recife (0,92), Olinda (0,91) e São Lourenço da Mata (0,91), sugerem que esses três municípios apresentam perdas de população por emigração que devem ser superiores aos ganhos de imigração.

2.2.3 Características Gerais da População Intraurbana

No contexto intraurbano, alguns indicadores caracterizam a população metropolitana. Em termos de **densidade populacional**, observa-se no cartograma 2.5 que a região metropolitana se densifica a partir do núcleo central, particularmente dos municípios do Recife e de Olinda, estendendo-se para os municípios vizinhos de Jaboatão dos Guararapes, Camaragibe e Paulista. Esse espaço metropolitano de maior densidade corresponde à malha urbana contínua e conurbada, enquanto no entorno dessa malha, compreendendo o restante da

⁸ A questão colocada pelo Censo Demográfico de 2000 a respeito do Local de Moradia das pessoas em uma data fixa – 31/07/1995 – contribui para elucidar o percurso dos migrantes, retratando o seu local de moradia no meio do período censitário, tanto para o contingente daqueles que emigraram, quanto para aqueles que imigraram.

região, onde os núcleos urbanos encontram-se mais espaçados, a densidade se mantém baixa. Destacam-se como de maior densidade, as AED que correspondem às áreas mais verticalizadas, onde reside a população mais abastada de Recife - Boa Viagem, orla (112) e Boa Viagem, Setúbal (113), bem como às áreas ocupadas pela população mais pobre, que ocupa os morros e as áreas de baixios. Nos morros contínuos da zona norte de Recife destacam-se Vasco da Gama (88), Macaxeira, Córrego do Genipapo (91), Nova Descoberta (92), entre outras AED, que apresentam continuidade com os morros do sul de Olinda - Passarinho (50) e Águas Compridas (51). Nos morros da zona sudoeste de Recife, destacam-se as URs 1,2,3,4,5 e 10⁹ (120), que se limitam com o município de Jaboatão dos Guararapes. Entre as áreas pobres mais densas, que se situam na planície, destacam-se, Iputinga (98), Torrões, Engenho do Meio (99) e San Martin (109) em Recife; Jardim Brasil e Vila Popular (53) em Olinda; e, finalmente, Prazeres (30), Cajueiro Seco (31), e Guararapes (35) em Jaboatão dos Guararapes.

A proporção de **imigrantes de data fixa**, que afluem de fora da RM de Recife, em relação à população de 5 anos e mais de idade da região, cujo destino prioritário é Recife, concentra-se nas AED onde se constata uma elevada proporção de população de renda média baixa e baixa, seja na periferia oeste da cidade, nas AED Várzea (102), Curado, Totó (108), seja nos morros da zona norte, na Macaxeira (91), seja nas áreas pobres da planície, como no Pina (115). Registra-se, também, uma concentração em Boa Viagem, na orla (112), confirmando a atração exercida por Recife como pólo de serviços, inclusive educacionais. Além de Recife merece destaque a área de Prazeres (23), em Jaboatão dos Guararapes, e os municípios da Ilha de Itamaracá (AED 21) e seu município vizinho Itapissuma (AED 22), possivelmente pela afluência dos prisioneiros e de seus familiares. (Cartograma 2.6)

Na análise da **estrutura etária** da população metropolitana, constata-se que a maior proporção de jovens de 0-14 anos concentra-se nos municípios periféricos, especialmente nas áreas de predominância rural dos municípios de Ipojuca, nas AED sede (19) e litoral (20), Araçoiaba (6), Itapissuma (22); de Igarassu, na área de Três Ladeiras, Queimadas (17); de São Lourenço da Mata, em Nossa Senhora da Luz, Muribara (128); de Jaboatão dos Guararapes, em Vila Muribeca (37), e de Recife, em Guabiraba, Passarinho (94). Algumas áreas habitadas por população de renda média baixa e baixa, também, se destacam, a exemplo das AED de Prazeres (23 e 24) e Marcos Freire (27), em Jaboatão dos Guararapes, e os bairros de Santo Antônio e São José (74) em Recife. Em movimento oposto, a população que apresenta os maiores **índices de envelhecimento** situa-se, seja nas áreas de população mais abastada, a

⁹ UR - Unidades Residenciais -, relativas a uma área de conjuntos habitacionais.

exemplo da orla do Recife, em Boa Viagem, orla (112) e Boa Viagem, Setúbal (113), e na orla de Jaboatão dos Guararapes, em Piedade (38), e de Olinda, em Bairro Novo, Casa Caiada, Jardim Atlântico (56), bem como nos bairros recifenses de Tamarineira, Parnamirim, Santana (83), Derby, Graças e Jaqueira (84). Registra-se, também, a população mais envelhecida, nas áreas centrais do Recife, em Santo Amaro, Bairro do Recife (72), e nas áreas de Campo Grande (77), Cordeiro (95), Torre (96) e San Martim (109). (Cartograma 2.7)

Em termos de **gênero**, observa-se que a predominância feminina é mais elevada no núcleo metropolitano, correspondendo à malha urbana contínua e conurbada, perdendo expressão nas áreas de características rurais. A predominância masculina se evidencia nos municípios de São Lourenço da Mata - Nossa Senhora da Luz, Muribara (128); Camaragibe - Aldeia (14); Igarassu - Três Ladeiras, Queimadas (17); Araçoiaba (6) e da Ilha de Itamaracá (21), sendo que, para este último, contribuem os presídios masculinos que sedia.

Na caracterização da população pela **cor**, constata-se que a proporção de negros e pardos na população metropolitana é elevada em geral, sendo mais expressiva nas áreas de características rurais, abrangendo todo o município de Ipojuca, (AED 19e 20); de Abreu e Lima (AED 1,2,3,4 e 5), de Araçoiaba (6), de Itapissuma (22) e da Ilha de Itamaracá (21). Outros municípios apresentam maior proporção de negros e pardos em algumas de suas áreas: Cabo de Santo Agostinho - Jussaral, Ponte dos Carvalho (8); Jaboatão dos Guararapes - Jaboatão Centro, Vila Rica (48) e Prazeres (AED 23 e 24); São Lourenço da Mata - Nossa Senhora da Luz, Muribara (128); Igarassu -Três Ladeiras, Queimadas (17); Recife - Guabiraba, Passarinho (94); e Olinda - Águas Compridas, Sapucaia (51) e Sítio Novo, Peixinhos (52). Quanto aos territórios brancos, vale destacar que a maior concentração encontra-se no bairro de Boa Viagem e à margem esquerda do Rio Capibaribe, nos bairros da Madalena, Espinheiro, Jaqueira, Casa Forte, regiões que reúnem os melhores indicadores sócio-econômicos do município. (Cartograma 2.8)

**Cartograma 2.5 - Densidade Populacional por AED.
Região Metropolitana do Recife (2000).**

LEGENDA

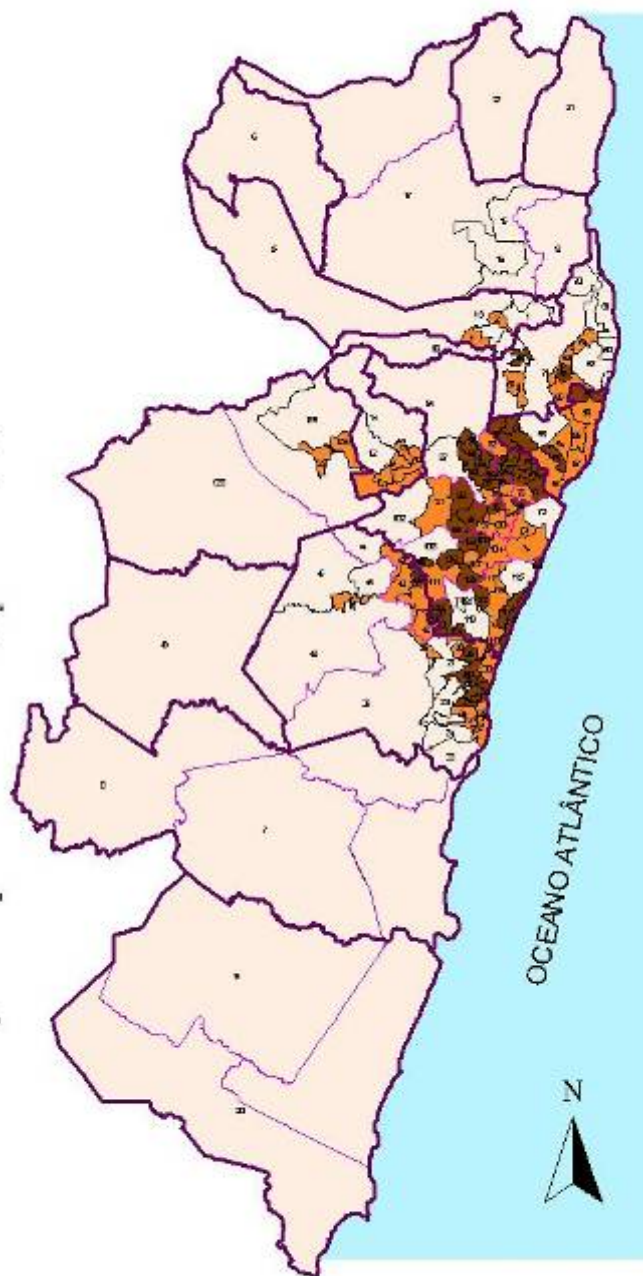
2000_AED_LEGENDA.tsh

1-Delmiro	66-Progresso, Mirangape I
2-Centro	66-Mirangape II
3-Delmiro, Casa Velha I	67-Miraflores, Jardim Paulista
4-Costa I e II	68-Jardim Paulista, Alto e Paralelo
5-Planície, Centro II	68-Ara Lindgren
6-ATC 00303	70-Comércio
7-Delmiro, Liberdade e Floresta	71-Centro Histórico, Tomé de Figueiredo
8-Jardim, Fátima dos Anjos	72-Santo Amaro, Bairro do Recife
9-Turbo e Caxangá	73-Bonfim, São José, Cabanga, Liberdade
10-Centro, Vila da Pedra e Pina	74-Boa Vista, Campina do Castelo
11-Santa Nova, Estações, Alamo M	75-Rosário, Encruzilhada, H
12-São João, São Pedro e São Paulo	76-Centro Grande
13-Tabuleiro	76-Fundão, Castelo, Parada
14-Bela	77-Centro de Memória, Alto S
15-Centro	78-Região PNH
16-Cruz de Rebouças, Amélia Albuquerque	81-Salvador, Linha do Tiro
17-Terra Litorânea, Quilômetros	82-Cob. Unidos
18-Vila Cruz e Cruz de Rebouças	83-Turmerica, Parnarama, S
19-Santa	84-Centro, Graças, Juqueia
20-Litoral	85-Cos. Amador, Alto do Mond
21-Ilha de Imbuém	86-Imbuém, Antas
22-Imbuém	87-Pop. Mourão, Appuio
23-Parque, Vaquejada	88-Vila do Sane
24-Parque, Lagoa, Ilha de Iguai	89-Engenheiro, Alto José de F
25-Pedra, Casinhas e Curvelo	90-Área da Condição, Alto José de F
26-Condado	91-Macambira, Condição de Japirapó
27-Morco Pina, Bismarques	92-Vila Desoberto
28-Morco Duas Águas, Jardim Indio	93-Boa de Esperança, São da Bomb
29-Pedra, Antares	94-Salvador, Passadinho
30-Parque, Estação da Batalha	95-Centro
31-Capim Seco	96-Terra
32-Pedra, Av. Caracolera	97-Pop. Zumbi
33-Bairro de Jangade	98-Parque
34-Delmiro	99-Turmo, Engenho do Meio
35-Quilômetros	100-Madureira, Ilha de Recife
36-Complexo Miraflores	101-Corumbá, Graça, Cidade Univers
37-Ilha do Miraflores, Compostos	102-James, LIT
38-Pedra, Macangana	103-Ilha, Madureira, Mangueira
39-Cavalião	104-Boqueirão
40-Super	105-Inda
41-Cob. Carilhos	106-Jardim São Paulo
42-Centro do Pina, LIT e UR	107-Santa, Coqueiral
43-Boa de Cruz, Quilô I	108-Candeia, Tati
44-Centro	109-São Martin
45-Boa Vista, Morro	110-João, Estância
46-Bairro de Caxangá, Morro	111-Bairro, Tati
47-Bairro de Caxangá, Vila Alegre	112-Boa Vista, Oita
48-Bairro de Caxangá, Vila Rica	113-Boa Vista, Sotob
49-Miraflores	114-Boa Vista, Sotob
50-Parque	115-Pina
51-Parque, Campina, Sepassa	116-Inda
52-Santa Nova, Pedra	117-Ilha Pinheiro, São Grande, I
53-Jardim Brasil, Vila Popular	118-Bom, Vila de SSB
54-Cruz Verde	119-Bom de São
55-Jardim Progresso, Bittenc	120-Boa Vista, LIT, LIT 4, LIT 1, LIT 2
56-Santa Nova, Casa Verde, Jardim	121-Terra, Graças
57-Cidade, Vila, Varadouro	122-IPSEP
58-Tabuleiro, Rio Cruz	123-Boa Vista, Tati
59-Tabuleiro, Zona Rural	124-Inda
60-Jangá	125-Centro
61-Pau Amarelo, Nova Fátima	126-São João, São Paulo
62-Jardim Mirangape, Mercado Jangá	127-Parque Capibaíba
63-Mirangape II	128-Nova Salvação de Luz, Miraflores
64-Engenho Mirangape	

2000_mr_municipio.shp
2000_mr_subdistrito.shp
2000_AED_LEGENDA.shp
2000_Densidade.shp

0.0 - 72.00 (Baixa)
72.00 - 144.00 (Média)
144.00 - 352.86 (Alta)

10 0 10 Km



Fonte: Observatório das Metrôpoles - IPPUR/PPGEO/FASE, 2005
Equipe Recife: Jan Bitoun, Livia Miranda, M^a Ângela Souza

Cartograma 2.6 – Imigrante de fora da Região Metropolitana do Recife por AED. (2000).

LEGENDA

2000_AED_LEGENDA.shp

- | | |
|--|-----------------------------------|
| 1-Doutor | 38-Fragoso, Montegasse I |
| 2-Centro | 39-Montegasse I |
| 3-Doutor, Costa Leite | 40-Miraflores, Jardim Paulino |
| 4-Doutor I e II | 41-Jardim Paulino, Ab. e Paulino |
| 5-Fragoso, Costa II | 42-Antônio Augusto |
| 6-Assembleia | 43-Centro, S.º |
| 7-Centro, Damasco e Pimenta | 44-Centro Velho, Torre Galvão |
| 8-Assembleia, Posto dos Carvalhos | 45-Santa Ana, Boim de Recife |
| 9-Terço do Cordeiro | 46-Santa Úrsula, Saúde, B. do Lei |
| 10-Centro, Vila de Pádua e Pinau | 47-S.º Antonio, S.º Az. e Cab |
| 11-Santa Nova, Estação e Alberto N | 48-Água, Capim de Borbon |
| 12-São João, São Pedro e São Paulo | 49-Boqueirão, Escadaria H |
| 13-Teófilo | 50-Campo Grande |
| 14-Água | 51-Fundo, Capim, Pimenta |
| 15-Centro | 52-Santa de Marizete, Ab. S |
| 16-Centro de Ribeirão, Av. Albuquerque | 53-Santa Fm |
| 17-Im. Ladeira e Guadalupe | 54-Santa, Linha do Rio |
| 18-Nova, Casa Grande, Ribeirão | 55-S.º de União |
| 19-Santa | 56-Taximetre, Pinau, S.º |
| 20-Linha | 57-Centro, União, Augusto |
| 21-Água de Ribeirão | 58-Casa Assis, Av. de Mariz |
| 22-Assembleia | 59-Engenho, Água |
| 23-Assembleia, Vaquejada | 60-Povo, N.º de P. |
| 24-Assembleia, Lagoa, Oito Lagos | 61-Macacão, N.º de P. |
| 25-Prado, Cardeal e Casa do | 62-Macacão, Cordeiro de J.º de P. |
| 26-Cardeal | 63-Nova Descoberta |
| 27-Maria Fátima, Guadalupe | 64-Santa de Ribeirão, Praça da |
| 28-Água de Ribeirão, Jardim Jardim | 65-Santa de Ribeirão, Pinau |
| 29-Prado, Água | 66-Centro |
| 30-Assembleia, Estação de Santa | 67-Torre |
| 31-Capim de S.º | 68-Prado, Santa |
| 32-Prado, Av. Capim de S.º | 69-Prado |
| 33-Santa de Lagoa | 70-Torres, Engenho de São |
| 34-D.º Helder | 71-Macacão, B.º de Santa |
| 35-Capim de S.º | 72-Capim de S.º, C.º de União |
| 36-Capim de S.º, Vaquejada | 73-Capim de S.º, C.º de União |
| 37-Vila de Marizete, Guadalupe | 74-Água de S.º |
| 38-Prado, Vaquejada | 75-Água de S.º |
| 39-Capim de S.º | 76-Água de S.º |
| 40-Santa | 77-Água de S.º |
| 41-Santa | 78-Água de S.º |
| 42-Santa | 79-Água de S.º |
| 43-Santa | 80-Água de S.º |
| 44-Santa | 81-Água de S.º |
| 45-Santa | 82-Água de S.º |
| 46-Santa | 83-Água de S.º |
| 47-Santa | 84-Água de S.º |
| 48-Santa | 85-Água de S.º |
| 49-Santa | 86-Água de S.º |
| 50-Santa | 87-Água de S.º |
| 51-Santa | 88-Água de S.º |
| 52-Santa | 89-Água de S.º |
| 53-Santa | 90-Água de S.º |
| 54-Santa | 91-Água de S.º |
| 55-Santa | 92-Água de S.º |
| 56-Santa | 93-Água de S.º |
| 57-Santa | 94-Água de S.º |
| 58-Santa | 95-Água de S.º |
| 59-Santa | 96-Água de S.º |
| 60-Santa | 97-Água de S.º |
| 61-Santa | 98-Água de S.º |
| 62-Santa | 99-Água de S.º |
| 63-Santa | 100-Água de S.º |

2000_rmr_municipio.shp

2000_rmr_subdistrito.shp

2000_AED_LEGENDA.shp

2000_MIGRAÇÃO.shp

0 - 0.05 (MUITO BAIXO)

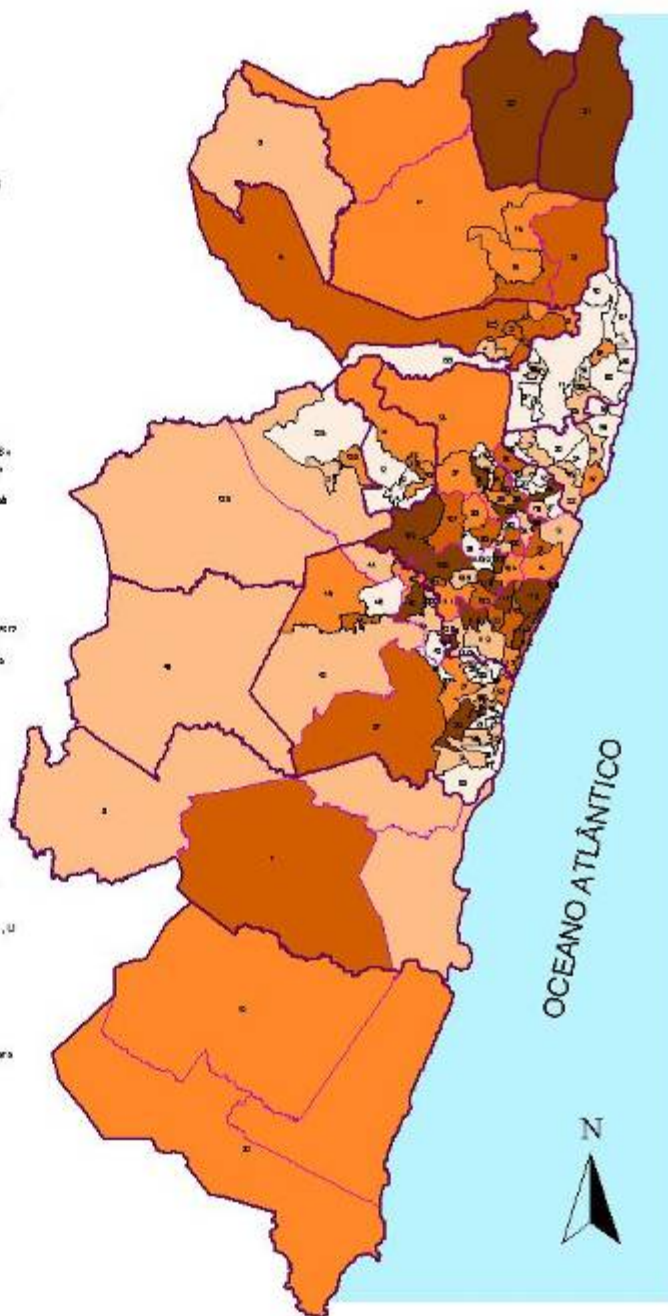
0.05 - 0.08 (BAIXO)

0.08 - 0.12 (MÉDIO)

0.12 - 0.18 (ALTO)

0.18 - 0.69 (MUITO ALTO)

10 0 10 Km



Fonte: Observatório das Metrôpoles - IPPUR/PPGEO/FASE, 2005
Equipe Recife: Jan Bitoun, Livia Miranda, M^ª Ângela Souza

**Cartograma 2.7 – Índice de Envelhecimento por AED
Região Metropolitana do Recife por AED. (2000).**

LEGENDA

200_AED_LEGENDA.shp

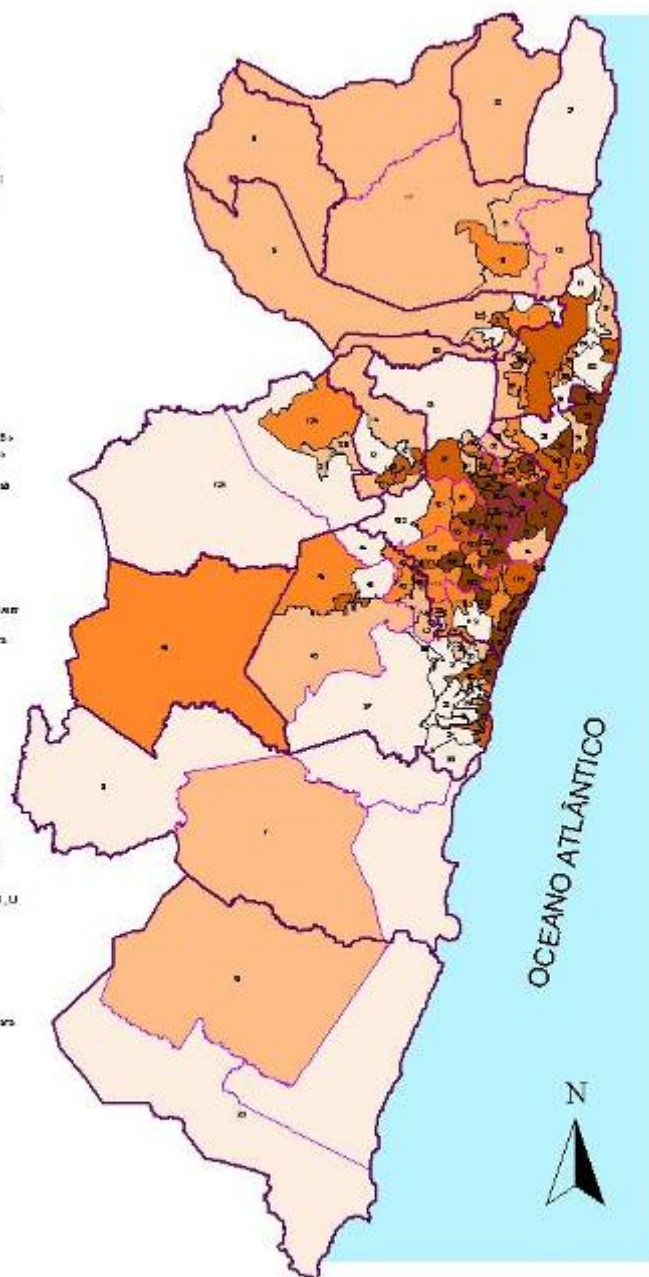
- | | |
|--|-------------------------------------|
| 1-Deodoro | 69-Prague, Maranguape I |
| 2-Corfe | 69-Maranguape I |
| 3-Deodoro, Centro (A-E) | 67-Recife, Jardim Paulista |
| 4-Goetzi I e II | 66-Jardim Paulista, Alto Paulista |
| 5-Prague, Cordeiro II | 65-Ator Lindalago |
| 6-Aristida | 64-Coaraciã |
| 7-Centro, Churrasco e Regatas | 63-Centro (Norte, Toror Galois) |
| 8-Azarenal, Posto dos Carochis | 62-Centro (Norte, Barris de Recife) |
| 9-Tankis Celso | 61-Boa Vista, Solidade, Ilha de Luz |
| 10-Centro, Vila da Paz e Vila e Princesa | 60-Boa Vista, São João, Celis |
| 11-Boleiros, Estrelas, Ribeirão N | 59-Área (Zona de Boma, ...) |
| 12-São José, São Pedro e São Paulo | 58-Rodovia, Brezina, H |
| 13-Taboão | 57-Centro Oeste |
| 14-Altos | 56-Parque, Capim, Paulista |
| 15-Corfe | 55-Bairro de Honório, Alto B |
| 16-Centro, Ribeirão, Ave. Missangra | 54-Água Preta |
| 17-Recife, Ladeira e Quilombo | 53-Boa Vista, Linha do Rio |
| 18-Área (Zona Oeste de Ribeirão) | 52-Dos Unidos |
| 19-Sede | 51-Tanque, Papanave, B |
| 20-Linha | 50-Delfy, Gracil, Jacuip |
| 21-Ilha de Ilha Nova | 49-Centro, Anísio, Alto de Moura |
| 22-João Paulo | 48-Engenho, Alvor |
| 23-Parque, Vaquejada | 47-Centro, Mourão, Aguiar |
| 24-Parque, Lagoa, São Domingos | 46-Parque da Zona |
| 25-Parque, Centro e Centro de | 45-Área (Zona, Ave. José de P |
| 26-Candiba | 44-Área (Zona, Ave. José de P |
| 27-Área (Zona, Quilombo) | 43-Área (Zona, Ave. José de P |
| 28-Área (Zona, Jardim André) | 42-Área (Zona, Ave. José de P |
| 29-Parque, Antena | 41-Área (Zona, Ave. José de P |
| 30-Parque, Estrelas, Totalis | 40-Área (Zona, Ave. José de P |
| 31-Capim, Dour | 39-Área (Zona, Ave. José de P |
| 32-Parque, Ave. Copacabana | 38-Área (Zona, Ave. José de P |
| 33-Bairro de Jacuip | 37-Área (Zona, Ave. José de P |
| 34-Din. Helder | 36-Área (Zona, Ave. José de P |
| 35-Corfe | 35-Área (Zona, Ave. José de P |
| 36-Centro, Mourão | 34-Área (Zona, Ave. José de P |
| 37-Vila de Mourão, Domingos | 33-Área (Zona, Ave. José de P |
| 38-Parque, Mourão | 32-Área (Zona, Ave. José de P |
| 39-Corfe | 31-Área (Zona, Ave. José de P |
| 40-Sucupira | 30-Área (Zona, Ave. José de P |
| 41-Dos Caracuz | 29-Área (Zona, Ave. José de P |
| 42-Área (Zona, Ave. José de P | 28-Área (Zona, Ave. José de P |
| 43-Área (Zona, Ave. José de P | 27-Área (Zona, Ave. José de P |
| 44-Corfe | 26-Área (Zona, Ave. José de P |
| 45-Área (Zona, Ave. José de P | 25-Área (Zona, Ave. José de P |
| 46-Área (Zona, Ave. José de P | 24-Área (Zona, Ave. José de P |
| 47-Área (Zona, Ave. José de P | 23-Área (Zona, Ave. José de P |
| 48-Área (Zona, Ave. José de P | 22-Área (Zona, Ave. José de P |
| 49-Área (Zona, Ave. José de P | 21-Área (Zona, Ave. José de P |
| 50-Área (Zona, Ave. José de P | 20-Área (Zona, Ave. José de P |
| 51-Área (Zona, Ave. José de P | 19-Área (Zona, Ave. José de P |
| 52-Área (Zona, Ave. José de P | 18-Área (Zona, Ave. José de P |
| 53-Área (Zona, Ave. José de P | 17-Área (Zona, Ave. José de P |
| 54-Área (Zona, Ave. José de P | 16-Área (Zona, Ave. José de P |
| 55-Área (Zona, Ave. José de P | 15-Área (Zona, Ave. José de P |
| 56-Área (Zona, Ave. José de P | 14-Área (Zona, Ave. José de P |
| 57-Área (Zona, Ave. José de P | 13-Área (Zona, Ave. José de P |
| 58-Área (Zona, Ave. José de P | 12-Área (Zona, Ave. José de P |
| 59-Área (Zona, Ave. José de P | 11-Área (Zona, Ave. José de P |
| 60-Área (Zona, Ave. José de P | 10-Área (Zona, Ave. José de P |
| 61-Área (Zona, Ave. José de P | 9-Área (Zona, Ave. José de P |
| 62-Área (Zona, Ave. José de P | 8-Área (Zona, Ave. José de P |
| 63-Área (Zona, Ave. José de P | 7-Área (Zona, Ave. José de P |
| 64-Área (Zona, Ave. José de P | 6-Área (Zona, Ave. José de P |
| 65-Área (Zona, Ave. José de P | 5-Área (Zona, Ave. José de P |
| 66-Área (Zona, Ave. José de P | 4-Área (Zona, Ave. José de P |
| 67-Área (Zona, Ave. José de P | 3-Área (Zona, Ave. José de P |
| 68-Área (Zona, Ave. José de P | 2-Área (Zona, Ave. José de P |
| 69-Área (Zona, Ave. José de P | 1-Área (Zona, Ave. José de P |

- 2000_rmf_municipio.shp
2000_rmf_subdistrito.shp
2000_AED_LEGENDA.shp

2000_POPULAÇÃO.shp

- 6,3 - 12,8 (muito baixo)
12,8 - 16,7 (baixo)
16,7 - 20,3 (médio)
20,3 - 25,7 (Alto)
25,7 - 81,7 (muito Alto)

10 0 10 Km



Fonte: Observatório das Metrôpoles - IPPUR/PPGEO/FASE, 2005
Equipe Recife: Jan Bitoun, Lívia Miranda, M^a Ângela Souza

Cartograma 2.8 – Negros e Pardos por AED. Região Metropolitana do Recife (2000).

LEGENDA

2000_AED_LEGENDA.shp

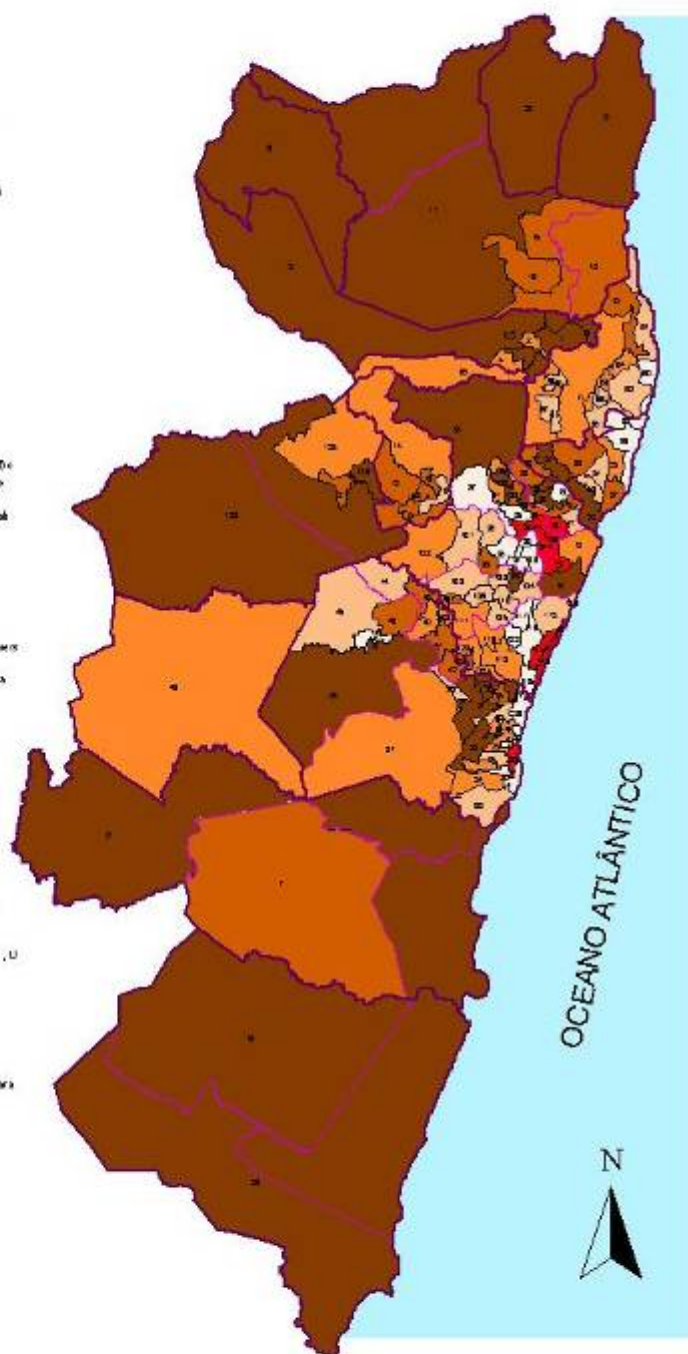
- | | |
|---------------------------------------|-------------------------------------|
| 1-Deodoro | 68-Prague, Maranguape I |
| 2-Centro | 69-Abraçoque I |
| 3-Deodoro, Coelhos I e II | 67-Mercado, Jardim Paulista |
| 4-Centro I e II | 62-Jardim Paulista Alto e Paulista |
| 5-Plaza, Centro II | 65-Amazonim |
| 6-Árcade | 70-Consócio |
| 7-Centro, Chameco e Pinaças | 71-Centro Nobre, Torres Galvão |
| 8-Jardim I, Jardim dos Carvalhos | 72-Santa Ana, Bairro de Recife |
| 9-Torres Galvão | 73-Bos Vento, São João, Iba de Lei |
| 10-Centro, Vila da Fabrica e Princesa | 74-8 de Agosto, São José, Ceb |
| 11-Santa Nova, Bradesco, Alberto M | 75-Árcade, Conjunto de Bairro |
| 12-São José, São Pedro e São Paulo | 76-Rosário, Encruzilhada, H |
| 13-Talanga | 77-Campo Grande |
| 14-Ilha | 78-Fantasia, Cajueiro, Peritoa |
| 15-Centro | 79-Bomfim de Henriques, Abre S |
| 16-Casa de Refeições, Av. Albuquerque | 80-agua Fria |
| 17-Árcade e Garibaldi | 81-Estrela, Lista do Tin |
| 18-Nova Cruz e Cruz de Retorno | 82-Div Unido |
| 19-Sede | 83-Tanque, Papanatin, S |
| 20-Liberal | 84-Deby, Ocoço, Joaquim |
| 21-Ilha de Ilha Nova | 85-Casa Amarela, Av. de Maril |
| 22-Apporava | 86-Espalheira, Alito |
| 23-Poções, Vaquejinha | 87-Pico, Montão, Appaçco |
| 24-Poções, Lagoa, Olho D'água | 88-Visco da Gama |
| 25-Piedade, Castelão e Cunha de | 89-Abraçoque, Av. José de P |
| 26-Candiba | 90-Ilha de Guaporé, Av. José de |
| 27-Monte Príncipe, Guaporé | 91-Abraçoque, Campo de Araçuaia |
| 28-Monte Guaporé, Jardim Indio | 92-Nova Dorobéria |
| 29-Piedade, Arriba | 93-8 de Agosto, Brinjal de Deus |
| 30-Poções, Estrela da Bealita | 94-Guabiruba, Passolinho |
| 31-Cajueiro Seco | 95-Cordão |
| 32-Piedade de Capobiano | 96-Torre |
| 33-Bom de Jesus | 97-Pedra, Zumbi |
| 34-Div. Heller | 98-Igatuja |
| 35-Guaporé | 99-Turista, Espírito do Mito |
| 36-Cajueiro Verde | 100-Madaleira, Iba de Recife |
| 37-Vila de Verbeke, Olegário | 101-Camargo, Várzea, Cidade Univers |
| 38-Piedade, Maranguape | 102-Naves, UR I |
| 39-Cavaleiro | 103-Brasão, Maracá, Maracá |
| 40-Socorro | 104-Itaquara |
| 41-Div. Cardeal | 105-Árcade |
| 42-Zumbi de Pádua, UR I e UR | 106-Jardim São Paulo |
| 43-Árcade, Quilômetro I | 107-Sacão, Dequetal |
| 44-Cerife | 108-Cerife, T-9 |
| 45-São Afonso, Minerva | 109-São Vito |
| 46-Jardim Centro, Fátima | 110-Igatuja, Ervada |
| 47-Jardim Centro, Vila Alegre | 111-Santo, Tapio |
| 48-Jardim Centro, Vila Rica | 112-São Vito, Orla |
| 49-Árcade | 113-São Vito, Sertão |
| 50-Passalinho | 114-São Vito, Shopping |
| 51-Árcade, Condição, Sepacão | 115-Pico |
| 52-São José, Pólis | 116-São Vito |
| 53-Jardim São, Vila Popular | 117-Vila Pólis, São João, I |
| 54-Div. Pólis | 118-São, Vila de SESI |
| 55-Jardim Figueira, Bulhão | 119-São de São, Amparo |
| 56-Santa Nova, Casa Colada, Jardim | 120-UR 1, UR 2, UR 3, UR 4, UR 5, U |
| 57-Cidade Nova, Veneza | 121-Terra Cavaleiro |
| 58-Talanga, Vila Nova | 122-IPSEP |
| 59-Talanga, Zona Rural | 123-Santa, Tenório |
| 60-Janga | 124-Jordão |
| 61-Poa Amarela, Maria Pólis | 125-Centro |
| 62-Jardim Maranguape, Nave de Janga | 126-São José, São Paulo |
| 63-Maranguape II | 127-Pampa Capibaribe |
| 64-Região Maranguape | 128-Nova Serraria de Luz, Marilva |

- 2000_mir_municipio.shp
2000_mir_subdistrito.shp
2000_AED_LEGENDA.shp

2000_COR.shp

- 17.4 - 50 (muito Baixa)
50 - 57.5 (baixa)
57.5 - 61.1 (média)
61.1 - 64.6 (alta)
64.6 - 77.4 (muito Alta)
17.4 - 33.2 (Muito Baixa)

10 0 10 Km



Fonte: Observatório das Metrôpoles - IPPUR/PPGEO/FASE, 2005
Equipe Recife: Jan Bitoun, Livia Miranda, M^a Ângela Souza

2.3 EDUCAÇÃO

2.3.1 Analfabetismo

Na Região Metropolitana do Recife, em 2000, os efeitos das políticas educacionais (essencialmente, a universalização do ensino fundamental) implementadas após a Constituição de 1988 não haviam ainda modificado o quadro histórico de reprodução em indicadores de alfabetização da desigualdade de renda. Parte dessa situação deve-se à herança acumulada, considerando que a Taxa de Analfabetismo, apresentada na tabela 2.9, concerne todas as pessoas com mais de 15 anos; mas outra parte remete às dificuldades enfrentadas para a implementação de um ensino fundamental de qualidade em ambientes de pobreza e de precariedade das condições de moradia. Assim sendo, os dados demonstram uma estreita correspondência entre níveis decrescentes de integração ao pólo metropolitano e taxas crescentes de analfabetismo. Como no caso da renda, somente o município pólo (Recife) e os municípios componentes do nível muito alto de integração (Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista) apresentam taxas inferiores à média metropolitana; esse fato deve ser destacado, já que os quatro municípios reúnem 1.924.350 das 2.411.687 pessoas de 15 anos e mais da

Tabela 2.9
RMR. Pessoas de 15 anos e mais que não sabem ler por municípios segundo nível de integração ao pólo metropolitano (2000)

Municípios segundo o nível de integração ao pólo		Pessoas de 15 anos e mais		Taxa de analfabetismo
Código	Municípios	Total	Que não sabem ler	
• Município pólo				
2611606	Recife	1.050.665	101.255	9,6
• Municípios com MUITO ALTO nível de integração				
2607901	Jaboatão dos Guararapes	411.979	49.425	12,0
2609600	Olinda	270.242	25.145	9,3
2610707	Paulista	191.464	14.625	7,6
Sub-Total		873.685	89.195	10,2
• Municípios com ALTO nível de integração				
2600054	Abreu e Lima	63.447	8.251	13,0
2602902	Cabo de Santo Agostinho	105.551	19.727	18,7
2603454	Camaragibe	91.978	13.897	15,1
Sub-Total		260.976	41.875	16,0
• Municípios com MÉDIO nível de integração				
2601052	Araçoiaba	9.729	3.677	37,8
2606804	Igarassu	56.656	10.287	18,2
2607604	Ilha de Itamaracá	11.311	1.942	17,2
2607208	Ipojuca	38.711	11.385	29,4
2607752	Itapissuma	13.305	3.362	25,3
2609402	Moreno	34.453	7.228	21,0
2613701	São Lourenço da Mata	62.196	12.653	20,3
Sub-Total		226.361	50.534	22,3
Total RM Recife		2.411.687	282.860	11,7

Fonte. Censo demográfico 2000. METRODATA, 2004 .

Região Metropolitana.

Taxas muito inferiores à média ocorrem em alguns municípios mais periféricos, com médio (22,3%) nível de integração, para que se configure uma taxa geral de 11,7% bem mais alta que em Recife, Olinda e Paulista e correspondendo à taxa observada em Jaboatão dos Guararapes (Tabela 2.9). A correspondência entre baixa situação de renda e taxas mais altas de analfabetismo verifica-se em áreas rurais, com destaque para os valores altíssimos de Araçoiaba, Ipojuca, Itapissuma, Moreno e São Lourenço da Mata, mas também em áreas urbanas: significativamente, é em Paulista, onde há muita população em conjuntos habitacionais e relativamente menos bolsões de grande pobreza que na capital, em Olinda e em Jaboatão dos Guararapes, que se observa a menor taxa de analfabetismo.

O cartograma 2.9 por AED reproduz assim fielmente as constatações feitas quanto à distribuição de renda: melhores indicadores nos dois bolsões de população abastada do Recife (nas zona norte e sul) e nas orlas de Olinda, Paulista e Jaboatão dos Guararapes; indicadores médios em conjuntos habitacionais e em centros antigos de municípios periféricos; taxas muito elevadas em áreas rurais das periferias norte, sul e oeste da Região Metropolitana e, no meio da malha urbanizada, em áreas de grande densidade populacional de grande pobreza em alagados e colinas. Essa situação preocupa por indicar uma possível limitação, encontrada na grande pobreza, da implementação da reforma educacional; preocupa, também, quando grandes empreendimentos turísticos ou industriais instalados ou anunciados (no Cabo de Santo Agostinho e em Ipojuca: Porto de Galinhas / Suape) ocorrem em situação de tamanho atraso educacional da população chamada a conviver diretamente com esses empreendimentos. Corre-se então o risco, se esse atraso não for rapidamente eliminado, de constituição de enclaves econômicas com reduzidos impactos positivos nas condições sócio-culturais dos moradores locais.

Cartograma 2.9 – Analfabetismo Funcional por AED Região Metropolitana do Recife (2000)

LEGENDA

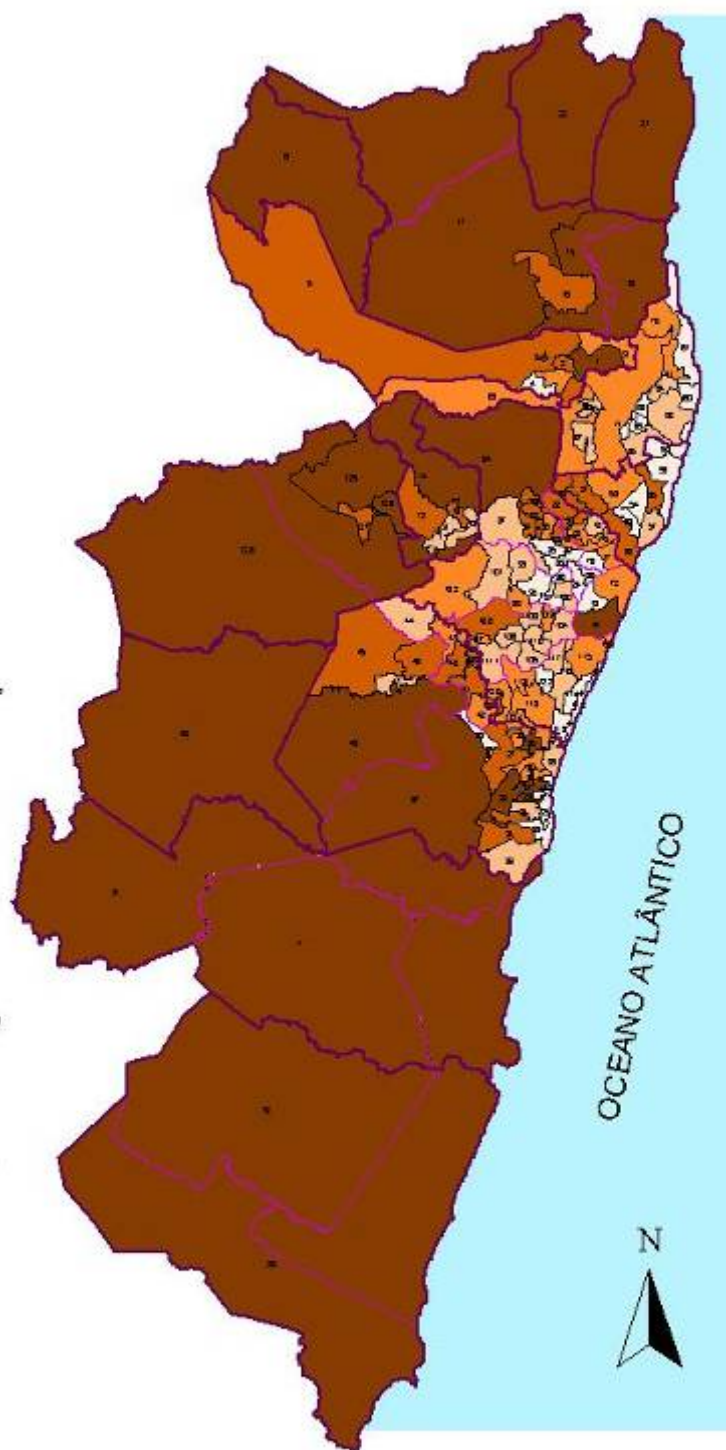
2000_AED_LEGENDA.shp

- | | |
|---------------------------------------|---------------------------------------|
| 1-Centro | 60-Princesa, Maranguape I |
| 2-Centro | 66-Maranguape I |
| 3-Centro, Caxeta I e II | 67-Miraflores, Jardim Paulista |
| 4-Caxeta I e II | 68-Jardim Paulista Alto e Paulista |
| 5-Pinheiros, Caxeta II | 69-Amar Lindgrens |
| 6-Nordeste | 70-Consócio |
| 7-Centro, Chameirão e Piçarra | 71-Centro, Nêscim, Torre Calvaço |
| 8-Jacuaral, Ponte dos Cavalos | 72-Santa Ana, Bairro do Recife |
| 9-Turista Colônia | 73-São Vito, S. Cidade, Ilha de Ló |
| 10-Centro, Via de Patria e Princesa | 74-S. Antonio, São José, Cab |
| 11-Santa Nova, Estação e Alberto M | 75-Água das Damas do Bairro |
| 12-São João, São Pedro e São Paulo | 76-Rosário, Escalvada, H |
| 13-Itaíba | 77-Campo Grande |
| 14-Centro | 78-Fundas, Capoeira, Park da |
| 15-Cruzeiro Rebouças, Ana Albuquerque | 79-Santa do Henrique, Alto S |
| 16-Monte Castelo e Gasimada | 80-Água Fria |
| 17-Nova Cruz e Cruz de Rebouças | 81-Sobradinho, Linha de Tiro |
| 18-Sede | 82-Dois Unidos |
| 19-Litoral | 83-Taximeteira, Pombalinho, S |
| 20-Ilha de Ilamarã | 84-Centro, Ocoço, Juguim |
| 21-Ilha de Ilamarã | 85-Casa Amarela, Alto do Mand |
| 22-Ilha de Ilamarã | 86-Espinho, Alto |
| 23-Princesa, Vaquejada | 87-Povo, Monte, Apucarã |
| 24-Princesa, Lagoa Olho d'Água | 88-Jardim da Glória |
| 25-Princesa, Candelas e Casa da | 89-Mangabeira, Alto José de P |
| 26-Candelas | 90-Monte da Escalvada, Alto José B |
| 27-Monte Frade, Guaranapés | 91-Macacera, Comgo de Japapo |
| 28-Monte Guaranapés, Jardim Jardim | 92-Nova Descoberta |
| 29-Princesa, Arfina | 93-Empl. de Sobradinho, Empl. do Guab |
| 30-Princesa, Estação da Bealiba | 94-Guarabira, Pombalinho |
| 31-Cajuru, São | 95-Cordão |
| 32-Princesa, Av. Capoeira | 96-Torre |
| 33-Bairro de Jacuá | 97-Prado, Zumbi |
| 34-Dona Helder | 98-Pinheiros |
| 35-Guarapés | 99-Torres, Engenho do Meio |
| 36-Complexo Habitacional | 100-Madaleira, Ilha do Rato |
| 37-Vila do Maricão, Complexo | 101-Casa da Várzea, Cidade Univers |
| 38-Princesa, Macacera | 102-Miraflores, UR I |
| 39-Cavalheiro | 103-Eng. Muradinho, Mangabeira |
| 40-Sacramento | 104-Água Fria |
| 41-Dona Carineira | 105-Amar |
| 42-Zumbi do Padre, UR 6 e UR | 106-Jardim São Paulo |
| 43-Água de Caxa, Camê I | 107-Santa, Coqueiral |
| 44-Candeia | 108-Candeia, T. 6 |
| 45-S. Avelar, Veneza | 109-S. Maria |
| 46-Jacuaral Centro, Roma | 110-Água, Estação |
| 47-Jacuaral Centro, V. do Alegre | 111-Bairro, Tejipe |
| 48-Jacuaral Centro, V. do Rico | 112-Boa Vagem, Ota |
| 49-Monte | 113-Boa Vagem, S. S. S. S. |
| 50-Passagem | 114-Boa Vagem, Shopping |
| 51-Água Comprida, S. S. S. S. | 115-Fila |
| 52-S. Novo, Pombal | 116-Imbituba |
| 53-Jardim Brasil, Vila Popular | 117-Vila Pombal, S. S. S. S. |
| 54-Ouro Preto | 118-Ilha de São José, S. S. S. S. |
| 55-Jardim Progresso, S. S. S. S. | 119-Ilha de São José, Aeroporto |
| 56-Bairro Novo, Casa da Cidadania | 120-UR 1, UR 2, UR 3, UR 4, UR 5, U |
| 57-Cidade Alta, V. do Rio | 121-Ilha de São José |
| 58-Talpa, Rio Doce | 122-IPSP |
| 59-Talpa, Zona Rural | 123-Boa Vista, T. 6 |
| 60-Jacuaral | 124-Candeia |
| 61-Pau Amarelo, V. do Patria | 125-Centro |
| 62-Jardim Maranguape, V. do José | 126-S. José, S. Paulo |
| 63-Maranguape II | 127-Pinheiros, Capibaribe |
| 64-Engenho Maranguape | 128-Nova S. S. S. S. S. S. S. S. S. |

- 2000_mr_municipio.shp
2000_mr_subdistrito.shp
2000_AED_LEGENDA.shp

- 2000_EDUCAÇÃO.shp
- | |
|--------------------------|
| 1.2 - 6.1 (MUITO BAIXA) |
| 6.1 - 10.1 (BAIXA) |
| 10.1 - 12.4 (MÉDIA) |
| 12.4 - 16.6 (ALTA) |
| 16.6 - 37.8 (MUITO ALTA) |

10 0 10 Km



Fonte: Observatório das Metrôpoles - IPPUR/PPGEO/FASE, 2005
Equipe Recife: Jan Bitoun, Livia Miranda, M^a Ângela Souza

2.3.2 Frequência Escolar e Adequação Idade/Série

A adequação idade / série permite identificar uma característica mais qualitativa da oferta de serviços de ensino. Quanto maior for a taxa dos alunos freqüentando as séries adequadas às faixas etárias, maior será a normalidade no serviço de ensino, seja porque já havia conseguido no passado integrar no ensino fundamental as crianças fora de faixa, seja porque as condições sociais do bairro favorecem uma escolaridade contínua das crianças. Ao contrário, taxas menores de adequação podem indicar o esforço no período de universalizar o ensino fundamental, independente da adequação idade/série, ou condições sociais adversas à escolaridade ininterrupta das crianças, gerando inadequação.

O esforço de universalização do ensino fundamental durante a década de noventa pode assim estar na origem das taxas relativamente semelhantes observadas nos diversos municípios componentes dos níveis de integração, todas em torno de 50% (Tabela 2.10), excetuando o nível médio de integração (municípios com forte presença de ambientes rurais).

Tabela 2.10
Municípios da Região Metropolitana de Recife por pessoas de 7 a 14 anos que freqüentam escola e série adequada segundo nível de integração ao pólo metropolitano (2000)

Municípios segundo o nível de integração ao pólo		Pessoas que freqüentam escola		B / A (em %)
Código	Municípios	Total (A)	Freqüentam série adequada (B)	
• Município pólo				
2611606	Recife	196.068	107.558	54,9
• Municípios com MUITO ALTO nível de integração				
2607901	Jaboatão dos Guararapes	85.604	43.008	50,2
2609600	Olinda	51.480	28.850	56,0
2610707	Paulista	37.518	21.401	57,0
Sub-Total		174.602	93.258	53,4
• Municípios com ALTO nível de integração				
2600054	Abreu e Lima	13.354	6.745	50,5
2602902	Cabo de Santo Agostinho	24.033	10.704	44,5
2603454	Camaragibe	18.935	9.641	50,9
Sub-Total		56.322	27.090	48,1
• Municípios com MÉDIO nível de integração				
2601052	Araçoiaba	2.599	897	34,5
2606804	Igarassu	12.810	5.876	45,9
2607604	Ilha de Itamaracá	9.679	3.253	33,6
2607208	Ipojuca	2.249	1.125	50,0
2607752	Itapissuma	3.262	1.603	49,2
2609402	Moreno	7.302	3.178	43,5
2613701	São Lourenço da Mata	14.604	6.234	42,7
Sub-Total		52.505	22.166	42,2
Total RM Recife		479.498	250.071	52,2

Fonte: Censo demográfico 2000. METRODATA, 2004 .

Entre os municípios componentes do nível muito alto de integração ao pólo, Paulista e Olinda apresentam taxas um pouco melhores que a do Recife; Jaboatão dos Guararapes, junto com os municípios de nível alto de integração (Camaragibe e Abreu e Lima) e de nível médio (Ipojuca) têm taxas pouco inferiores à média metropolitana. Araçoiaba e Itamaracá destacam-se negativamente no meio dos municípios componentes do nível médio de integração ao pólo, sugerindo possíveis problemas locais dos sistemas municipais de ensino (Tabela 2.10).

A distribuição por AED das taxas de adequação reproduz parcialmente a estrutura de renda já identificada, demonstrando a estreita ligação entre as oportunidades em geral alcançadas pelas famílias e a possibilidade da criança frequentar regularmente a série adequada a sua idade (Cartograma 2.10). Mas, há também índices do papel diferenciado do município no exercício da sua política escolar: Paulista, Olinda, Recife (com a notável exceção da parte pobre de sua área central – Ilha Joana Bezerra / Coelhos e da sua periferia semi rural - Guabiraba) apresentam taxas menos contrastadas que às da alfabetização funcional; o que não é o caso de Jaboatão dos Guararapes. Em municípios mais periféricos, observa-se também uma relativa homogeneidade das taxas de adequação em todas as AED do Cabo de Santo Agostinho e em Abreu e Lima, contrastando com as diferenças internas entre os núcleos mais urbanos e as áreas rurais que podem ser notadas em Ipojuca, São Lourenço da Mata, Camaragibe e Igarassu.

Cartograma 2.10 – Adequação Idade e Série (pessoas de 7 a 14 anos) por AED. Região Metropolitana do Recife (2000)

LEGENDA

2000_AED_LEGENDA.shp

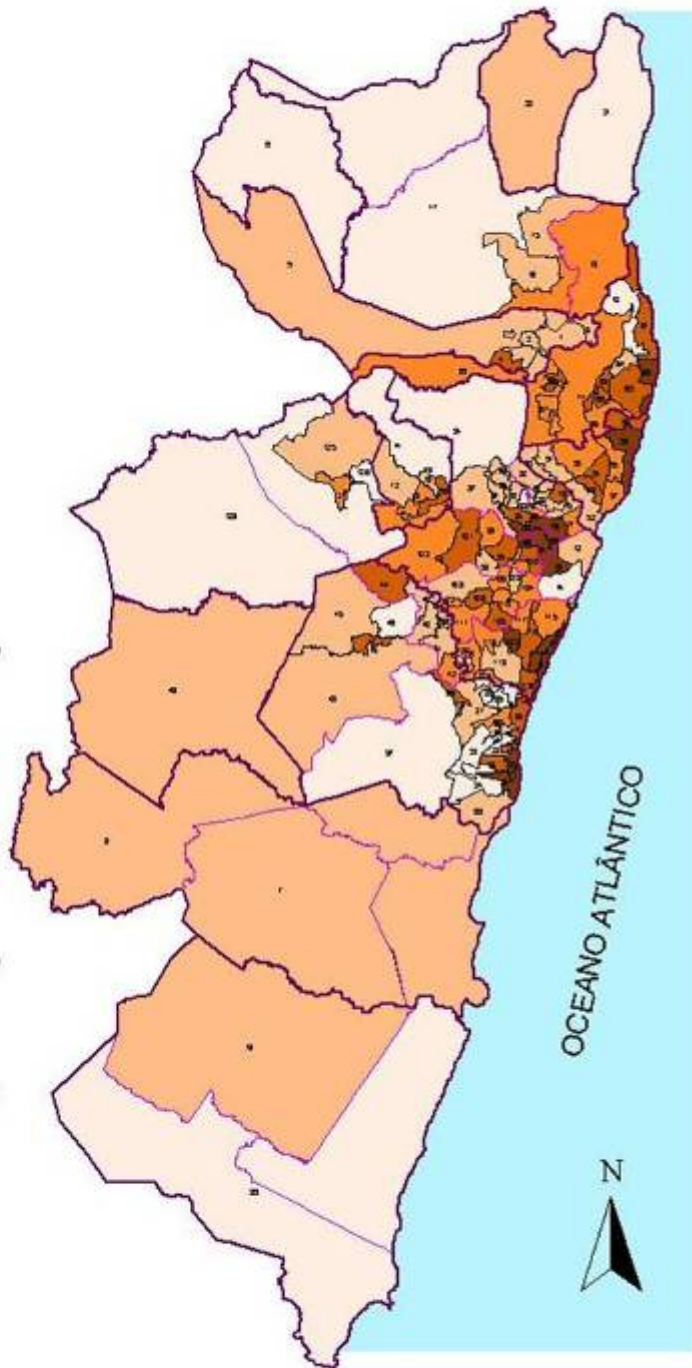
1-Direito	65-Freguesia, Maranguape I
2-Centro	66-Maranguape I
3-Centro, Coaraci II	67-Mirim, Jardim Paulista
4-Centro I e II	68-Jardim Paulista, Rio e Pombal
5-Pinheiro, Coaraci II	69-Arara Ludgema
6-Procópio	70-Coaraci
7-Centro, Chameca e Pinguim	71-Centro Norte, Torre e Galvão
8-Araújo, Ponte São Canabão	72-Santo Amaro, Bairro do Recife
9-Tenili e Célio	73-São Vito, Sítio da Boa Vista
10-Centro, Vila da Fabrica e Pádua	74-São Antonio, São João, Cab
11-Santo Novo, Erndino e Alberto M	75-Água, Dampão do Barão
12-São João, São Pedro e São Paulo	76-Andaraí, Encruzilhada, M
13-Tibagi	77-Campo Grande
14-África	78-Funda, Cajete, Porto da
15-Centro	79-Bom do Helder, Rio S
16-Cruze Rebouças, Rio Abagema	80-Agua Fria
17-Bezileira e Quindim	81-Beberibe, Linha do Tim
18-Nova Cruz e Cruz de Rebouças	82-Div. Unidos
19-Sede	83-Tanqueira, Pampulha, S
20-Litoral	84-Deus, Orcaz, Aguiar
21-Ilha de Itamaracá	85-Cam Anamb, Rio do Mand
22-Mapimuna	86-Espinho, Atiba
23-Pinheiro, Vaquejada	87-Poa, Monteiro, Apicima,
24-Pinheiro, Lagoa Olho D'água	88-Faixa da Osmo
25-Piedade, Candelária e Curupira	89-Mangabeira, Rio José de P
26-Candonga	90-More da Corvoia, Rio José de P
27-More e Freixo, Guaranaper	91-Macaxeira, Corrego do Amigão
28-More Guaranaper, Jardim Jardim	92-Nova Descoberta
29-Piedade, Arlene	93-Brço de Beberibe, Brço do Orob
30-Pinheiro, Estada da Botaha	94-Quilombo, Passadinho
31-Cajeteiro Seco	95-Cordão
32-Piedade An. Capobiano	96-Torre
33-Bom de Jacuá	97-Pedra, Zumbi
34-Div. Helder	98-Aguá
35-Guaranger	99-Turmas, Engenho do Meio
36-Cajeteiro, Maricá	100-Madaleira, Ilha de Retiro
37-Vila de Maricá, Comport	101-Casaes, Moraes, Cláudia Ulivier
38-Piedade, Maranguape	102-Varaço, JUI T
39-Candelária	103-Boqui, Martandinha, Mangueira
40-Do capim	104-Atagade
41-Do Caravello	105-Atiba
42-Zumbido Padroa, UR 4 e UR	106-Jardim São Paulo
43-Vila de Coa, Curado I	107-Sancho, Ciquetal
44-Curado	108-Curado, Ti Ti
45-São Afonso, Monara	109-São Mark
46-Água do Centro, Floriano	110-Aguá, Embocá
47-Água do Centro, Voto Alegre	111-Barr, Tejipo
48-Água do Centro, Vila Rica	112-São Viagem, Oita
49-More	113-São Viagem, Sebbal
50-Pavão	114-São Viagem, Shopping
51-Aguá Comprida, Sapeca	115-Pia
52-São Novo, Peixinho	116-Jubrilém
53-Jardim Brasil, Vila Pádua	117-Vila Palmeira, São Grande, L
54-Ouro Preto	118-Ilum, Vila do SESI
55-Jardim Fregues, Balnear	119-Bom de Baixo, Argerito
56-Santo Novo, Casa Caiada, Jardim	120-UR 1, UR 2, UR 3, UR 4, UR 5, U
57-Gilberto, Rio, Varadim	121-Terra Carneira
58-Tibagi, Rio Doce	122-IPSEP
59-Tibagi, Zoológico	123-Boqueiro, Teófilo
60-Janga	124-África
61-Poa, Poá, Maria Fátima	125-Centro
62-Jardim Maranguape, Mata do Jacó	126-São João, São Paulo
63-Maranguape I	127-Pague Capibara
64-Engenho Maranguape	128-Nova Serraria de Luz, Maricá

2000_mmr_municipio.shp
2000_mmr_subdistrito.shp
2000_AED_LEGENDA.shp

2000_educacao.shp

	31.5 - 42.9 (muito baixo)
	42.9 - 50.5 (baixo)
	50.5 - 56.9 (médio)
	56.9 - 66.6 (alto)
	66.6 - 86.3 (muito alto)

10 0 10 Km

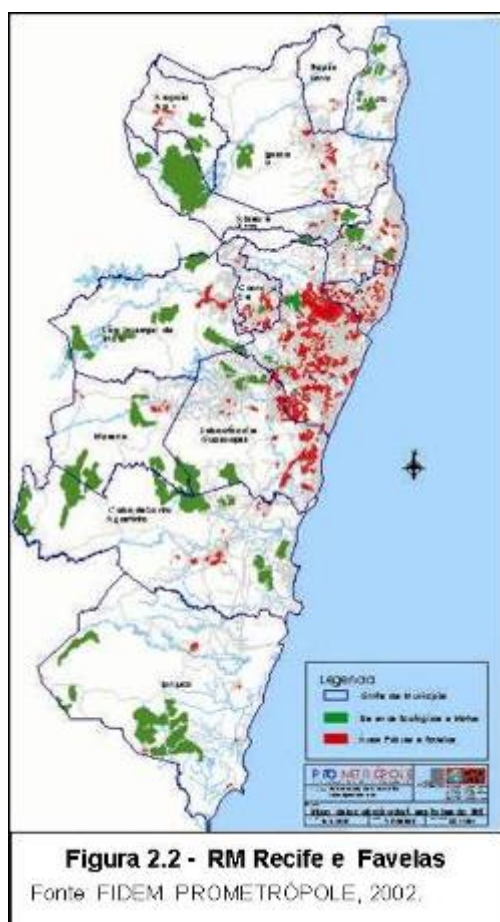


Fonte: Observatório das Metrópoles - IPPUR/PPGEO/FASE, 2005
Equipe Recife: Jan Bitoun, Livia Miranda, M^a Ângela Souza

2.4 MORADIA

2.4.1 Condições de Moradia

Os indicadores de moradia permitiram observar que, as políticas habitacionais até os anos 90 não tiveram escala suficiente para redução satisfatória das deficiências habitacionais, em termos globais, resumindo-se a algumas ações pontuais de alguns programas. Vale destacar que onde tais ações foram implementadas, conseguiram elevar significativamente as condições da habitação das comunidades. A conjuntura de descentralização das políticas habitacionais e a dependência de recursos externos para promover programas de regularização urbanística e fundiária revelaram a extrema fragilidade do município, que não conseguiu gerar oportunidades habitacionais na proporção da crescente demanda.



Em linhas gerais a análise dos indicadores de moradia da RM do Recife reforçou as tradicionais desigualdades sócio-espaciais relacionadas ao porte, níveis de renda e de integração na dinâmica Metropolitana. Há, também, contrastes entre os municípios da região Norte e da região Sul da RMR, estes historicamente muito mais marcados pelas permanências da monocultura canavieira e suas tensas relações sociais.

Em 2000, aproximadamente 860 mil domicílios particulares permanentes da RM recifense distribuíram-se principalmente no pólo metropolitano (44%). (Tabela 2.11) Os municípios de Olinda, Paulista e Jaboatão dos Guararapes, que exibem um grau de integração muito alta concentram 36% dos domicílios e os demais municípios (Igarassú, Itapissuma, Araçoiaba, São Lourenço da Mata,

Camaragibe, Moreno, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca) concentram somente 20% das moradias. (Figura 2.2)

Segundo o Cadastro de Áreas Pobres da RM do Recife, existiam em 2000 cerca de 720 comunidades pobres na RM (loteamentos precários, pontas de ruas e favelas), das quais, 426 localizavam-se no Recife. São 592 mil habitantes (42% da população recifense) residindo em

150 mil domicílios situados em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), carentes de regularização urbanística e fundiária.¹⁰ Quanto à condição de Propriedade do domicílio, cerca de 79% são próprios e 14% são alugados.

Tabela 2.11

RMR. Domicílios segundo o acesso a bens por municípios segundo nível de integração ao pólo metropolitano. (2000)

Nível de integração metropolitana	Domicílios particulares permanentes							
	Total	%	Domicílios com acesso a bens					
			de uso difundido ¹	%	de média difusão ²	%	de uso restrito ³	%
• Município Pólo								
Recife	375.857	43,73	309.787	82,42	163.009	43,37	188.285	50,09
• Municípios de MUITO ALTO nível de integração								
Jaboatão dos Guararapes	150.400	17,50	119.156	79,23	47.665	31,69	63.566	42,26
Olinda	94.044	10,94	78.091	83,04	36.819	39,15	43.713	46,48
Paulista	67.782	7,89	58.225	85,90	25.848	38,13	33.162	48,92
Sub-Total	312.226	36,32	255.472	81,82	110.331	35,34	140.441	44,98
• Municípios de ALTO nível de integração								
Abreu e Lima	22.626	2,63	16.656	73,62	4.814	21,28	7.142	31,56
Cabo de Santo Agostinho	37.019	4,31	24.952	67,40	6.586	17,79	10.515	28,41
Camaragibe	32.286	3,76	24.779	76,75	7.163	22,19	10.880	33,70
Sub-Total	91.931	10,69	66.387	72,21	18.563	20,19	28.537	31,04
• Municípios de MÉDIO nível de integração								
Araçoiaba	3.398	0,40	1.467	43,18	83	2,45	211	6,21
Igarassu	19.877	2,31	13.347	67,15	2.886	14,52	4.555	22,92
Ilha de Itamaracá	3.642	0,42	2.531	69,48	594	16,32	1.026	28,18
Ipojuca	13.450	1,56	8.043	59,80	1.292	9,60	2.193	16,30
Itapissuma	4.766	0,55	2.772	58,17	517	10,85	950	19,93
Moreno	12.133	1,41	7.596	62,60	1.557	12,83	2.923	24,09
São Lourenço da Mata	22.295	2,59	15.249	68,40	3.580	16,06	5.683	25,49
Sub-Total	79.561	9,26	51.005	64,11	10.509	13,21	17.541	22,05
Total RM Recife	859.574	100,00	682.651	79,42	302.411	35,18	374.804	43,60

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

(¹) Refere-se aos domicílios com todos os bens de uso difundido.

(²) Refere-se aos domicílios com pelo menos 2 bens de média difusão.

O Ambiente adequado às condições de salubridade das moradias e conseqüentemente da qualidade de vida dos indivíduos depende diretamente do nível de atendimento dos serviços de saneamento, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo. A falta destes serviços expressa condição de alta precariedade da habitação e compromete a saúde da família residente. As condições de conforto do imóvel estão também relacionadas à densidade

¹⁰ Cálculo realizado pelo Observatório PE, a partir da comparação entre limites de ZEIS e Setores Censitários do IBGE de 2000.

de moradores no domicílio e co-habitação familiar. Considera-se denso aquele domicílio cujo percentual de pessoas é superior a duas em um dormitório. Na RM do Recife 79.312 (um em cada 10 domicílios) encontram-se nesta condição.

Paulista exhibe o melhor índice de pessoas residindo em domicílios com acesso à água encanada, 9 em cada 10 domicílios. O bom desempenho do indicador justifica-se porque essa região concentrou, nos anos 80, as opções governamentais de implementação de políticas de desenvolvimento industrial (Distrito Industrial de Paulista) e de habitação (conjuntos habitacionais promovidos pela COHAB-PE). Em Araçoiaba, somente 38% das pessoas residem em domicílios que têm acesso à água encanada. É o pior indicador da região metropolitana. Na parte sul da RMR somente o cabo de santo Agostinho possui um índice de domicílios com abastecimento de água adequado acima de 80%. Ipojuca, um município predominantemente canavieiro, exhibe baixos indicadores (somente 63% dos habitantes residem em domicílios com banheiro e água encanada). Deve ser observado que, em muitos casos o abastecimento de água não é assegurado permanentemente. O acesso à rede nem sempre é sinônimo de acesso à água, visto que há intermitência da distribuição de água, ou seja, mesmo ligados à rede geral, alguns domicílios não são abastecidos durante determinados períodos, devido a racionamentos.

Quanto ao Escoamento Sanitário Adequado, somente Itapissuma possui indicador acima de 90%. Em Araçoiaba este indicador é inferior a 6%. O Recife exhibe a melhor condição de domicílios com coleta de lixo adequada, mais de 96%. Mais uma vez o pior serviço encontra-se em Araçoiaba, onde somente 66% dos domicílios recebem a coleta adequada do lixo.

2.4.2 Padrões de Conforto Domiciliar

A condição de desigualdade entre os domicílios metropolitanos pode ser evidenciada, quando se observa a condição de acesso a bens de uso difundido. Embora o acesso a energia elétrica seja mais universal, a falta de acesso a rádio, televisão e geladeira reflete a precariedade das condições de renda no domicílio. O acesso a estes bens na RM do Recife é bastante desigual e evidencia a oposição centro-periferia, conforme mostra o cartograma 2.11. Está bastante concentrado nos municípios do Recife, Jaboatão, Olinda e Paulista, que exibem indicadores superiores a 88%. Podemos destacar que as maiores médias apresentam-se na orla destes municípios e no Recife, pólo metropolitano, concentra-se também, à margem do Capibaribe, nos bairros do Derby, Graças, Jaqueira, Espinheiro, Parnamirim, onde se

concentram também os melhores indicadores de renda. Os Bens de média difusão encontram-se ainda mais concentrados e sua distribuição espacial é coincidente com a orla e o eixo descrito acima. (Cartograma 2.11)

2.4.3 Necessidades Habitacionais

Seriam necessárias aproximadamente 104 mil novas habitações para resolver o déficit habitacional da RM do Recife em 2000, cerca de 101 mil famílias não dispõem de instalação sanitária adequada e cerca de 32 mil não tinham sequer sanitários. O Recife concentra quase metade das necessidades habitacionais da RM.

Quanto a Inadequação habitacional, as regiões mais precárias são as periféricas oeste e sul, as mais rurais, onde predomina a monocultura canaveira. Nesta região a proporção de domicílios sem sanitário chega a 18% do total de domicílios. No pólo metropolitano, as maiores concentrações de domicílios sem sanitários são a área central (Santo Antônio, São José e Cabanga), onde encontram-se as ZEIS Coque, Coelhos (as mais antigas do Recife) e na Zona Sul (Pina, Ibura, Jiquiá, Estância), bairros que concentram as ZEIS Pina, Ilha de Deus, Ibura-jordão, Sítio Grande, muito populosas e já consolidadas. Destacam-se, ainda, áreas populares do município de Olinda (Passarinho, Peixinhos, Jardim Frágoso e Bultriss) e Jaboatão dos Guararapes (Prazeres, Marcos Freire, Aritana). O cartograma 2.12 apresenta os domicílios com abastecimento d'água inadequado.

Há necessidade de 47.327 novas habitações e 44% dos domicílios recifenses localizam-se em áreas com condição inadequada de infra-estrutura. Há, ainda, 4.701 pontos de risco nos morros e 195 famílias passíveis de remoção, residentes em 96 localidades de alagados¹¹. Na escala intrametropolitana, as observações realizadas a partir das Áreas de Expansão dos dados da Amostra (AED) da RM do Recife mostram que proporcionalmente, as maiores demandas demográficas por novas habitações, concentram-se tanto em áreas do pólo metropolitano quanto em áreas periféricas. No Recife, as áreas de morros da zona norte Zeis Casa Amarela - Mangabeira, Alto José do Pinho e Água Fria - e os alagados do Pina, Brasília Teimosa e Afogados, concentram os maiores deficit (15% a 22%). Em Paulista, O Centro, Nobre e Torres Galvão também concentram significativo deficit. Apesar dos investimentos habitacionais feitos no município, durante os anos 90, a ocupação de áreas vulneráveis, no entorno de conjuntos habitacionais, justifica esta ocorrência. Há de se destacar, ainda, a

¹¹ ALVES, Cleide. Verba federal ajudará morros. **Jornal do Comércio**. Recife: 24 abr. 2005. Caderno Cidades, p.4.

importância do componente rural em municípios como Araçoiaba e Itapissuma que apresentam um déficit de moradia da mesma proporção. (Cartograma 2.13)

Cartograma 2.11 – Domicílios com Acesso a Todos os Bens de Uso Difundido por AED. Região Metropolitana do Recife (2000)

LEGENDA

2000_AED_LEGENDA.shp

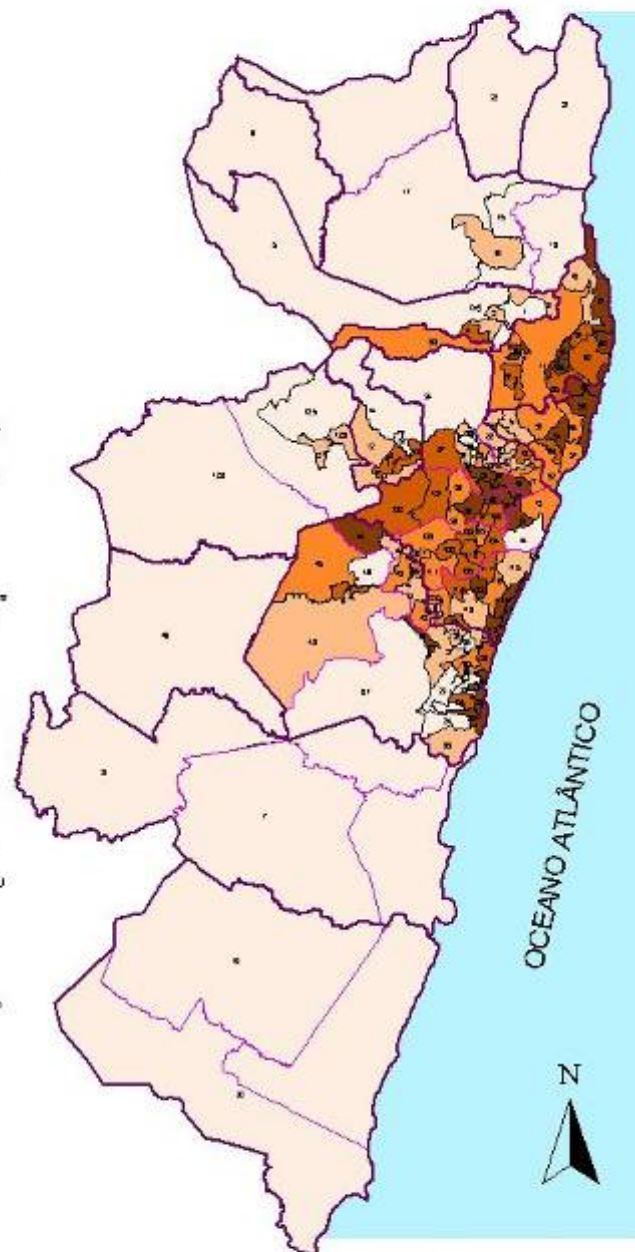
1-Deodoro	66-Pragema, Mangueira I
2-Centro	66-Mangueira II
3-Deodoro, Cardeal Leão II	67-Itaeris, Ilha de Paqueta
4-Cidade III	68-Jardim Paulista Alto e Realde
5-Pituba, Centro II	69-Água Limpa
6-Itaeris	70-Comércio
7-Centro, Glória e Riquelme	71-Centro Novo, Torre Galvão
8-Assembleia, Pontal do Carmo	72-Santa Helena, Bairro de Recife
9-Turista Cidadão	73-Ilha de Vista, Solidade, Ilha de Lázaro
10-Centro, Vila de Sabina e Pinheiro	74-Ilha de Vista, São José, Gal
11-Santa Helena, Barro e Alameda II	75-Água Limpa, São José, Gal
12-Santa Helena, São Pedro e São Paulo	76-Ruínas, Esplanada, H
13-Talibá	77-Campo Verde
14-Itaeris	78-Parque, Capim, Parque
15-Centro	79-Santa Helena, Ilha de Paqueta, Alto 8
16-Cidade, Rolândia, As Alagadas	80-Capim Fino
17-Ilha de Vista e Glória de Lázaro	81-Itaeris, Linha de Tiro
18-Nova Cruz e Cidade Rolândia	82-Vila União
19-Santa Helena	83-Torres, Paracuru, 8
20-Itaeris	84-Centro, Glória, Jardim
21-Água Limpa	85-Casa Amarela, Alto de Vista
22-Itaeris	86-Engenho, Alto
23-Parque, Vaqueiros	87-Parque, Mundo, Apicuns
24-Parque, Lagoa, Olho D'Água	88-Água de Santa
25-Parque, Cordeiro e Carne de	89-Mangueira, Alto José de P
26-Cidade	90-Horizonte, Conceição, Alto José de P
27-Água Limpa, Casuarina	91-Mangueira, Conceição de Jaraguá
28-Água Limpa, Jardim Jaraguá	92-Nova Descoberta
29-Piedade, Itaeris	93-Ilha de Vista, Brejo da Guá
30-Parque, Estrelado, Brejo da Guá	94-Engenho, Passalunga
31-Capim Fino	95-Cidade
32-Piedade, An. Capim Fino	96-Torre
33-Santa Helena	97-Parque, Zumbi
34-Deodoro	98-Parque
35-Comércio	99-Torre, Engenho de Vista
36-Comércio, Matão	100-Itaeris, Ilha de Paqueta
37-Água Limpa, Comarca	101-Cidade, Glória, Cidade União
38-Piedade, Mangueira	102-Água, UR I
39-Cidade	103-Engenho, Mangueira, Mangueira
40-Cidade	104-Água
41-Nova Cruz	105-Água
42-Cidade, Parque, UR 6 e UR	106-Jardim São Paulo
43-Água Limpa, Parque I	107-Santa Helena, Coqueiro
44-Cidade	108-Cidade, Torre
45-Vila União, Vista	109-Santa Helena
46-Água Limpa, Costa, Parque	110-Santa Helena, Torre
47-Água Limpa, Costa, Vila União	111-Santa Helena, Torre
48-Água Limpa, Costa, Vila União	112-Santa Helena, Torre
49-Água Limpa	113-Santa Helena, Torre
50-Parque	114-Santa Helena, Torre
51-Água Limpa, Parque	115-Piedade
52-Santa Helena, Parque	116-Água Limpa, Parque
53-Santa Helena, Parque	117-Água Limpa, Parque
54-Parque	118-Água Limpa, Parque
55-Parque, Parque	119-Água Limpa, Parque
56-Santa Helena, Parque	120-UR I, UR 2, UR 3, UR 4, UR 5, UR
57-Cidade, Parque	121-Torre, Parque
58-Itaeris, Parque	122-Parque
59-Itaeris, Parque	123-Santa Helena, Parque
60-Parque	124-Água
61-Parque, Parque	125-Cidade
62-Jardim Mangueira, Parque	126-Santa Helena, Parque
63-Mangueira	127-Parque, Parque
64-Engenho, Mangueira	128-Água Limpa, Parque

2000_mmr_municipio.shp
2000_mmr_subdistrito.shp
2000_AED_LEGENDA.shp

2000_II.4.MORADIA

43.2 - 71.5 (Muito Baixa)
71.5 - 77.3 (Baixa)
77.3 - 81.5 (Média)
81.5 - 88.7 (Alta)
88.7 - 98.3 (Muito Alta)

10 0 10 Km



Fonte: Observatório das Metrôpoles - IPPUR/PPGEO/FASE, 2005
Equipe Recife: Jan Bitoun, Lúcia Miranda, M^á Ângela Souza

Cartograma 2.12 – Abastecimento de Água Inadequado por AED.

LEGENDA

2000_AED_LEGENDA.shp

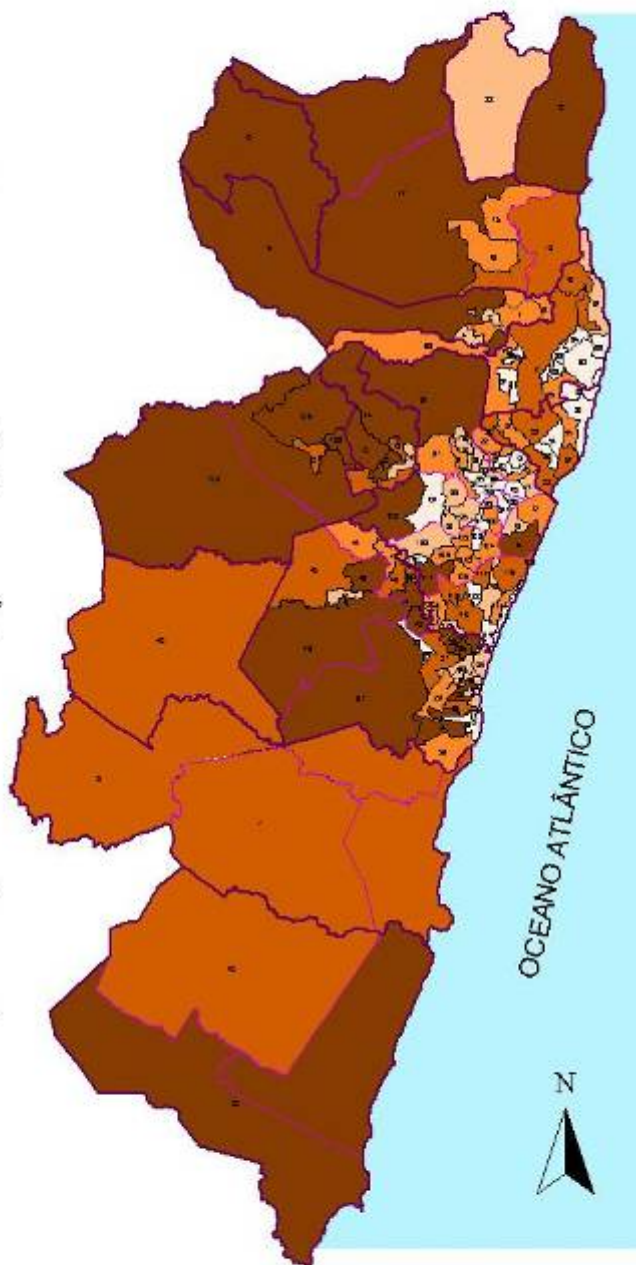
1-Dorame	66-Pragoso, Maranguape I
2-Centro	67-Maranguape I
3-Centro, Castelo de Il	68-Miraflores, Jardim São João
4-Centro I e II	69-Jardim Paulista Alto e Pacífico
5-Pragaço, Castelo II	70-Ator Lindgren
6-Paraisópolis	71-Centro Velho, Tamar Galvão
7-Centro, Chacara e Pragaço	72-Saara Anjos, Bairro do Recife
8-Paraisópolis, Parque dos Correios	73-São Manoel, Vila do Leão
9-Tirol e Centro	74-São Manoel, Vila do Leão
10-Centro, Vila de Fátima e Pinheiros	75-São Manoel, Vila do Leão
11-Bairro Novo, Estação e Alameda M	76-São Manoel, Vila do Leão
12-São João, São Pedro e São Paulo	77-Área de Expansão de Bairro I
13-São João	78-Rio Antigo, Bicasalândia, M
14-Atalaia	79-Campo Grande
15-Centro	80-Paraisópolis, Capim, Paraíba
16-Casa de Relvação, Rio Altagracia	81-Bairro de Maravilha, Alto S
17-Centro, Ladeira e Geracióbia	82-Ruínas
18-Rio Cruz e Bairro Relvação	83-Berlim, Linha do Trem
19-Atalaia	84-Centro Velho
20-Centro	85-Paraisópolis, Paraisópolis, P
21-Vila de Santana	86-Casa Anjos, Alto do Meio
22-Paraisópolis	87-Paraisópolis, Alto do Meio
23-Paraisópolis, Vila do Leão	88-Paraisópolis, Alto do Meio
24-Paraisópolis, Vila do Leão	89-Paraisópolis, Alto do Meio
25-Paraisópolis, Vila do Leão	90-Paraisópolis, Alto do Meio
26-Paraisópolis, Vila do Leão	91-Paraisópolis, Alto do Meio
27-Paraisópolis, Vila do Leão	92-Paraisópolis, Alto do Meio
28-Paraisópolis, Vila do Leão	93-Paraisópolis, Alto do Meio
29-Paraisópolis, Vila do Leão	94-Paraisópolis, Alto do Meio
30-Paraisópolis, Vila do Leão	95-Paraisópolis, Alto do Meio
31-Paraisópolis, Vila do Leão	96-Paraisópolis, Alto do Meio
32-Paraisópolis, Vila do Leão	97-Paraisópolis, Alto do Meio
33-Paraisópolis, Vila do Leão	98-Paraisópolis, Alto do Meio
34-Paraisópolis, Vila do Leão	99-Paraisópolis, Alto do Meio
35-Paraisópolis, Vila do Leão	100-Paraisópolis, Alto do Meio
36-Paraisópolis, Vila do Leão	101-Paraisópolis, Alto do Meio
37-Paraisópolis, Vila do Leão	102-Paraisópolis, Alto do Meio
38-Paraisópolis, Vila do Leão	103-Paraisópolis, Alto do Meio
39-Paraisópolis, Vila do Leão	104-Paraisópolis, Alto do Meio
40-Paraisópolis, Vila do Leão	105-Paraisópolis, Alto do Meio
41-Paraisópolis, Vila do Leão	106-Paraisópolis, Alto do Meio
42-Paraisópolis, Vila do Leão	107-Paraisópolis, Alto do Meio
43-Paraisópolis, Vila do Leão	108-Paraisópolis, Alto do Meio
44-Paraisópolis, Vila do Leão	109-Paraisópolis, Alto do Meio
45-Paraisópolis, Vila do Leão	110-Paraisópolis, Alto do Meio
46-Paraisópolis, Vila do Leão	111-Paraisópolis, Alto do Meio
47-Paraisópolis, Vila do Leão	112-Paraisópolis, Alto do Meio
48-Paraisópolis, Vila do Leão	113-Paraisópolis, Alto do Meio
49-Paraisópolis, Vila do Leão	114-Paraisópolis, Alto do Meio
50-Paraisópolis, Vila do Leão	115-Paraisópolis, Alto do Meio
51-Paraisópolis, Vila do Leão	116-Paraisópolis, Alto do Meio
52-Paraisópolis, Vila do Leão	117-Paraisópolis, Alto do Meio
53-Paraisópolis, Vila do Leão	118-Paraisópolis, Alto do Meio
54-Paraisópolis, Vila do Leão	119-Paraisópolis, Alto do Meio
55-Paraisópolis, Vila do Leão	120-Paraisópolis, Alto do Meio
56-Paraisópolis, Vila do Leão	121-Paraisópolis, Alto do Meio
57-Paraisópolis, Vila do Leão	122-Paraisópolis, Alto do Meio
58-Paraisópolis, Vila do Leão	123-Paraisópolis, Alto do Meio
59-Paraisópolis, Vila do Leão	124-Paraisópolis, Alto do Meio
60-Paraisópolis, Vila do Leão	125-Paraisópolis, Alto do Meio
61-Paraisópolis, Vila do Leão	126-Paraisópolis, Alto do Meio
62-Paraisópolis, Vila do Leão	127-Paraisópolis, Alto do Meio
63-Paraisópolis, Vila do Leão	128-Paraisópolis, Alto do Meio
64-Paraisópolis, Vila do Leão	129-Paraisópolis, Alto do Meio
65-Paraisópolis, Vila do Leão	130-Paraisópolis, Alto do Meio

2000_rmr_municipio.shp
2000_rmr_subdistrito.shp
2000_AED_LEGENDA.shp

2000_III.4.MORADIA

0 - 0,0 (Muito Baixo)
0,3 - 1,6 (Baixo)
1,5 - 3 (Médio)
3 - 6 (Alto)
6 - 42,7 (Muito Alto)

10 0 10 Km



Fonte: Observatório das Metrópoles - IPPUR/PPGEO/FASE, 2005
Equipe Recife: Jan Bitoun, Livia Miranda, M^a Ângela Souza

Cartograma 2.13 – Déficit Habitacional por AED. Região Metropolitana do Recife (2000)

LEGENDA

2000_AED_LEGENDA.shp

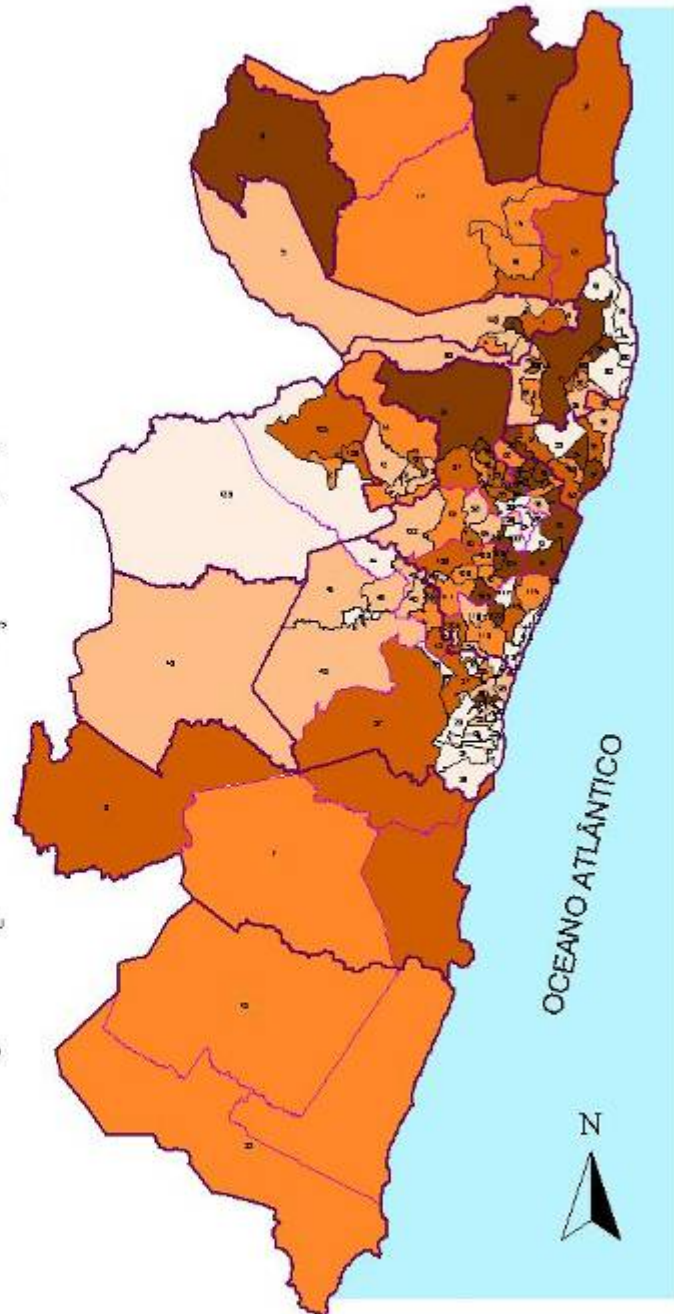
- | | |
|---|--|
| 1-Deixado | 39-Fragosa, Maranguape I |
| 2-Centro | 40-Mangapari |
| 3-Deixado, Casas de II | 41-Miraflores, Jardim Paulista |
| 4-Deixado III | 42-Jardim Paulista Alto e Paulista |
| 5-Ribeirão, Casas de II | 43-Amorim Leão |
| 6-Pratânia | 44-Corumbá |
| 7-Centro, Churrasco e Piquinho | 45-Centro Velho, Torre Galvão |
| 8-Asfalto, Ponta dos Carvalhos | 46-Santa Anna, Bairro da Roda |
| 9-Turista e Centro | 47-São Vito, Sebastião, Bairro Lei |
| 10-Centro, Vila de Patrícia e Piraia | 48-São Antonio, São José, Cab |
| 11-Bairro Novo, Brasília e Bairro M | 49-Área de Expansão de Bairro |
| 12-São João, São Pedro e São Paulo | 50-Rioferriz, Escarvalho, H |
| 13-Tabaço | 51-Campo Grande |
| 14-Miraflores | 52-Panda, Capoto, Ponta da |
| 15-Centro | 53-Bairro de Nova América, Alto 3 |
| 16-Centro de Referência, Pico Albuquerque | 54-Bairro Três |
| 17-Recife Litorâneo e Guadalupe | 55-Beberibe, União do Tin |
| 18-Júlio Cruz e Cruz de Refúgio | 56-Cerro União |
| 19-São | 57-Tenente Silva, Pomerônia, S |
| 20-Linha de Imbuí | 58-Centro, Graco, Associação |
| 21-Inglaterra | 59-Casa Amarela, Alto da Moura |
| 22-Parque, Vaquejada | 60-Engenheiro, Rêgo |
| 23-Parque Legal, Olive Daga | 61-Pico, Nordeste, Rêgo |
| 24-Parque, Castelão e Casa do | 62-Ilha da Galoa |
| 25-Parque | 63-Mangabeco, Alto José do P |
| 26-Monte Prata, Guadalupe | 64-Monte da Conceição, Alto José do P |
| 27-Parque, Casas de, Jardim Jardim | 65-Horizonte, Campo de Jacipari |
| 28-Parque, Arlindo | 66-Área de Expansão |
| 29-Parque, Estádio de Estádio | 67-Bairro de Beberibe, Bairro da Galoa |
| 30-Capim São | 68-Guarânia, Páramo |
| 31-Parque do Copacabana | 69-Cururu |
| 32-Bairro de Jacaré | 70-Torre |
| 33-Divina Helena | 71-Parque, Zumbi |
| 34-Centro | 72-Parque |
| 35-Centro, Nordeste | 73-Turista, Engenho do Meio |
| 36-Centro, Nordeste | 74-Adalberto, Ilha de Recife |
| 37-Vila de Marinho, Orla | 75-Centro, Ilha de Recife |
| 38-Parque, Maranguape | 76-Parque, Ilha de Recife |
| 39-Centro | 77-Parque, Ilha de Recife |
| 40-Centro | 78-Parque, Ilha de Recife |
| 41-Centro de Referência, Pico Albuquerque | 79-Parque, Ilha de Recife |
| 42-Centro de Referência, Pico Albuquerque | 80-Parque, Ilha de Recife |
| 43-Centro de Referência, Pico Albuquerque | 81-Parque, Ilha de Recife |
| 44-Centro de Referência, Pico Albuquerque | 82-Parque, Ilha de Recife |
| 45-Centro de Referência, Pico Albuquerque | 83-Parque, Ilha de Recife |
| 46-Centro de Referência, Pico Albuquerque | 84-Parque, Ilha de Recife |
| 47-Centro de Referência, Pico Albuquerque | 85-Parque, Ilha de Recife |
| 48-Centro de Referência, Pico Albuquerque | 86-Parque, Ilha de Recife |
| 49-Centro de Referência, Pico Albuquerque | 87-Parque, Ilha de Recife |
| 50-Centro de Referência, Pico Albuquerque | 88-Parque, Ilha de Recife |
| 51-Centro de Referência, Pico Albuquerque | 89-Parque, Ilha de Recife |
| 52-Centro de Referência, Pico Albuquerque | 90-Parque, Ilha de Recife |
| 53-Centro de Referência, Pico Albuquerque | 91-Parque, Ilha de Recife |
| 54-Centro de Referência, Pico Albuquerque | 92-Parque, Ilha de Recife |
| 55-Centro de Referência, Pico Albuquerque | 93-Parque, Ilha de Recife |
| 56-Centro de Referência, Pico Albuquerque | 94-Parque, Ilha de Recife |
| 57-Centro de Referência, Pico Albuquerque | 95-Parque, Ilha de Recife |
| 58-Centro de Referência, Pico Albuquerque | 96-Parque, Ilha de Recife |
| 59-Centro de Referência, Pico Albuquerque | 97-Parque, Ilha de Recife |
| 60-Centro de Referência, Pico Albuquerque | 98-Parque, Ilha de Recife |
| 61-Centro de Referência, Pico Albuquerque | 99-Parque, Ilha de Recife |
| 62-Centro de Referência, Pico Albuquerque | 100-Parque, Ilha de Recife |

- 2000_rmr_municipio.shp
2000_rmr_subdistrito.shp
2000_AED_LEGENDA.shp

2000_III_4_MORADIA

- 3,9 - 8,8 (Muito Baixo)
8,8 - 11,6 (Baixo)
11,6 - 12,9 (Média)
12,9 - 14,8 (Alto)
14,8 - 21,7 (Muito Alto)

10 0 10 Km



Fonte: Observatório das Metrópoles - IPPUR/PPGEO/FASE, 2005
Equipe Recife: Jan Bitoun, Livia Miranda, M^a Ângela Souza

2.5 MOBILIDADE E TRANSPORTE

2.5.1 Movimento Pendular

O contingente populacional de 15 anos e mais de idade, que realiza o movimento pendular de se deslocar do município de residência para outro município metropolitano com o objetivo de trabalho e/ou estudo, soma 280.710 pessoas, o que representa 19,9% das pessoas que trabalham e estudam na região. Desses, 198.551 pessoas, ou seja, 70,7% do contingente que realiza o movimento pendular, dirige-se ao pólo metropolitano. (Tabela 2.12 e Cartograma 2.14)

Tabela 2.12.

RMR. População residente 15 anos e mais de idade que trabalha ou estuda e pessoas que realizam movimento pendular por municípios segundo nível de integração ao pólo metropolitano (2000)

Nível de integração ao pólo metropolitano	Número de pessoas de 15 anos e mais de idade				C / B (em %)	D / C ³ (em %)
	Total (A)	Que trabalham ou estudam				
		Total (B)	fora do município de residência (C)	dirigindo-se ao pólo metropolitano (D)		
Município Pólo						
Recife	1.050.665	643.433	23.539	0	3,66	0
Municípios de MUITO ALTO nível de integração						
Jaboatão dos Guararapes	411.979	234.575	76.818	66.856	32,7	87,0
Olinda	270.242	158.034	61.691	54.145	39,0	87,8
Paulista	191.464	112.660	47.608	33.585	42,3	70,5
Sub-Total	873.685	505.269	186.116	154.586	36,84	83,06
Municípios de ALTO nível de integração						
Abreu e Lima	63.447	34.429	12.826	6.132	37,3	47,8
Cabo de Santo Agostinho	105.551	56.008	11.530	5.521	20,6	47,9
Camaragibe	91.978	52.292	20.496	17.406	39,2	84,9
Sub-Total	260.976	142.729	44.852	29.059	31,4	64,8
Municípios de MÉDIO nível de integração						
Araçoiaba	9.729	4.893	1.315	451	26,9	34,3
Igarassu	56.656	28.442	5.615	2.412	19,7	43,0
Ilha de Itamaracá	11.311	5.971	725	316	12,1	43,6
Ipojuca	38.711	20.067	931	504	4,6	54,2
Itapissuma	13.305	7.785	1.620	428	20,8	26,4
Moreno	34.453	17.643	4.427	2.783	25,1	62,9
São Lourenço da Mata	62.196	34.008	11.571	8.011	34,0	69,2
Sub-Total	226.361	118.809	26.204	14.905	22,1	56,9
Total RM Recife	2.411.687	1.410.241	280.710	198.551	19,91	70,73

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

NOTA: O cálculo do percentual de pessoas que se dirigem ao pólo, relativo ao "total região metropolitana", exclui os dados do município pólo.

Entre os municípios que apresentam o maior número de pessoas integrantes desses movimentos pendulares destacam-se aqueles que estabelecem muito alto e alto nível de integração com o pólo metropolitano, envolvendo mais de 1/3 das pessoas que trabalham e estudam na região. Dentre os municípios que mais se destacam encontram-se Jaboatão dos Guararapes com o maior contingente de 76.818 (32,7%), Olinda com 61.691 pessoas (39,0%), Paulista com um contingente de 47.608 (42,3%), e Camaragibe com 17.406 pessoas (39,2%). Vale a pena ressaltar a importância do pólo metropolitano neste processo, recebendo cerca de 70% desse contingente que se desloca para estudar ou trabalhar fora de seu município de residência. Observa-se, também, que a atração do município pólo se acentua a medida que os municípios apresentam um mais elevado nível de integração com o pólo metropolitano. Destacam-se os municípios de maior proximidade geográfica: Olinda (87,8%), Jaboatão dos Guararapes (87,0%), Camaragibe (84,9%), Paulista (70,5%), Moreno (62,9%) e São Lourenço da Mata (69,2%).

2.5.2 Transporte Coletivo Intrametropolitano

O transporte é vital para a vida cotidiana nas cidades, pois dele dependemos para desenvolver atividades e para acessar bens e serviços essenciais (trabalho, saúde, educação, alimentação, lazer, etc). A localização de um território na rede de transporte determina sua acessibilidade e essa acessibilidade tem um impacto relevante, sobre a estruturação urbana. Parcela reduzida da população desfruta de melhores condições de transporte. A maioria continua limitada nos seus direitos de deslocamento e acessibilidade. Esse modelo tem gerado graves problemas que afetam a todos os cidadãos.

Na RM do Recife o índice de mobilidade de 1,68 deslocamentos por habitante/dia¹². São 4.867.044 deslocamentos dos quais 3.711.836 motorizados. 60,2 % se realiza através de transporte coletivo e 39,8% por transporte individual. Os principais motivos de deslocamento são para o trabalho e escola que juntos reúnem cerca de 75 % das viagens realizadas (Tabela

Tabela 2.13
RMR. Deslocamentos segundo propósito de viagem e modalidade Região Metropolitana do Recife. (1997).

Modo	%Trabalho	%Escola	%Outros	%Total
Público	38	37	25	100
Privado	38	37	25	100
Total RM Recife	38	37	25	100

Fonte: Pesquisa domiciliar realizada pela EMTU/Recife 1997

¹² Pesquisa domiciliar realizada pela EMTU/Recife 1997

2.13).

Segundo os dados do DETRAN-PE, em novembro de 2001, Região Metropolitana do Recife de 555.768 veículos (59% da frota do Estado) e o Recife tinha uma frota de 349.555 veículos (63% do total da RMR e 37 %). A taxa de motorização da RMR dobrou na última década, passou de 89 autos por 1000 habitantes em 1990 para 167 em 2001. Recife, Jaboatão dos Guararapes e Olinda juntos concentram 86% da frota de veículos da RMR e os problemas mais graves de circulação. A composição do tráfego das vias destes Municípios é de 82% automóveis, 5,7% de ônibus, 4,1% de veículos de carga, 4,9 % de motos e 3,3% de bicicletas. O modo bicicleta tem sua maior utilização nas vias próximas aos centros secundários em Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes. Destes o trecho médio da Caxangá foi o que apresentou maior volume de bicicletas, 1200 bicicletas diárias por sentido (período 6:00-21:00horas).

O serviço de transporte público de passageiros na RMR é prestado por 4 modalidades organizadas em um Sistema Estrutural Integrado - SEI¹³: ônibus diesel, ônibus elétricos, metrô e trem. A modalidade mais expressiva é a dos ônibus, controlados pela EMTU/Recife, que abrangem as 322 linhas de ônibus intermunicipais, as linhas de ônibus do Município do Recife e de Jaboatão dos Guararapes devido a delegação feita ao Estado. O STPP/RMR apresenta, uma frota cadastrada de 2.575. Esta frota realiza em média 20.936 viagens em um dia útil, existe uma redução dos serviços aos sábados e domingos de 19% e 34%, respectivamente. Em 2001, foram transportados em média em um dia útil 1.241.580 passageiros. A redução da demanda aos sábados e domingos, em relação aos dias úteis, é de 35% e 52%, respectivamente.

Segundo Neto (2000), pode-se afirmar que está havendo uma redução da mobilidade dos habitantes por transporte público a uma taxa de 2,5% ao ano. Houve uma redução de 110 milhões de passageiros/ano, entre 1987 e 1998. 21% da demanda dos passageiros do STPP/RMR. Esta redução deve-se a três fatores: i) ao aparecimento e crescimento exorbitante do transporte irregular que apresenta uma frota de Kombis estimada em cerca de 6 mil veículos; ii) o crescente processo de motorização da população; iii) a crise econômica que gera desemprego e reduz, conseqüentemente, a mobilidade dos desempregados.

¹³ O SEI é um sistema que articula linhas radiais, perimetrais, alimentadoras e de interligação entre terminais, ônibus e Metrô. Os usuários livre passagens dos ônibus nos terminais integrados para as estações de metrô sem pagar nenhuma nova tarifa.

Cartograma 2.14 – Percentual de Migrantes que Trabalham e Estudam em Outro Município por AED. Região Metropolitana do Recife (2000)

LEGENDA

2010_AED_LEGENDA.apr

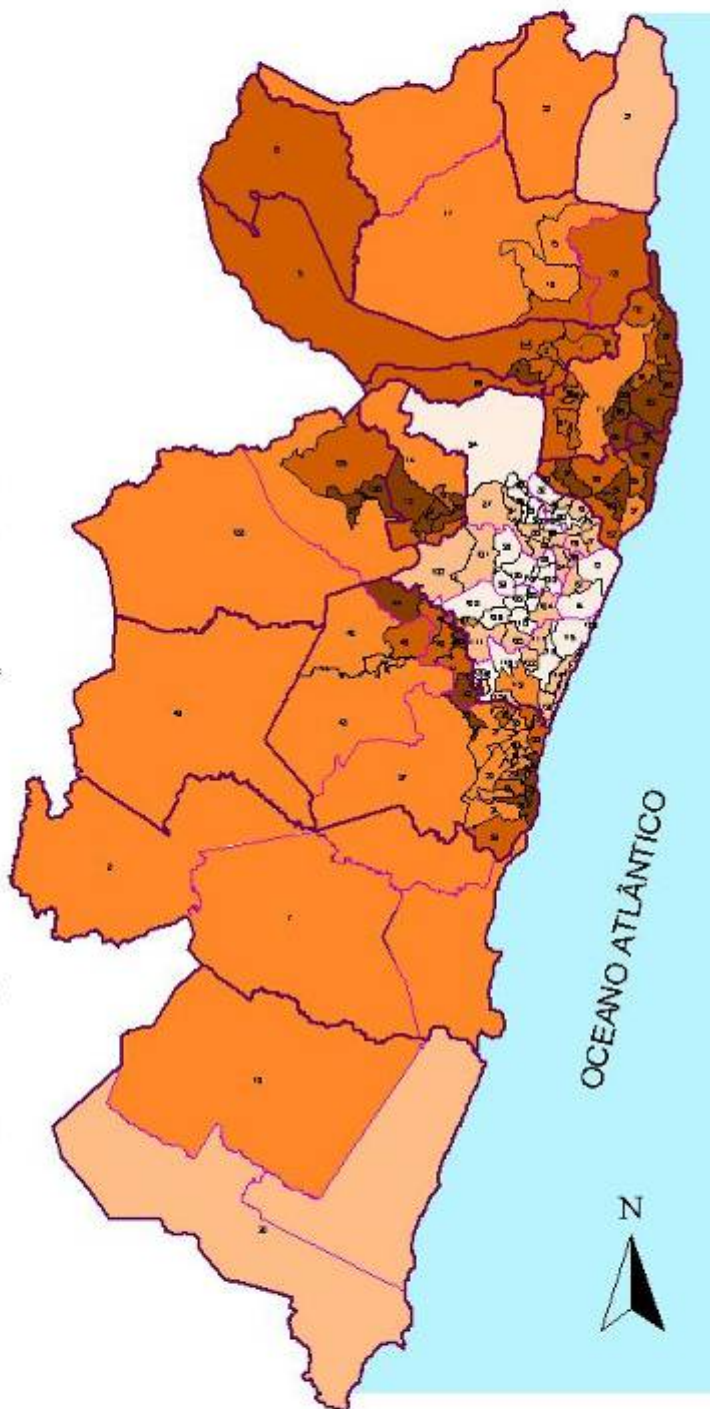
- | | |
|---------------------------------------|------------------------------------|
| 1-Deixim | 6-Fregosa, Maranguape I |
| 2-Centro | 6-Maranguape I |
| 3-Deixim, Caxoeira II | 6-Náutico, Jardim Paulista |
| 4-Caxoeira II | 6-Jardim Paulista Alta e Paulista |
| 5-Fregosa, Caxoeira II | 6-Antônio Augusto |
| 6-Procópio | 6-Consócio |
| 7-Centro, Chameirão e Raposa | 7-Centro, Hélio, Torres Galvão |
| 8-Jardim Ponte dos Cavalos | 7-Santa Anna, Bairro de Recife |
| 9-Traição e Celim | 7-São Vito, Soledade, Ilha do Leão |
| 10-Centro, Vila da Fabrica e Pádua | 7-São Vito, São José, Cab |
| 11-Bairro Novo, Estação Alberto M | 7-Árdua, Cangaço do Barão |
| 12-São João, São Pedro e São Paulo | 7-Rosário, Escadaria, H |
| 13-Tobalga | 7-Campo Verde |
| 14-Água | 7-Panda, Cajazeira, Porto da |
| 15-Centro | 7-Santa Helena, Mãe S |
| 16-Cruzeiro Rebouças, Ana Maria e | 7-Aguafrio |
| 17-As Ladeiras e Quilombos | 7-Santa Helena, Lista do Tiro |
| 18-Nova Cruz e Cruz de Rebouças | 7-Dois Unidos |
| 19-São | 7-Tanquinho, Panamirim, S |
| 20-Liberal | 7-Delfy, Graças, Jardim |
| 21-Ilha de Panamirim | 7-Casa Amélia, Alto de Mand |
| 22-Mapim | 7-Espinho, Alto |
| 23-Pinheiro, Vaquejada | 7-Pico, Montão, Appim |
| 24-Pinheiro, Lagoa Olho D'água | 7-Vale da Onda |
| 25-Piedade, Candelária e Curupira | 7-Mangabeira, Alto José de P |
| 26-Candelária | 7-Vale da Consócio, Alto José de |
| 27-Monte Fátima, Guaraná | 7-Macacris, Curupira de Japapo |
| 28-Monte Querência, Jardim Jardim | 7-Nova Descoberta |
| 29-Piedade, Artista | 7-Santa Helena, Jardim de Guá |
| 30-Francisco, Estação da Bealva | 7-Guimarães, Panamirim |
| 31-Cajazeira São | 7-Cordão |
| 32-Piedade, Av. Capangara | 7-Torre |
| 33-Bairro de Janga | 7-Prado, Zumbi |
| 34-Dom Hélder | 7-Indústria |
| 35-Campanha | 7-Torres, Engenho do Meio |
| 36-Complexo Maritico | 7-Madureira, Ilha de Recife |
| 37-Vila da Marinha, Condição | 7-Corumbá, Vertice, Cidade Univers |
| 38-Piedade, Massangana | 7-Árdua, UR 7 |
| 39-Candelária | 7-Bonji, Maratona, Marquês |
| 40-Sucupira | 7-L. Aguiar |
| 41-Cruz Carreira | 7-Água |
| 42-Zumbido Padeco, UR 6 e UR | 7-Jardim São Paulo |
| 43-Água de Cruz, Grande I | 7-Santa Helena, Capangara |
| 44-Curupira | 7-Cruzeiro, To 9 |
| 45-São Pedro, Maratona | 7-São Martin |
| 46-Jardim Centro, Maratona | 7-Água, Estação |
| 47-Jardim Centro, Mãe Aleg | 7-Bairro, Tejo |
| 48-Jardim Centro, Mãe Rita | 7-Eva, Jardim, Oito |
| 49-Nova | 7-Eva, Jardim, Sete |
| 50-Possalva | 7-Eva, Jardim, Shopping |
| 51-Água Comprida, Sapucaia | 7-Fica |
| 52-São João, Pedreira | 7-Jardim |
| 53-Jardim Brasil, Vila Pogara | 7-Vila Fátima, São Cruz de L |
| 54-Cruz Verde | 7-Água, Vila de SBT |
| 55-Jardim Fregosa, Balneio | 7-Água de Recife, Aeroporto |
| 56-Bairro Novo, Cruz Calçada, balneio | 7-UR 1, UR 2, UR 3, UR 4, UR 5, U |
| 57-Cidade Alta, Maratona | 7-Torres Carreira |
| 58-Tobalga, Rio Duro | 7-UPSEP |
| 59-Tobalga, Zona Rural | 7-Santa Helena, Torres |
| 60-Janga | 7-Água |
| 61-Pau Amarelo, Mãe Parreira | 7-Centro |
| 62-Jardim Maranguape, Mãe de Janga | 7-São João, São Paulo |
| 63-Maranguape II | 7-Parque Capibaribe |
| 64-Engenho Maranguape | 7-Nossa Senhora de Luz, Maribara |

- 2000_mr_municipio.shp
2000_mr_subdistrito.shp
2000_AED_LEGENDA.shp

2000_MOBILIDADE.shp

- 0.9 - 3.7 (MUITO BAIXO)
3.7 - 6.6 (BAIXO)
6.6 - 26.1 (MÉDIO)
26.1 - 39.5 (ALTO)
39.5 - 59.6 (MUITO ALTO)

10 0 10 Km



Fonte: Observatório das Metrôpoles - IPPUR/PPGEO/FASE, 2005
Equipe Recife: Jan Bitoun, Livia Miranda, M^o Ângela Souza

2.6 INCIDÊNCIA DE HOMICÍDIOS

A Região Metropolitana de Recife apresenta no ano de 2002 uma taxa de 69,4 vítimas de homicídios registrados pelo Ministério da Saúde, segundo município de residência das vítimas, por 100 mil habitantes. Essa taxa representa mais que o dobro da média nacional (30,6 vítimas de homicídios registrados por 100 mil habitantes), o que destaca a RM Recife como uma das regiões mais violentas do país, e supera a média de Pernambuco (que corresponde a 55,7 vítimas de homicídios registrados por 100 mil habitantes). No contexto metropolitano, os municípios Cabo de Santo Agostinho e Olinda destacam-se por possuírem as taxas mais altas, com valores respectivos de 97,8 vítimas de homicídios registrados por 100 mil habitantes e 96,7 vítimas de homicídios registrados por 100 mil habitantes, respectivamente. Enquanto Cabo de Santo Agostinho mantém sua tendência de crescimento no período (33,2%), Olinda apresenta ligeiro decréscimo (-3,6%). (Tabela 2.14)

Tabela 2.14

RMR. Comportamento das Taxas de Vítimas de homicídios ⁽¹⁾ registrados pelo Ministério da Saúde por 100.000 habitantes por municípios segundo nível de integração do pólo metropolitano. (1998 a 2002)

Municípios segundo o grau de integração ao pólo metropolitano	Nº de Vítimas de Homicídios, no ano de 2002	População em 2002	Taxa de Vítimas de Homicídios p/ 100.000 habs, no ano de 2002	Média das Taxas de Vítimas de homicídios p/100.000 habs - 1998-2002	Evolução da Taxa de Vítimas de homicídios p/100.000 habs - 1998-2002 (%)	Posição em relação à média da Taxa Região Metropolitana de homicídios p/100.000 habs - 1998-2002	Comportamento da Evolução da Taxa de Vítimas de homicídios p/100.000 habitantes - 1998-2002
• Município pólo							
Recife	958	1.449.136	66,1	72,1	-21,3	abaixo	decrecendo
• Município com MUITO ALTO nível de integração							
Jaboatão dos Guararapes	495	601.425	82,3	88,6	0,3	acima	crescendo
Olinda	361	373.478	96,7	100,3	-3,6	acima	decrecendo
Paulista	130	272.913	47,6	51,6	-9,3	abaixo	decrecendo
• Município com ALTO nível de integração							
Abreu e Lima	65	91.568	71,0	64,9	10,1	abaixo	crescendo
Cabo de Santo Agostinho	155	158.438	97,8	85,7	33,2	acima	crescendo
Camaragibe	65	134.867	48,2	59,5	-33,2	abaixo	decrecendo
• Município com MÉDIO nível de integração							
Araçoiaba	6	15.904	37,7	43,0	-	abaixo	-
Igarassu	28	85.174	32,9	49,2	-40,3	abaixo	decrecendo
Ilha de Itamaracá	11	16.755	65,7	89,8	-	acima	-
Ipojuca	11	62.196	17,7	58,9	-81,3	abaixo	decrecendo
Itapissuma	18	20.897	86,1	69,4	15,0	abaixo	crescendo
Moreno	22	51.324	49,9	39,3	58,4	abaixo	crescendo
São Lourenço da Mata	51	91.355	55,8	86,3	-45,2	acima	decrecendo
RM do Recife	2.376	3.425.430	69,4	75,5	-14,3	-	decrecendo
Pernambuco	4.500	8.084.722	55,7	57,8	-8,4	-	decrecendo
Brasil	53.242	174.632.932	30,6	29,5	5,6	-	crescendo

Fonte: Ministério da Saúde / Fundação nacional de Saúde - FUNASA

Organização dos dados: Ministério da Justiça - MJ / Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP

Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

Coordenação Geral de pesquisa e Coordenação Geral de Análise da Informação.

1. Valores absolutos obtidos a partir do banco de dados dos Sistemas de Informação sobre Mortalidade (SIM)

Entre 1998 e 2002, o crescimento percentual das taxas de vítimas de homicídios registrados por 100 mil habitantes para o Brasil foi de 5,6%, sendo que Pernambuco caiu -8,4% e a Região Metropolitana de Recife caiu -14,3%. Esse decréscimo também ocorreu nos municípios do Recife (-21,3%), e em outros municípios metropolitanos. Contudo, no mesmo período, Moreno foi o município que apresentou maior crescimento percentual da taxa de vítimas de homicídios registrados por 100 mil habitantes (58,4%), sendo que Ipojuca foi o que mais diminuiu ao longo desse período (-81,3%).

Cerca de 75% do total das vítimas de homicídios registrados na RMR, entre 1998 e 2002, concentram-se em três municípios do núcleo metropolitano: Recife (40,8% do total de vítimas de homicídios registrados), Jaboatão dos Guararapes (20,5% do total) e Olinda (14,7%). Esses municípios, por sua vez, segundo dados do Censo de 2000, reuniam cerca de 71% da população metropolitana.

Um aspecto importante a ser ressaltado é que o número de vítimas de homicídios registrados é expressivo entre jovens em idade produtiva e reprodutiva, especialmente aquela na faixa de 15 a 24 anos (45%). Ressalta-se, também, um forte diferencial por sexo, uma vez que, em 2002, o sexo masculino representa a maioria das vítimas de homicídios (94%), na Região Metropolitana de Recife.

O uso da arma de fogo predomina nos crimes de homicídio da região do Recife, e sua utilização cresce de 50% dos homicídios registrados pelo Ministério da Saúde, no ano de 1980, para 80 %, no ano de 2002. Este fato expressa a expansão da violência urbana e a magnitude que esta adquire na metrópole recifense.

3 CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS METROPOLITANA E DE COOPERAÇÃO INTERMUNICÍPAIS

3.1 QUADRO INSTITUCIONAL DA GESTÃO METROPOLITANA

A Região Metropolitana do Recife – RMR foi instituída como área administrativa mediante a Lei Federal n.º14 de 8 de junho de 1973, atendendo a um objetivo do Governo Federal de implantar uma política de desenvolvimento nas áreas do entorno das capitais brasileiras, unindo os municípios ligados territorialmente por problemas comuns. No ano de 1994, a Lei Estadual Complementar n.º10, reafirma a Região Metropolitana do Recife e o sistema de gestão metropolitana, conferindo-lhe novo formato, de modo a adequar o processo de gestão metropolitana aos de gestão dos municípios metropolitanos, redefinidos com Constituição Federal de 1988.

Composta, inicialmente, de nove municípios, a RMR conta, no momento atual, com quatorze municípios, tendo seu perímetro acrescido na última década com a incorporação do município de Ipojuca, conforme explicitado no Quadro 3.1, a seguir.

Quadro 3.1
RMR. Municípios que compõem a região. 2006

Municípios Originais Lei 14./1973		Município Desmembrados			Município Incorporado		
Municípios	Nível de Integração com Município Pólo	Municípios	Ano de Desmembramento	Nível de Integração com Município Pólo	Município	Lei Estadual de Incorporação	Nível de Integração com Município Pólo
Recife *	Município pólo						
Olinda *	Muito alto						
Jaboatão dos Guararapes *	Muito alto						
Paulista	Muito alto	Abreu e Lima	1983	Alto			
Cabo de Sto Agostinho *	Médio						
Igarassu *	Médio	Itapissuma	1983	Médio			
		Araçoiaba	1997	Médio			
Ilha de Itamaracá *	Médio						
São Lourenço da Mata *	Médio	Camaragibe	1983	Alto			
Moreno *	Médio						
					Ipojuca **	Lei n.º 10/1994	Médio

Fonte: Informações obtidas na Agência Condepe/Fidem e IPARDES (1995)

* Lei Complementar Federal 14/1973

** Lei Complementar Estadual 10/1994

A gestão metropolitana foi implantada no contexto autoritário e centralizador da administração pública federal vigente, em meados dos anos 70, e seu quadro institucional

passou por algumas transformações nessas três últimas décadas, configurando dois momentos bem distintos, que têm como marco a Constituição Federal de 1988.

Já em 1971, havia sido instituído no Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco – CONDEPE, um Grupo de Trabalho para o Plano de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – GDRM. Por determinação da Lei Complementar Federal n.º 14 de 8 de junho de 1973, em obediência aos dispositivos da Constituição Federal de 1967 e emenda constitucional de 1968, o Governo do Estado de Pernambuco, instalou, mediante a Lei Estadual n.º 6708 de 17 de junho de 1974, o Conselho de Desenvolvimento da RMR - CONDERM, órgão deliberativo e consultivo, delegando ao CONDEPE a responsabilidade de apoiar tecnicamente os Conselhos Deliberativo e Consultivo da RMR. No ano seguinte, o Governo de Pernambuco criou, mediante a Lei Estadual n.º 6873 de 22 de abril de 1975, a Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife, órgão vinculado à Secretaria de Planejamento do Estado, com a incumbência de funcionar como órgão de apoio técnico e administrativo aos Conselhos Deliberativo e Consultivo da RMR instalados. Ainda no mesmo ano, instituiu mediante a Lei Estadual n.º 3003 de 02 de dezembro de 1975, o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – FUNDERM.

O CONDERM – núcleo de decisão do Sistema de Gestão Metropolitana – expressava, no momento de sua criação, a preponderância do Estado sobre os municípios, mediante a sua composição, que seguia o modelo estabelecido pela União, no § 1º do Art. 2º, da Lei Federal n.º 14 /1973, de acordo com a Lei Estadual n.º 6708/ 1974. O Conselho Deliberativo era presidido pelo Governador do Estado e composto por mais cinco membros, sendo integrantes o Prefeito da Capital – Recife e um Prefeito eleito como representante dos demais municípios, além de mais três membros designados pelo Presidente do Conselho. O Conselho Consultivo tinha como composição um representante de cada município e era, também, presidido pelo Presidente do Conselho Deliberativo – o Governador do Estado. Sua atuação era restrita, não sendo muito representativa para a região. A atuação predominante era do Conselho Deliberativo, embora de caráter formal. Não havendo periodicidade de reuniões específica, esse Conselho se reunia em convocações extraordinárias quando havia assunto e pauta.

A FIDEM consolidou-se, até o final dos anos 80, como a expressão local do modelo de administração metropolitana, apoiado no princípio da “eficiência técnica” dos agentes promotores da política urbana nacional, assumindo, como objeto de trabalho e dentro do princípio da administração compartilhada, todos os serviços de interesse metropolitano previstos na Lei Complementar Federal n.º 14 de 1973, a exceção de gás encanado inexistente na ocasião. Destacou-se pela montagem de um sistema de informações metropolitano, no qual

se destaca o Projeto de Unificação das Bases Cadastrais – UNIBASE, bem como por sua capacidade de estabelecer convênios e gerir recursos para elaboração de planos e projetos e para repasse aos municípios. Com relação aos serviços comuns aos municípios, a FIDEM adotava a tese da administração compartilhada, buscando por alianças técnicas, as responsabilidades federal, estadual e dos municípios metropolitanos. Como órgão técnico e administrativo, a FIDEM era respeitada no cenário nacional e entre as Agências internacionais e procurava adotar uma posição equidistante dos municípios, utilizando o critério de “autoridade técnica” para fazer valer as suas proposições. De certa forma, a FIDEM sobrepujou os Conselhos – Deliberativo e Consultivo – raramente convocados.

Frente à atuação do sistema de gestão metropolitana, os municípios não exerciam efetivamente seu papel, seja no Conselho Consultivo, seja no Deliberativo. Alguns municípios administrados por prefeitos eleitos pelo partido de oposição, a partir de 1985, verbalizavam, até certo ponto, insatisfação política, embora com moderação, uma vez que eram razoavelmente atendidos em suas demandas e considerando, principalmente, que os recursos eram repassados pelo Estado.

A Constituição Federal de 1988, embora tenha tratado as questões metropolitanas de forma genérica, criou condições para a reorganização das regiões metropolitanas e de seus arranjos institucionais, dentro de um novo quadro federativo configurado na autonomia política e administrativa dos municípios e nas relações de cooperação intergovernamental, delegando aos Estados a prerrogativa de criar Regiões Metropolitanas.

Na fase que se segue a promulgação da Constituição de 1988, o processo de gestão metropolitana sofreu algumas transformações, que repercutiram na continuidade do processo de planejamento e gestão desempenhado pela FIDEM, especialmente no que se refere ao sistema de informações metropolitanas. Esta instituição passou por algumas reformas administrativas, no âmbito do governo estadual, com a sua fusão, já em 1988, com outros órgãos de planejamento do governo estadual e, logo no início da gestão estadual seguinte (1991-1994), com o retorno para o formato institucional anterior.

Com a sua reconstituição, em 1991, a partir da experiência acumulada e estudo das interpretações jurídicas e técnicas das disposições constitucionais, a FIDEM passa a coordenar um processo de discussão e de negociação com lideranças municipais, estaduais e da sociedade civil que culminou com a aprovação da Lei Estadual Complementar nº. 10, de 06 de Janeiro de 1994, que institui a Região Metropolitana do Recife – RMR e um novo formato de um sistema de gestão metropolitana. Esta lei procura suprir o vácuo institucional existente a partir da Constituição de 1988 e da Constituição Estadual de 1989, no tocante a atuação

estadual na região metropolitana, levando em consideração os sérios problemas enfrentados pelos municípios integrantes da região do Recife, em sua maioria de natureza comum e interligada, como: transporte público, saneamento, destinação final do lixo, entre outros.

A Lei Complementar n.º 10 de 1994 dispõe sobre a Região Metropolitana do Recife como uma unidade organizacional geoeconômica, social e cultural constituída pelo agrupamento de treze municípios, uma vez que o município de Araçoiaba não havia, ainda, sido desmembrado do município de Igaras e o município de Ipojuca passa a ser incorporado e compor a RMR, por abrigar parte do Complexo Industrial Portuário de SUAPE. A referida lei institui, também, em seu artigo 6º, o Sistema Gestor Metropolitano (SGM), dentro de um modelo de gestão integrado, cuja temática fosse o interesse comum entre os municípios e, fundamentalmente, da ação intergovernamental. Conforme esta lei, o SGM reafirma os instrumentos de gestão metropolitana já criados a partir da Lei Federal n.º14 de 1973, constituído de três entes, quais sejam:

1) O Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife - CONDERM, que como órgão deliberativo e consultivo, cumpre as funções de deliberação superior, formulação de política metropolitana e a articulação intergovernamental;

2) A Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife - FIDEM, hoje reestruturada pela Lei Complementar Estadual n.º 49, de 31 de janeiro de 2003, sendo denominada de Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - Agência Condepe/Fidem, com suas atribuições ampliadas; e.

3) O Fundo de Desenvolvimento da RMR - FUNDERM.

O Sistema Gestor Metropolitano, segundo a Lei Estadual n.º 10/1974, deverá exercer suas atividades em campos de atuação, que foram definidos pela lei como as *Funções Públicas de Interesse Comum*. Ainda é previsto na legislação, que os agentes envolvidos no exercício das funções públicas de interesse comum no âmbito metropolitano devem adotar medidas legais e administrativas para: o estabelecimento de procedimentos administrativos para que suas atividades se compatibilizem com as diretrizes de desenvolvimento e os padrões de desempenho dos serviços da RMR; a definição da estrutura orçamentária necessária ao desempenho dessas funções; a recepção e processamento, em seus níveis governamentais, das deliberações do CONDERM; a fixação de normas de compatibilização de interesse comum; o estabelecimento de medidas necessárias à participação na efetivação das funções públicas de interesse comum.

No período que se segue à publicação da Lei Estadual n.º 10/1994, a FIDEM se volta, prioritariamente, para a estruturação e instalação do CONDERM e das Câmaras Técnicas

Setoriais. Como órgão de apoio técnico, encaminha para aprovação do Conselho projetos de resolução que constituem a base para a atuação do Sistema Gestor Metropolitano no seu novo modelo, tais como: Regimento Interno, Política de Ação Intergovernamental Metropolitana; processo de elaboração do Programa Executivo Intergovernamental; recomendações às Prefeituras para adequarem suas Leis Orgânicas aos aspectos de natureza metropolitana; e Agenda Metropolitana para o exercício 1995.

O período de 1996-98, marca a fase de aprendizagem tanto para o órgão como para os Conselheiros com o exercício efetivo do Sistema Gestor metropolitano, das práticas de interlocução e negociação de interesses, de administração de conflitos e oportunidades e superação de limitações institucionais e políticas do interesse comum metropolitano. A FIDEM cria uma Coordenadoria de Gestão Metropolitana para atuar como facilitador e articulador dos municípios, órgãos públicos – seja do Estado ou da União - e representações da sociedade. Por meio desta Coordenadoria, a FIDEM assegura as reuniões do CONDERM e dá encaminhamento às questões polêmicas para a RMR, respaldadas nas Câmaras Temáticas Setoriais. Além de atuar na retomada do planejamento metropolitano, como responsabilidade conjunta do Estado e Municípios que integram a região, a FIDEM manteve uma articulação com órgãos congêneres de outras regiões metropolitanas, constituindo-se membro dirigente do Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas, criado em Porto Alegre, em 1995.

No final da década de 90, outras reformas administrativas do governo estadual envolveram a Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife - FIDEM: em 1999, esta se transforma na Fundação de Desenvolvimento Municipal – FIDEM, novamente por fusão com a Fundação de Desenvolvimento Municipal – FIAM; e, em 2003, transforma-se em Agência de Planejamento e Pesquisa do Estado de Pernambuco – Agência Condepe/Fidem, por fusão com o Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco – CONDEPE.

No atual formato institucional, a Região Metropolitana do Recife - RMR é gerida pelo CONDERM, que possui como Secretaria Executiva a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – Agência Condepe/Fidem, além de contar com o apoio das Câmaras Técnicas Setoriais Metropolitanas, sendo da competência do CONDERM dispor sobre a aplicação do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana – FUNDERM.

O Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife - CONDERM é um órgão deliberativo e consultivo, presidido pelo Secretário de Planejamento de Pernambuco, sendo a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - Condepe/Fidem a secretaria executiva deste Colegiado. O CONDERM, presidido pelo

Secretário de Planejamento do Estado, é constituído pelos prefeitos dos 14 municípios metropolitanos, na condição de membros natos, e por 14 representantes do Governo do Estado nomeados pelo Governador, como membros deliberativos. Participam como membros consultivos do CONDERM: representantes do Poder Legislativo (municipal e estadual), sem direito a voto, sendo um parlamentar representante de cada Câmara Municipal e três deputados estaduais, representando a Assembléia Legislativa de Pernambuco. Vale salientar que, apesar da determinação constitucional de participação da sociedade civil nos Conselhos, o CONDERM mantém-se sem a participação da sociedade civil, o que seria de fundamental importância, especialmente porque as decisões sobre a gestão metropolitana cabem ao CONDERM, onde cada agente exerce as funções que lhes são definidas no Conselho. Como suportes às deliberações do CONDERM, estão constituídas as Câmaras Técnicas Metropolitanas, como órgãos de apoio técnico, cuja composição permite a participação dos diversos segmentos sociais representativos da região. Ao Governo do Estado cabe o planejamento desenvolvido com os municípios, na forma de apoio técnico, além da captação de recursos para viabilizar as ações programadas.

A Agência Condepe/Fidem é a Secretaria Executiva do CONDERM e o órgão de apoio técnico às demandas advindas do CONDERM. É uma autarquia da Administração Indireta do Poder Executivo Estadual, que está vinculada institucionalmente à Secretaria de Planejamento. É um órgão de planejamento, estudos, pesquisas e articulação estadual e, também, presta apoio técnico e organizacional aos poderes municipais, inclusive implantando ações de desenvolvimento institucional nas Prefeituras Municipais e criando instrumentos para o fortalecimento municipal e a gestão do uso e ocupação do solo. Ao presidente da Agência Condepe/Fidem, na qualidade de secretário executivo do CONDERM, compete: tomar as providências necessárias ao cumprimento das resoluções do CONDERM, sempre mediante a articulação com as entidades e órgãos públicos envolvidos com a execução das funções públicas de interesse comum, no âmbito metropolitano; prestar o assessoramento ao CONDERM através de subsídios técnicos à formulação de políticas e diretrizes, estudos, pesquisas e planos de interesse para o desenvolvimento metropolitano; promover a compatibilização das propostas anuais de investimentos necessários a consecução do desenvolvimento metropolitano, contribuindo para viabilizar técnica, institucional e financeiramente esses investimentos; realizar a gestão do FUNDERM, submetendo seus instrumentos de controle financeiro à deliberação do CONDERM; prestar o apoio técnico e organizacional aos poderes municipais, em particular a compatibilização dos planos municipais com o interesse metropolitano; desenvolver as atividades de promoção dos

serviços técnicos especializados relativos à consolidação do sistema de informações, unificação das bases cadastrais e cartográficas e manutenção do sistema de dados sócio-econômicos, territoriais, ambientais, e institucionais da Região Metropolitana do Recife; avaliar a eficácia das ações de interesse metropolitano, em especial das funções públicas de interesse comum; prestar o apoio necessário ao pleno funcionamento das Câmaras Técnicas Setoriais que vierem a ser constituídas pelo CONDERM.

O Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana - FUNDERM é o instrumento financeiro do SGM, de caráter rotativo, que se destina a financiar total ou parcialmente, sob forma de empréstimo ou a fundo perdido: os recursos de natureza orçamentária que lhe forem destinados pela União, pelo Estado e pelos Municípios situados na Região Metropolitana do Recife; os produtos de operação de crédito realizadas pela União, Estado e Municípios situados na Região Metropolitana do Recife, destinados ao financiamento de atividades e projetos integrantes de programas de interesse metropolitano; o retorno financeiro de empréstimos e subempréstimos para investimentos em obras e serviços no âmbito metropolitano; as rendas auferidas com a aplicação de seus recursos no mercado financeiro; os recursos provenientes de taxas e contribuições de melhoria, arrecadadas pelo Estado ou pelos Municípios, relativas a empreendimentos e serviços de interesse metropolitano; as transferências a fundo perdido, provenientes de entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais; os recursos provenientes de outras fontes.

Para integrar o Sistema Gestor Metropolitano e participar do CONDERM, o município deve atender aos requisitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 10/94 em seu artigo 2º, conforme especificado a seguir:

Art. 2º - A ampliação da Região Metropolitana do Recife está condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos básicos, verificados entre o âmbito metropolitano e sua área de influência: I - evidência ou tendência de conurbação; II - necessidade de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum; e III - existência de relação de integração funcional de natureza sócio-econômica ou de serviços.

§ 1º - O território da Região Metropolitana do Recife será automaticamente ampliado havendo remembramento, fusão ou incorporação de qualquer município referido no Art. 1º desta Lei, com município adjacente ali não referido, ou de Distritos deles emancipados.

§ 2º - Para efeito de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum afetas a dois ou mais municípios integrantes do espaço territorial metropolitano e que exijam ação conjunta dos entes públicos, a RMR poderá ser dividida em sub-regiões, devendo, para tanto, formar consórcios intermunicipais.

Como órgão articulador, a Agência Condepe/Fidem firma parceria com os diversos atores públicos e privados, visando garantir a harmonização de suas intervenções e estabelecendo uma base de apoio para a realização de estudos, pesquisas, planos e projetos de interesse para o Estado. Exerce, ainda, a função de Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (CONDERM), sendo responsável pela gestão dos recursos para a Região, através do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife - FUNDERM.

É importante registrar a importância do Sistema Gestor Metropolitano da RMR no cenário nacional, que se constitui em referência para os outros Estados da Federação, sendo amplamente reconhecido como modelo para a gestão metropolitana, em especial por aquelas integrantes do Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas, do qual o Sistema Gestor Metropolitano do Recife participa, e instituições tais como o Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM e os órgãos federais que atuam na área.

3.2 INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

3.2.1 Instrumentos de Planejamento e de Gestão Metropolitanos

No período anterior a Constituição de 1988, o CONDERM deliberou sobre o planejamento metropolitano, aprovando o Plano de Desenvolvimento Integrado – PDI/RMR, em 1976, o qual foi revisado pelo Plano de Desenvolvimento Metropolitano, em 1982; e aprovando o Projeto Grande Recife, componente do Projeto MINTER/BIRD de Regiões Metropolitanas do Nordeste.

O Plano de Desenvolvimento Integrado da RMR, aprovado pelo Conselho Deliberativo do CONDERM, em 1976, serviu de referência para a elaboração de planos setoriais – dentre os quais se destacam: o Plano de Preservação de Sítios Históricos – PPSH, em 1979, o Plano de Ordenamento Territorial – POT, em 1982, o Plano Diretor de Transportes – PDT, em 1982, Plano de Desenvolvimento Metropolitano (PDM), EM 1983 o Plano de Parques Metropolitanos, além de programas de investimentos, alguns projetos e ações que se sucederam como de controle de parcelamento do solo urbano (aplicação da Lei Federal n.º 6766 DE 1979). O Projeto Grande Recife – PGR, que partiu de um pleito da Prefeitura do Recife ao BIRD, foi montado com base nas diretrizes do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Recife – PDI/RMR, concretizadas

em ações de infra-estrutura metropolitana, urbanização de favelas, desenvolvimento institucional, emprego e renda.

Como fontes de recursos para investimentos de cunho metropolitano, gerenciados pela FIDEM, destacam-se: o Orçamento Geral da União – OGU, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano – FNDU, gerido pelo Conselho Nacional de Política Urbana – CNPU, posteriormente Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU; a subconta de transporte urbano gerido pela Empresa Brasileira de Transportes Urbanos – EBTU; o Orçamento da SUDENE, para financiamento de planos e estudos; os recursos de crédito do Banco Nacional de Habitação – BNH e de empréstimos de agências internacionais tais como BID e BIRD; e o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – FUNDERM, criado através da Lei Estadual n.º 3003/1975.

Após a Constituição de 1988 e da instituição do Sistema de Gestão Metropolitana, por Lei Estadual Complementar n.º 10/1994, a então FIDEM e, posteriormente (a partir de 2003), a Agência Condepe/Fidem, produziram Planos Diretores da Região Metropolitana do Recife: o Plano *Metrópole 2010*, elaborado, finalizado e aprovado no CONDERM, em 1998, retrata a realidade da região, destacando como um dos seus principais problemas a desordenada ocupação urbana, provocada principalmente pela falta de controle urbano, a cargo dos municípios, e os vazios urbanos existentes, muitas vezes responsáveis pelo crescimento da especulação imobiliária e pela elevação dos custos de infra-estrutura, reunindo um conjunto de diretrizes, para nortear o processo de construção de uma metrópole desejada e apontando as oportunidades de desenvolvimento a serem implementadas a longo prazo; e o Plano *Metrópole Estratégica*, elaborado em 2004, numa parceria com o Banco Mundial, o *Cities Alliance* e o IPEA, tendo como embasamento todas as ações desse território, com destaque para ao Plano Plurianual – PPA Estadual 2004-2007, que inseriu potencialmente suas recomendações. Dividido em 16 estudos temáticos, apresenta as metas estratégicas de competitividade e equidade para a RMR, para o período 2003 a 2015, tendo sido aprovado, em forma de metas, pelo CONDERM.

No âmbito do CONDERM, que delibera sobre metas trabalhadas e definidas no por suas Câmaras temáticas, a Agência Condepe/Fidem desenvolve alguns planos, projetos e programas, articulando as ações de diversos municípios da RMR, por envolverem ações compartilhadas entre eles. Dentre esses planos e programas destacam-se o *Programa Viva o Morro*; o *Plano Metropolitano de Defesa Social e Prevenção à Violência na RMR*; e o *Programa de Infra-Estrutura em áreas de Baixa Renda na RMR – PROMETRÓPOLE*, explicitados no item seguinte. O *Programa de Tratamento de Resíduos Sólidos*, anteriormente

gerido pela FIDEM, passa a ser desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Governo do Estado (SEDUPE), a partir de 1999, reunindo, também, gestão intermunicipal.

Como ação de fortalecimento e apoio ao desenvolvimento dos municípios onde inexistem ou estão desatualizados os instrumentos normativos e legais de controle urbanístico, especialmente o Plano Diretor que se constitui uma obrigatoriedade constitucional para a maioria dos municípios da RMR, a exceção de Araçoiaba e Itamaracá, a Agência Condepe/Fidem estabelece convênio de cooperação com as Prefeituras Municipais para a elaboração de Plantas Diretoras, contando com a participação da sociedade civil e demais atores que atuam direta ou indiretamente no cenário municipal. Visa instrumentalizar os municípios para o ordenamento territorial e o desenvolvimento municipal, tendo como conteúdo básico o zoneamento e as diretrizes gerais para a gestão do uso e ocupação do solo e padrões urbanísticos; a hierarquização do sistema viário; e as recomendações de intervenção. Desse modo, apoia os municípios a cumprirem a exigência do Estatuto das Cidades e, ao mesmo tempo, aprofunda a estratégia para o desenvolvimento local dentro de uma lógica regional.

No âmbito da gestão do uso do solo metropolitano a Agência Condepe/Fidem atua na concessão de Anuência Prévia a projetos de loteamentos, condomínios e desmembramentos¹⁴, bem como na emissão de Consulta Prévia acerca das Diretrizes de Uso e Ocupação do Solo, nos municípios da Região Metropolitana do Recife, na Orla Marítima do Estado e em Áreas de Interesse Especial, em cumprimento ao estabelecido na Lei Federal nº 6766/79, referente ao parcelamento do solo urbano, que confere aos Estados a competência para o exame e a Anuência Prévia a projetos de parcelamento urbano.

Do ponto de vista do suporte à atuação da Agência Condepe/Fidem, torna-se importante ressaltar que, ao longo da existência do órgão gestor metropolitano, um conjunto de leis e normas conferiu objetividade à sua ação no espaço metropolitano (Quadro 3.2).

¹⁴ A regularização de loteamentos/desmembramentos ou condomínios requer, segundo a Lei Federal nº 6766/79 – Artigo 50, além da anuência da Agência Condepe/Fidem, a licença da Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - CPRH, a aprovação pela Prefeitura Municipal e o registro no Cartório de Imóveis.

QUADRO 3.2**Leis e normas do parcelamento urbanístico e ambiental de referência para o planejamento e gestão da RMR**

LEI	OBJETO	ANO
Lei Federal nº 4.771/1965, modificada pela Lei Federal nº 7803/1989.	Código Florestal	15.09.1965 1989
Lei federal nº 6.766/1979 modificada pela Lei Federal nº 9.785/99	Trata do parcelamento do solo urbano e estabelece a obrigatoriedade da anuência do órgão metropolitano para aprovações	19.12.1979 29.01.1999
Decreto Estadual nº 6.347/1980	Define competência do órgão metropolitano;	18.03.1980
Lei Federal nº 6.938/1081	Política Nacional do Meio Ambiente	31.08.1981
Lei Estadual nº 9860/1986	Define as Áreas de Proteção de Mananciais na RMR	12.08.1986
Lei Estadual nº 9931/1986	Define as Áreas Estuarinas de Pernambuco.	11.12.1986
Lei Estadual nº 9.960/1986	Define as Áreas de Interesse Especial - Orla Marítima dos Municípios de Pernambuco	17.12.1986
Lei Estadual nº 9989/1987	Define as Reservas Ecológicas da RMR	13.01.1987
Lei Estadual nº 9.990/1987	Define regras de parcelamento do solo urbano na RMR	14.01.1987
Lei Estadual 11.516/97, alterada pela Lei nº 11.734/1999	Licenciamento ambiental pela CPRH e Lei de Infrações ao Meio Ambiente	1997 1999
Lei Federal nº 9.605/1998	Lei de Crimes Ambientais	12.02.1998
Decreto Estadual nº 20.586/1998, que regulamenta a Lei nº 11.516/1997	Define competências, licenciamento, infrações do órgão de gestão ambiental – Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos – CPRH	28.05.1998
Lei Federal nº 7.661/1988	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro	1998
Decreto Estadual nº 21972/1999	Aprova o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro - ZEEC do Litoral Sul de Pernambuco.	29.12.1999
Decreto Estadual nº 24017/2002	Aprova o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro - ZEEC do Litoral Norte de Pernambuco.	07.02.2002
Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA nº 303/2002	Limites e Definições das áreas de Preservação Permanente	2002
Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA nº 312/2002	Licenciamento ambiental dos empreendimentos de Carcinicultura	2002
Resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA nº 02/2002	Licenciamento ambiental dos empreendimentos de Carcinicultura	2002

FONTE: Agência CONDEPE/FIDEM

3.2.2 Instrumentos de Planejamento e Gestão dos Municípios Metropolitanos

No âmbito da gestão urbana, observa-se uma grande diversidade entre os municípios da RMR, que se expressa, também, nos instrumentos urbanísticos normativos que eles dispõem. Destacam-se, nesse aspecto, os dois municípios que dão origem ao processo de ocupação metropolitana – Olinda e Recife, conforme se observa no Quadro 3.3, que apresenta as legislações vigentes e em processo de revisão nos municípios metropolitanos.

Na Região Metropolitana do Recife, apenas os municípios de Recife (1991) e Olinda (1997) dispõem de Planos Diretores elaborados nos termos da Constituição de 1988, ambos já revisados para incorporarem os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade (Lei Federal n.º 10.257/2001). O novo Plano Diretor do Recife, cuja proposta data de 2005, encontra-se na Câmara Municipal para discussão e aprovação, enquanto o Plano Diretor de Olinda foi revisado e aprovado em 2004. Alguns municípios encontram-se em processo de elaboração e

discussão de seus respectivos Planos Diretores, através de um sistema de planejamento participativo, conforme determinações do Estatuto da Cidade. O município do Cabo de Santo Agostinho incorporou em sua proposta estratégias de desenvolvimento sustentável, com previsão até 2010; o município de Jaboatão dos Guararapes constituiu um Conselho Coordenador da elaboração do Plano Diretor, onde têm assentos diversos atores sociais da cidade e da região; o município de Moreno iniciou recentemente (2006) a elaboração de seu plano Diretor, o qual se encontra em fase de diagnóstico.

Os municípios de Recife, Camaragibe e Paulista não possuem zonas rurais. Em sete municípios (Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Ilha de Itamaracá, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e São Lourenço da Mata) estes perímetros foram definidos na década de 80 e precisam ser revistos para incorporarem áreas de forte expansão urbana. O município de Olinda encontrando-se em fase de revisão de sua lei. Outros municípios, a exemplo de Itapissuma, possuem o limite urbano-rural estabelecido por Planta Diretora¹⁵ (2000). Já os municípios de Ipojuca e Araçoiaba não possuem lei de perímetro urbano. Cabe ressaltar que esta lei é utilizada pelo IBGE para definir as áreas urbanas e rurais dos municípios, na ocasião dos Censos Demográficos. Apenas quatro municípios metropolitanos (Cabo, Camaragibe, Recife, Moreno) possuem lei de parcelamento. Nos demais, vale as determinações da Lei Federal 6766 de 1979, cuja revisão encontra-se tramitando no Congresso Nacional.

Quase todos os municípios metropolitanos possuem Leis de Zoneamento, com exceção de Ipojuca, só incorporado a RMR em 1994, e Araçoiaba, desmembrado do município de Igarassú em 1995. No Recife, a Lei de Uso e Ocupação do Solo n°. 16.176/1996 encontra-se em vigor em parte do território municipal, enquanto a Lei n°. 16.716/2001 a excepcionaliza para 12 bairros da cidade. O município de Olinda é regido pela Lei 3826 de 1973 e pela Lei de Zoneamento 4849/2002 (referente ao Sítio Histórico), encontrando-se em processo de revisão a Lei de Uso e Ocupação do Solo e o Código de Posturas do município. O município do Cabo está elaborando a sua lei de zoneamento e uso e ocupação do solo, já incorporando os instrumentos previstos no Plano Diretor em elaboração. É importante ressaltar que coube à FIDEM um importante papel no disciplinamento e ordenamento do solo metropolitano, considerando principalmente sua atuação na aplicação da Lei de Parcelamento do Solo Urbano na RMRecife e no Litoral de Pernambuco, bem como através dos processos de anuências prévias, concedidas aos projetos de parcelamento do solo urbano, antes da

¹⁵ A Planta Diretora consiste em instrumento propositivo e normativo de ordenamento do solo municipal, elaborado pelo município que não possui Plano Diretor, sob a orientação da Agência Condepe/Fidem, que passa a compor a Legislação Básica Municipal, desde que seja aprovado pela Câmara de Vereadores.

aprovação pelos Municípios. Esta condição, exercida desde 1979 (anteriormente era exercida sem regulamentação) favoreceu sua atuação junto a municípios que não possuem Planos Diretores para a formulação do instrumento da Planta Diretora.

Em termos da regulamentação das edificações, constata-se certa fragilidade em alguns municípios. Araçoiaba, Itapissuma e São Lourenço da Mata não possuem código de obras e os municípios de Paulista e Abreu e Lima adotam o código de edificação e instalações em vigor no Recife (revisado em 1997). Os municípios do Cabo de Santo Agostinho, Igarassú, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Moreno e Jaboatão dos Guararapes utilizam os respectivos códigos de obras, todos elaborados nos anos 80. Olinda revisou seu código de obras em 2002 e o de Camaragibe encontra-se em processo de elaboração.

Quadro 3.3**Levantamento das legislações urbanísticas vigentes nos municípios da Região Metropolitana do Recife. (2006)**

Municípios segundo o nível de integração ao pólo metropolitano	Plano Diretor	Lei do Perímetro (Zoneamento Territorial)	Lei de Uso e Ocupação do Solo	Código de Obras/Edificações	Código de Posturas	OBSERVAÇÕES
- Município Pólo						
Recife	Lei 15.547/1991 ⁽¹⁾	Lei 16.286/1997 ⁽²⁾	Lei 16.176/1996 Lei 16.289/1997 ⁽³⁾ Lei 16.716/2001 ⁽⁴⁾	Lei 16.292/1997	Lei 16.292/1997	(1) Revisão em processo de aprovação (2) Parcelamento do solo (3) Altera a Seção de Usos Incômodos (4) Substitui a lei em vigor para 12 bairros da cidade.
- Municípios com MUITO ALTO nível de integração						
Olinda	Lei Complementar 26/2004	Lei 3826/1973 Lei 4393/1983 ⁽¹⁾	Lei 3826/1973 Lei 4849/1992 ⁽²⁾	Lei Complementar 13/2002	Lei 3826/1973 ⁽³⁾	(1) Zoneamento territorial (Em processo de revisão). (2) Legislação urbana dos Sítios Históricos. Em revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo (3) Em revisão
Jaboatão dos Guararapes	(1)	Lei 229/1983	Lei 229/1983 Lei 256/1996 ⁽²⁾	Lei 229/1983	Lei 229/1983	(1) Em elaboração (2) Altera usos
Paulista	-	Lei 2802/1985 Lei 3147/1992 ⁽¹⁾	Lei 2802/1985	(2)	-	(1) Torna urbano o município e cria bairros (2) Utiliza a lei de Recife
- Municípios com ALTO nível de integração						
Abreu e Lima	-	Lei 127/1987 ⁽¹⁾	Lei 127/1987	(2)	(2)	(1) Zoneamento territorial. (2) Utiliza a lei de Recife
Cabo de Santo Agostinho	(1)	Lei 1522/1989 ⁽²⁾	(3)	Lei 1520/1989	Lei 1520/1989	(1) Em elaboração (2) Parcelamento (3) Em revisão
Camaragibe	-	Lei 32/1997 ⁽¹⁾	Lei 32/1997	(2)	-	(1) Parcelamento. (2) Em elaboração
- Municípios com MÉDIO nível de integração						
Araçoiaba	-	-	440/2001	-	-	Município desmembrado de Igarassú em 1995.
Igarassu	-	Lei 2208/1996 ⁽¹⁾	Lei 1554/1979 Lei 2466/2003 ⁽²⁾	Lei 12/1988	Lei 12/1988	(1) Zoneamento territorial. (2) Planta Diretora
Ilha de Itamaracá	-	Lei 611/1986 ⁽¹⁾ Lei 861/1997 ⁽²⁾	Lei 674/1989	Lei 674/1989	-	(1) Zoneamento territorial. (2) Define bairros
Ipojuca	-	-	-	Lei 846/1984	-	
Itapissuma	-	Lei 276/1992 (1)	Lei 232/1990	-	-	(1) Zoneamento territorial.
Moreno	(1)	Lei 166/1989 ⁽²⁾ Lei 171/1997 ⁽³⁾	Lei 166/1989 ⁽²⁾	Lei 166/1989 ⁽²⁾	-	(1) Em elaboração (2) Zoneamento territorial e parcelamento (3) Altera a Lei 166/1989
São Lourenço da Mata	-	Lei 1749/1989	Lei 1749/1989	-	-	

Fonte: Dados fornecidos pela Agência Condepe/Fidem (2004), atualizados por informações fornecidas pelos municípios.

O Quadro 3.4 apresenta uma síntese dos instrumentos urbanísticos normativos estabelecidos nas legislações dos municípios metropolitanos. Consta-se que os municípios que possuem Planos Diretores (Recife e Olinda) com revisão concluída ou em processo incorporam os instrumentos urbanísticos estabelecidos no Estatuto da Cidade, a exemplo do IPTU progressivo, direito de preempção, ZEIS, entre outros. Os municípios metropolitanos que não possuem Planos Diretores, encontrando-se, na sua maioria, com Plantas Diretoras,

Quadro 3.4
Instrumentos urbanísticos dos municípios da RMR. (2006)

Municípios segundo o nível de integração ao pólo metropolitano	Plano Diretor	Planta Diretora	ZEIS	Solo Criado	IPTU Progressivo no Tempo	Operação Interligada	Operação Urbana	Contribuição de Melhoria	Consórcio Imobiliário	Usucapião Urbano	Desapropriação	Concessão do Direito Real de Uso	Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia	Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória.	Direito de Superfície	Direito de Preempção	Transferência do Direito de Construir	Regularização Fundiária	Assistência Técnica e Jurídica para as Comunidades	Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA)	Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV)
- Município Pólo																					
Recife*																					
- Municípios com MUITO ALTO nível de integração																					
Olinda**																					
Jaboatão dos Guararapes***																					
Paulista																					
- Municípios com ALTO nível de integração																					
Abreu e Lima																					
Cabo de Santo Agostinho***																					
Camaragibe																					
- Municípios com MÉDIO nível de integração																					
Araçoiaba																					
Igarassu																					
Ilha de Itamaracá																					
Ipojuca																					
Itapissuma																					
Moreno																					
São Lourenço da Mata																					

Fonte: Projeto Habitat - Rede Nacional de Avaliação e Disseminação de Experiências Alternativas em Habitação Popular, 2003, atualizado a por consultas a municípios e à Agência Condepe/Fidem.

* - Plano Diretor revisado em processo de aprovação na Câmara de Vereadores

** - Plano Diretor revisado e aprovado na Câmara de Vereadores e Lei de Uso e ocupação do Solo em Processo de revisão, com inserção estudo prévio de impacto ambiental e de vizinhança.

*** - Em processo de elaboração do Plano Diretor

orientadas pela Agência Condepe/Fidem, a exemplo dos municípios de Igarassu, Paulista e Ipojuca (parcial), Itamaracá, Araçoiaba, São Lourenço, Itapissuma e Moreno, cujas Plantas Diretoras passaram a ser, desde a sua finalização e aprovação no CONDERM, referenciais para a expansão das respectivas áreas urbanas.

O instrumento das ZEIS existe com limites definidos na lei de uso e ocupação do solo em quatro municípios (Recife, Paulista, Jaboatão dos Guararapes e Camaragibe). Em Olinda, o

instrumento foi instituído em lei desde 1997, porém as áreas não foram gravadas (os limites legais não foram aprovados na câmara de vereadores), o que só se efetivou na aprovação da Lei nº. 5382 de 2003 – Lei do PREZEIS, elaborada especificamente para este instituir as ZEIS e prevê o sistema de gestão, a exemplo do existente no município do Recife, estabelecido, também, em lei específica (Lei do PREZEIS nº. 14.947 de 1987, revisada pela Lei n.16.113 de 1997). No Cabo de Santo Agostinho, as ZEIS estão em processo de aprovação na Câmara de Vereadores, incluindo, também, o processo de gestão. Vale destacar que o instrumento ZEIS é, hoje, uma recomendação do Estatuto da Cidade, visando sua incorporação nos planos Diretores municipais. É também uma Pré-condição para a implantação do Projeto Habitar Brasil BID.

3.3 AÇÕES DE COOPERAÇÃO ENTRE MUNICÍPIOS METROPOLITANOS

Em termos de consórcios intermunicipais na RMR, não existe nenhum em funcionamento. Registra-se um processo de negociação entre os Municípios de Olinda, Paulista, Abreu e Lima e Itamaracá, para formar um Consórcio da Zona da Mata, para instalar um Serviço de Assistência Médica de Urgência - SAMU, a exemplo do que foi instalado no município do Recife, com ambulâncias que atendem, especialmente, as comunidades mais pobres.

Alguns serviços de interesse comum entre municípios metropolitanos são objetos de convênios de cooperação e são geridos com a interveniência de órgãos estaduais, sem se constituírem consórcios. Os convênios firmados entre municípios firmados para a destinação final de lixo são exemplos desse tipo de cooperação, anteriormente geridos pela FIDEM e, a partir de 1999, administrados pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Governo do Estado (SEDUPE).

Na RMR existem dois aterros sanitários: o de Muribeca, situado no município de Jaboatão dos Guararapes, e atende mediante convênio de cooperação o município do Recife; e o de Aguazinha, situado no município de Olinda, e restrito a este. Mediante o *Programa de Tratamento de Resíduos Sólido* da SEDUPE, que visa otimizar o tratamento, coleta e disposição do lixo, a partir de um modelo de administração assumido pelas prefeituras dos municípios da região metropolitana, alguns lixões estão sendo transformados em aterros sanitários: no municípios de Paulista (Mirueira) e de Cabo de Santo Agostinho, com atendimento restrito a estes municípios, respectivamente; no município de São Lourenço da

Mata, atendendo também ao município de Camaragibe; e no município de Igarassu, atendendo, além deste, os municípios de Itamaracá, Itapissuma e Abreu e Lima.

Outras ações compartilhadas entre municípios metropolitanos têm sido objeto de atuação do CONDERM. As metas são trabalhadas no âmbito das Câmaras Metropolitanas e são deliberadas neste Conselho, com o apoio da Agência CONDEPE/FIDEM que desenvolve os planos, projetos e programas, articulando as ações de diversos municípios da RMR e as diversas fontes de financiamento.

O *Programa Viva o Morro*, com recursos do Ministério da Integração Nacional, é o resultado de uma ação articulada e integrada das Prefeituras dos Municípios, desenvolvida com apoio do Governo do Estado, através da Agência CONDEPE/FIDEM para a implementação de intervenções destinadas a promover a estruturação urbana dos morros, objetivando a melhoria e as condições de habitabilidade e, conseqüentemente, a qualidade de vida da população moradora dessas áreas. Esse Programa envolve um processo participativo entre os integrantes da Câmara Temática de Saneamento e Meio Ambiente - CMMAS do CONDERM - que representam o setor público, a iniciativa privada, a sociedade civil organizada, Organizações Não Governamentais e todas as administrações municipais. A iniciativa das Prefeituras dos Municípios, motivadas pelos repetidos acidentes nos morros habitados da região metropolitana, levou o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife a fazer um alerta e propor a inclusão dos Morros e Encostas na pauta de discussão dos problemas comuns, como uma questão de direito à vida e eleger a implantação de um *Programa de Estruturação dos Morros da RMR*, como uma das prioridades de intervenção pública, a ser empreendida pelos Governos Federal, Estadual e Municipais, com a participação da comunidade.

O *Plano Metropolitano de Defesa Social e Prevenção à Violência na RMR*, com recursos do Ministério da Justiça, representa o resultado do esforço empreendido pelo conjunto dos 14 Municípios que compõem a Região, estimulados pela iniciativa do Governo Federal, através da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e do Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Os municípios se uniram com o propósito de elaborar uma proposta integrada de enfrentamento da relevante questão da violência e submetê-la à apreciação do Governo Federal para viabilização de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.

O *Programa de Infra-Estrutura em Áreas de Baixa Renda na RMR – Prometrópole*, com recursos do Banco Mundial, é executado em cooperação com a Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA e com diversas entidades da administração direta

e indireta das Prefeituras de Recife e de Olinda, tendo como foco principal de atuação as áreas onde estão concentradas as comunidades pobres da Região Metropolitana do Recife, inseridas na área da Bacia do Rio Beberibe. O Programa visa o combate à pobreza mediante a implementação de ações integradas de infra-estrutura urbana, a ampliação e melhoria dos serviços públicos prestados às comunidades e a ampliação dos mecanismos de regularização fundiária, de modo a promover a melhoria das condições de habitabilidade e de desenvolvimento comunitário, contribuindo para a redução da pobreza e para a melhoria da qualidade ambiental da RMR.

3.4 – REPRESENTAÇÃO EM CONSELHOS MUNICIPAIS NA RMR

3.4.1 A Emergência e a Disseminação dos Conselhos Municipais

Na Região Metropolitana do Recife foram identificados, no ano de 2000, 55 Conselhos, dos quais faziam parte 1.217 conselheiros. No ano de 2002, que corresponde a uma nova gestão municipal, dados do IBGE (2002b) apontam para a existência de 88 Conselhos municipais, o que representa um acréscimo de mais 33 novos Conselhos.

Segundo dados da Tabela 3.1, há uma variação do número de Conselhos por município, assinalando-se com maior incidência de Conselhos os municípios: Cabo de Santo Agostinho, reunindo 11 (onze) Conselhos, Recife, Olinda e Ipojuca com 8 (oito) Conselhos, Jaboatão dos Guararapes, Paulista e São Lourenço da Mata com 7 (sete), Araçoiaba, Igarassu, Ilha de Itamaracá e Moreno, com 6 (seis), Camaragibe e Itapissuma com 5 (cinco) e Abreu e Lima com 1 (um) Conselho Municipal.

Observa-se a existência de Conselhos Municipais não estabelece relação com o nível de integração dos municípios ao pólo metropolitano. O caráter é eminentemente político, o que pode explicar a existência de apenas um Conselho no município de Abreu e Lima. Segundo Lima e Bitoun (2004), no ano de 2000 este município não possuía nenhum Conselho, o que eles atribuem à ausência de compromissos do governo local com uma prática de gestão participativa, seja por uma perspectiva de viés conservador, autoritário no encaminhar da coisa pública, seja por se registrar, naquele município, uma ampliação de grupos neopentecostais, de tendência conservadora, fechada e desvinculados, no seu cotidiano, de práticas políticas e participativas.

No conjunto dos municípios estudados, observou-se uma diversidade de Conselhos, apresentando uma significativa concentração em alguns setores como pode ser observado: o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente está presente nos 14 municípios

Tabela 3.1
RMR. Conselhos Municipais da Região Metropolitana do Recife por municípios segundo níveis de integração dos municípios ao pólo metropolitano. 2002

Municípios segundo o nível de integração ao pólo metropolitano	Total de Conselhos Municipais	Tipos de Conselhos Municipais												
		Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente	Conselho na Área de Educação	Conselho na Área de Saúde	Conselho de Assistência Social	Conselho na Área de Emprego/Trabalho	Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente	Conselho na Área de Turismo	Conselho na Área de Cultura	Conselho na Área de Habitação	Conselho na Área de Meio Ambiente	Conselho na Área de Transporte	Conselho na Área de Política Urbana	Conselho na Área de Desenvolvimento Econômico
• Município pólo														
Recife	8	1	1	1	1		1		1		1		1	
• Município com MUITO ALTO nível de integração														
Jaboatão dos Guararapes	7	1	1	1	1		1				1		1	
Olinda	8	1	1	1	1		1		1		1	1		
Paulista	7	1	1	1	1	1	1				1			
• Município com ALTO nível de integração														
Abreu e Lima	1	1												
Cabo de Santo Agostinho	11	1	1	1	1		1	1	1	1	1		1	
Camaragibe	5	1		1	1	1	1							
• Município com MÉDIO nível de integração														
Araçoiaba	6	1	1	1	1	1	1							
Igarassu	6	1		1	1		1				1		1	
Ilha de Itamaracá	6	1	1	1	1	1	1							
Itapissuma	5	1			1	1	1				1			
Moreno	6	1	1	1	1		1				1			
São Lourenço da Mata	7	1		1	1	1	1				1	1		
• Município com BAIXO nível de integração														
Ipojuca	8	1	1	1	1	1	1				1		1	
Total RM Recife	91	14	9	12	13	7	13	1	3	1	9	3	2	4

Fonte: IBGE (2002b)

metropolitanos. O Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente e o Conselho de Assistência Social só não existe no município de Abreu e Lima, como o Conselho de Saúde que não é registrado, também, em Abreu e Lima e em Itapissuma.

É importante ressaltar que, para a emergência e a disseminação dos Conselhos municipais na RMR, dois aspectos merecem ser destacados. Por um lado, as lutas sociais por direitos e cidadania, desencadeados e vivenciados pela sociedade, pelos segmentos de esquerda a partir da década de 80, fizeram sobressair, quantitativamente, os Conselhos que, no plano nacional, emergiram desses movimentos, a exemplo da Saúde¹⁶, da Assistência Social e

¹⁶ A regulamentação dos dispositivos constitucionais através de leis setoriais específicas fortaleceu e impulsionou os processos de mobilização, no sentido de operar os anseios populares. A regulamentação realizou-se em tempos diferentes, após a Constituição de 1988, e, cercada de muitos embates: Lei Orgânica da Saúde – LOS nº 8.142 de 28 de Dezembro de

da Criança e do Adolescente. Os efeitos, desses movimentos, se fizeram sentir também, na década seguinte, com a institucionalização dos Conselhos. Por outro lado, a dinâmica e efervescência de alguns fatores, no Estado de Pernambuco, e, em municípios da RMR, propiciaram a disseminação dos Conselhos. A mobilização de segmentos sociais comprometidos com a democracia participativa, empreendendo lutas cotidianas, desempenhou papel preponderante e ressoou em avanços na prática da estruturação dos Conselhos, destacando-se, mais uma vez, os casos da saúde, assistência social e criança e adolescente. (Lima e Bitoun, 2004)

No âmbito da gestão pública municipal, ressalta-se o empenho em instaurar um conjunto de políticas e ações em consonância com os anseios da sociedade organizada propiciando, assim, o aparato institucional para a criação e funcionamento dos conselhos, destacando-se, nesse processo, os municípios do Cabo, Recife e Camaragibe. Para isso, também, contribuiu os requisitos legais para repasse de recursos federais aos municípios, como elementos impulsionadores e constitutivos dessa nova dinâmica participativa.

Os aspectos vinculados ao setor da saúde destacam-se ao nível da RMR. O Movimento da Reforma Sanitária conseguiu introduzir na Constituição um capítulo inteiro definindo a política nacional e os rumos da sua municipalização. Fortemente representado em Pernambuco, esse movimento atuou em escala municipal para, nas gestões iniciadas em 1993, implantar o novo modelo descentralizado de gestão dos serviços de Saúde, com base especialmente em programas comunitários de Agentes de Saúde, financiados pelos repasses do Fundo Nacional de Saúde. Destaque deve ser dado ao município de Camaragibe, onde a estratégia do poder municipal atribuiu à política de saúde um papel central na reorganização do território, associando ao desenvolvimento das práticas de administração participativa a implantação de Unidades de Saúde da Família atendendo paulatinamente à totalidade da população. Essa implantação, começando pela periferia e ganhando o centro foi tarefa da Secretaria de Saúde comandada pelo PT que, após as eleições de 1996, assumiu a Prefeitura. (Bitoun, 2002)

Em relação à assistência social, o papel de grande significado, no fomento e difusão dos conselhos, foi exercido pelo Fórum¹⁷ Estadual de Assistência Social do Estado de

1990; Estatuto da Criança e do Adolescente nº 6.242 de Outubro de 1991; Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS nº 8.742 de 13 de Dezembro de 1993; Lei de Diretrizes de Base nº 9.131 de Dezembro de 1996.

¹⁷ O Fórum teve como principais marcos de atuação: a realização da 1ª Conferência Estadual de Assistência Social em Pernambuco; a organização de 09 Encontros Regionais com a participação de 93 dos 182 municípios do Estado; participação no processo de aprovação do projeto de lei de Criação do Conselho Estadual de Assistência Social – novembro de 1995 e de implantação dos Conselhos Municipais; participação no processo de discussão para criação do Fundo Estadual de Assistência Social e instituição dos Fundos municipais e na criação do Conselho de Secretários Municipais de Assistência Social. (Lima, *et al*, 1998 p. 6)

Pernambuco, instalado em 1994. Sua atuação foi decisiva enquanto pólo multiplicador na criação e estruturação dos conselhos municipais, por todo o Estado. O Fórum atuou como uma arena de diversidade agregando segmentos sociais advindo de diferentes organizações sociais e segmentos vinculados a gestão pública, discutindo mensalmente temáticas de interesse dos integrantes, cuja pauta era previamente estabelecida pelo conjunto dos indivíduos que reunia. (Lima, *et. al* 1998)

A área da criança e do adolescente foi impulsionada pela presença de diversos grupos atuantes, no Estado, interessados e preocupados em operar o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA e, também, disseminar a nova abordagem contida na legislação em vigor. A Educação, com 9 (nove) conselhos em exercício na RMR, quantitativamente, apresenta-se relativamente representada ao considerar-se a dimensão do setor educacional e sua profunda importância para o processo de consolidação da democracia.

O meio ambiente, muito embora, seja atualmente uma questão em pauta e uma problemática de longo alcance com implicações nas múltiplas escalas – local, nacional e internacional - ganha certo espaço no âmbito metropolitano, uma vez que encontra-se instalado em 9 (nove) municípios.

A existência de Conselho de Habitação, apenas no município de Cabo de Santo Agostinho, aponta a carência de um espaço de articulação institucionalizado, direcionado para essas questões, entre a sociedade civil e Estado, o que dificulta a colocar em pauta a premência por habitação e as condições precárias de moradia de um percentual significativo da população pauperizada, na RMR. Vale citar que, além do Conselho instalado no município de Cabo de Santo Agostinho, o PREZEIS (Plano de Regularização das Zonas especiais de Interesse Social) do Recife é um Fórum articulado a um sistema de gestão de intervenção urbanística e de regularização fundiária de assentamentos pobres institucionalizados como ZEIS e vinculado a um Fundo Específico para as áreas ZEIS, com uma dotação orçamentária média de 4 milhões a.a., até o ano 2002, reduzido para 700 mil a.a. a partir de 2003. Vale, ainda, destacar que a aprovação do Projeto de Lei 2710 que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS prevê a Criação de Conselhos e Fundos federais, estaduais e municipais de Habitação, o que levará à mudanças no quadro da gestão municipal da política urbana.

As implicações, dessa realidade, podem estar relacionadas: à ausência de políticas habitacionais mais consistentes para responder as demandas e anseios da população, a partir de finais dos anos 80; às limitações financeiras dos municípios, particularmente das regiões mais empobrecidas do país, para assumirem as competências pós-constituição, especialmente

na implementação de programas habitacionais; ao jogo de interesses envolvendo uma diversidade de atores públicos e privados na questão habitacional, de dimensão nacional, bastando lançar um olhar para o tempo decorrido na aprovação do Estatuto da Cidade, situação definida tão somente em 2001, com o Estatuto da Cidade (Lei 10. 257/2001) a explicação, para essa lacuna, pode referir-se a retração dos movimentos sociais urbanos na década de 90, resultando na fragilidade dos processos organizativos da população. (Lima e Bitoun, 2004)

O Conselho de Desenvolvimento Urbano na cidade do Recife e em Olinda, destaca esses municípios originários da região no tratamento de múltiplas questões concentradas no urbano, com dimensão macro.

É importante destacar que os desenhos locais da distribuição dos Conselhos e da importância que assumem guardem relações com a consolidação dos setores em escala nacional, em especial no ritmo da produção de leis regulamentando a Constituição de 1988 e municipalização de políticas nacionais com repasses de recursos através de fundos setoriais.

3.4.2 A Composição dos Conselhos Municipais¹⁸

Quanto à composição dos Conselhos municipais na RMR, observa-se que é, no contexto dos anos noventa, que novas modalidades de espaços públicos propiciam alternativas de atuação entre sociedade civil e Estado, repercutindo na institucionalização dos conselhos. No âmago desse novo ambiente, os conselhos instalam-se como espaços de diversidade e heterogeneidade. A composição formal, instituída por lei, conforma a partição entre os representantes oriundos da sociedade civil, e os representantes indicados por diferentes instâncias governamentais. (Lima e Bitoun, 2004)

Vale destacar, a pluralidade interna e pertinente ao formato da participação de segmento da sociedade civil, uma vez que pode apontar para pesos políticos diferenciados - na correlação de forças internas, e, na definição de certos limites, no confronto do jogo de interesses entre os diversos atores partícipes do processo de participação social, assim como, no empenho para democratização da gestão pública. É, também, importante ressaltar a multiplicidade de questões imbricadas no formato dessa relação emergente, decorrente de

¹⁸ Este item apresenta os resultados da pesquisa: *Conselhos Municipais: desafios e possibilidades na democracia participativa* realizada na Região Metropolitana do Recife (RMR), no período de outubro de 2000 a junho de 2001. O estudo integra a rede de pesquisa do PRONEX, coordenada em âmbito nacional pelo Observatório de Políticas Públicas do Instituto de Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ e a FASE Nacional e envolvendo as regiões metropolitanas do – Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Belém e Curitiba. Em Pernambuco, a responsabilidade da pesquisa coube ao Observatório de Políticas Públicas e Práticas Sócio-Ambientais, sob a coordenação de Rosa Cortez Lima. O texto final da pesquisa conta com a participação de Jan Bitoun (Lima e Bitoun, 2003)

práticas históricas centralizadas de gestão pública e, mais, as freqüentes reações do corpo técnico institucional a práticas participativas. (Lima e Bitoun, 2004)

A diversidade na composição dos conselhos permite aproximar em uma mesma arena política, atores diversos, tornando imperiosa a necessidade de uma rede de articulação, de interação germinando novas facetas da cidadania.¹⁹

O retrato educacional do conjunto dos conselheiros, na RMR, ressalta que a grande maioria dos segmentos sociais apresentarem média e alta escolaridade. Comparando os representantes governamentais e da sociedade civil, observa-se que os primeiros detêm 79.3% de alta escolaridade, enquanto o grupo seguinte 42.1%. O domínio da alta escolaridade, entre os representantes governamentais pode ser compreendido ao se remeter às práticas institucionais tradicionais, da relação do Estado brasileiro, com a população. Nesse caso, a interlocução do Estado, com segmentos populares, esteve, freqüentemente, delegada aos profissionais de graus de instrução mais elevada. E, no bojo das alterações das práticas políticas atuais, esse fator transparece nos órgãos de participação colegiada. Já no interior do grupo da sociedade civil percebe-se, certa proximidade nas três variáveis: alto, médio e baixo de escolaridade. Agregando-se os dois segmentos, sobressai o percentual de 26.9%, com baixa escolaridade. (Lima e Bitoun, 2004)

Considerando as variáveis de renda, por segmento, os conselheiros da sociedade civil aproximam-se na distribuição dos percentuais entre o conjunto. No entanto, a distância significativa reside na existência de que 34,4% daqueles que estão incluídos nos estratos de baixa renda com até dois salários mínimos, enquanto no outro extremo 24.2% percebem acima de 10 salários mínimos. Já os conselheiros governamentais, percebem, na grande maioria, – 81.7% - acima de cinco salários mínimos. Mas a distância de rendimentos, desse grupo, aparece entre os 58.5% com mais de 10 salários mínimos e a comprovação de 8.5% na faixa de até dois salários mínimos. Se por um lado, os dados apontam para a presença de segmentos de classe média organizados, no quadro metropolitano, e inseridos em espaços democráticos, por outro, reflete os níveis de desigualdades em expansão na sociedade brasileira. Resta saber como as relações de poder se desdobram, nesse contexto. (Lima e Bitoun, 2004)

Prevalece no perfil ocupacional, para a maioria do conjunto metropolitano uma situação ocupacional definida. Comprovadamente, os representantes governamentais

¹⁹ Na pesquisa em que se baseia esta análise, foram ouvidos segmentos não-governamentais - Associações civis 54%, Organizações sindicais 15%, Entidades patronais 5%; e os segmentos governamentais 26%. A priorização dos segmentos sociais não governamentais, na escuta da pesquisa, teve sustentação no potencial de luta e embate para a consolidação da democracia participativa e nas possibilidades de exercício do controle social. (Lima e Bitoun, 2004)

respondem com 97.6%, dentro do seu grupo, nessa situação. Na verdade, a indicação, desse segmento para integrar os órgãos colegiados, sai do quadro de funcionários públicos. Diferentemente, no caso dos conselheiros não governamentais, não há entre os representantes e a organização representada uma relação trabalhista. Desta forma, é relevante a existência de 9.8% de desempregados internamente a esse grupo, mesmo registrando-se 77.4% com trabalho definido. Sublinha-se como significativo a existência de 10.6% adicionados nos dois segmentos na situação de aposentado. (Lima e Bitoun, 2004)

Nesse sentido, cabe refletir sobre os níveis de participação desses conselheiros e das possibilidades de construção da democracia e, mais particularmente, quando as condições de vida encontram-se confrontada com seus limites. Considere-se que mesmo vivenciando a situação declarada da ausência de rendimentos, esse grupo de indivíduos permanece comprometido e presente como representante de sua associação junto ao Conselho, portanto, integrado em uma determinada perspectiva. Mesmo assim, entende-se que a questão persiste, ou seja, como a realidade da situação de trabalho vivenciada pelos conselheiros poderá interferir no processo participativo. (Lima e Bitoun, 2004)

O perfil dos conselheiros da RMR, ao realizar-se o cruzamento das variáveis de gênero versus renda, diferentemente, de gênero versus escolaridade, são os homens que se localizam no ponto mais alto, respondendo por 40.6% do universo estudado, com salários mínimos acima de 10, enquanto as mulheres, para essa mesma faixa salarial, são representadas por 32.5%. Os dois gêneros ficam mais próximos, em termos de rendimento, quando considerado o teto de cinco salários em diante – 55.3% para o sexo masculino, e 51.9% para o sexo feminino. Mas, os homens diferem para mais em relação às mulheres. Na faixa até 2 salários mínimos é o sexo feminino que mostra os percentuais mais elevados 32.5%, contra 22,4% correspondendo ao sexo masculino. Na verdade, os dados expressos demonstram e correspondem à mesma estrutura de acesso a salário e da conseqüente remuneração, no país, entre o feminino e o masculino. (Lima e Bitoun, 2004)

Aproximando as variáveis: escolaridade, rendimentos e situação ocupacional dos conselheiros não governamentais, observa-se um número expressivo de conselheiros da região metropolitana integrando os estratos sociais de baixa renda.

Mesmo considerando a diversidade interna do universo dos conselheiros é necessário ressaltar que a participação constitui o elo articulador na configuração concretamente vivida nos Conselhos Gestores das políticas públicas. Entende-se que essa participação ultrapassa a escala local e envolve a emergência de sujeitos sociais múltiplos, equivalentes aos novos atributos da vida política e imprescindíveis as relações do Estado e sociedade no país.

Significa anotar que as políticas públicas, concebidas no âmbito dos conselhos, estão implicadas em responder as dimensões de acesso amplo aos direitos sociais, com atuação expressiva e intensa nas profundas desigualdades – sócio-econômicas políticas e culturais - de enormes parcelas da população brasileira. Desta forma, a relevância política dos lugares, aí localizados nos conselhos municipais, e sua agregação à dinâmica de outras escalas, questão imperativa ao processo democrático. (Lima e Bitoun, 2004)

3.4.3 A Cultura Cívica dos Conselheiros Municipais

Os vínculos associativos no conjunto metropolitano dos conselheiros municipais da RMR, vistos a partir do recorte da inclusão em associações sindicais ou órgão de classe, mostram 148, dos 317 entrevistados, aproximadamente a metade, 46.7% do total vinculam-se a associações desse gênero. Olhando a inclusão, por segmento, percebe-se que, entre os governamentais a maioria 59.8% (49) dos declarantes tem vínculos associativos; e dentre os representantes da sociedade civil, daqueles com algum tipo de vínculo resume o percentual de 42.7% (99). Verifica-se que a presença associativa é mais larga, para o segundo grupo, uma vez que, responde em números absolutos por uma vinculação mais elevada ao se comparar os dois segmentos. (Lima e Bitoun, 2004)

Ao se considerar o grau de participação na entidade associada, confirma-se um certo declínio na efetividade da participação 43.2%, quando confrontada com a vinculação. Considerando os dados por segmentos e destacando os associados com frequência a quatro ou mais reuniões, é a sociedade civil que assegura os percentuais 53.5% (53); em situação oposta, a representação estatal tem os valores mais altos nas declarações de participação não ativa e sem frequência a reunião, indicado por (27) entrevistados 55.10%. Contudo, não é desprezível o percentual de 22.4%, da representação do governo, com participação ativa, embora seja importante indagar sobre os critérios de escolha dos representantes governamentais para os Conselhos Gestores. É importante ressaltar que para parcela dos representantes da sociedade civil a vinculação a associações, tem um caráter obrigatório, na medida em que, a sua indicação decorre dessa vinculação. (Lima e Bitoun, 2004)

Os laços político-partidários do universo dos conselheiros são definidos pela filiação de 46.1%, entre os que informaram ter vinculação a partidos políticos. De acordo com a classificação²⁰, do perfil ideológico traçado para o conjunto das regiões metropolitanas

²⁰ Classificação efetuada para o conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas. Partidos de esquerda: PT, PSB, PDT, PdoB, PCB, PSTU. Centro/direita: PMDB, PSDB, PFL, PL. (Lima e Bitoun, 2004)

brasileiras os partidos são agregados em dois grupos de esquerda e centro/direita. No apontar das informações percebe-se uma rápida elevação da preferência pelos partidos de esquerda somando 51.7% dos conselheiros. Transpondo-se a análise de filiação partidária para uma distribuição internamente em todos os segmentos, a sociedade civil conta com (103) 43.8% com filiados a partidos políticos independente do perfil ideológico, em oposição (132) 56.2% declaram não ter filiação; enquanto a representação do Estado responde pelo percentual de (43) 52.4% de filiados e (39) 47,6% sem filiação. Em termos absolutos predomina a sociedade civil entre os entrevistados com filiação partidária. (Lima e Bitoun, 2004)

Utilizando o perfil ideológico, por segmento, os conselheiros da sociedade civil mostram uma ligeira superioridade 50.5% na preferência pelos partidos de centro/direita, ao compararem-se os percentuais 49.5% como indicação para partidos de esquerda. No caso da representação estatal a situação inverte-se, dentre os filiados (25) 56.8% pertencem aos quadros da esquerda, enquanto (19) 43.2 % estão no outro grupo. Esses dados revelam a tradição de polarização política característica de Pernambuco onde tanto a direita e o centro direita (através do PFL) têm lideranças históricas (vinculadas por exemplo a Marco Maciel), como os têm a esquerda e o centro esquerda (vinculadas a Miguel Arraes e Jarbas Vasconcelos). Revelam também, no que se refere à representação estatal, o maior interesse e a maior propensão em multiplicar conselhos das administrações de esquerda. A classificação adotada para fins de comparação nacional, vincula o PMDB ao centro/direita quando a sua principal liderança em Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, liderava na década de 80 e no início da de 90 o grupo dos “autênticos”, assumindo uma postura de centro esquerda e desenvolvendo práticas participativas entre as quais se destaca a implantação do Fórum do PREZEIS em 1987 na capital. Muitas lideranças da sociedade civil estavam então vinculadas ao PMDB. Na segunda metade dos anos 90, Jarbas Vasconcelos constrói uma aliança do PMDB com o PFL de modo a conquistar o poder estadual. Apesar disso, muitas lideranças mantiveram-se no PMDB passando então, a serem classificados no grupo de centro direita, embora não signifique necessariamente um “perfil ideológico” ligado a uma tradição de direita, nítida no caso dos conselheiros afiliados ao PFL. (Lima e Bitoun, 2004)

Importa salientar que, na prática interna dos conselhos as indicações dos representantes estatais, frequentemente, recaem sobre o quadro técnico-político com altos graus de escolaridades e, funcionalmente, muitos dos quais exercem cargos de chefia e ou desempenham a função de secretário municipal. Supostamente, a aproximação entre a função

desempenhada no quadro institucional, seja um dos fatores a associado à vinculação partidária, na realidade desses conselheiros.

A inserção nos quadros orgânicos partidários, incluindo a participação periódica a reuniões e a convenções é apontada – 60.9% - dos conselheiros filiados a partidos políticos. Assim, corrobora a vivência na dinâmica da prática política de uma maioria expressiva entre os declarantes de filiação partidária. Observe-se, nesse caso, uma sistemática de participação mais intensa em partidos políticos, quando confrontada a participação sindical. É a candidatura a vereança que sobressai pela predominância quase absoluta 98.4%, entre os que já foram candidatos. A dimensão local dos conselhos, provavelmente, estaria nas raízes da escolha, associada, de certa forma, ao raio de abrangência do exercício do cargo, as possibilidades de interferência no ambiente citadino e as alternativas de articulação de redes conjugadas a prática política do município.

A inserção orgânica em partidos pelo segmento governamental é, em termos absoluto, mais baixo (33) 73.3%, do que os segmentos não-governamentais (59) 55,7%, dentre o conjunto com declarações afirmativas. Nas duas situações a inserção mostra-se efetiva. A candidataram a vereador detém a preferência dos dois segmentos. Os representantes do governo totalizam 100% dos declarantes e os não governamentais 98.4%. A análise das fontes de informação, quando utilizadas, pelos conselheiros, para se informar sobre os acontecimentos políticos, permite estabelecer uma relação com elementos associados à cultura cívica que lastreiam as possibilidades de influenciar as suas decisões no conselho em que atuam. O jornal e qualquer outra fonte preponderam entre o conjunto dos conselheiros, respondendo por 97.2%. Surpreende a indicação de apenas 2.8% que fazem uso do rádio, em particular considerando a penetração da televisão e a sua dimensão nacional. As fontes de informação para decidir o voto agregando o uso do jornal e qualquer outra fonte, e os sindicatos e qualquer outra fonte somam 68.6%, e rádio, a TV ou conversa aparece com 24,6% entre esses conselheiros. Contudo, a influência da igreja²¹ e de qualquer outra fonte exceto as já contabilizadas destaca-se pela baixa indicação 6.7%. (Lima e Bitoun, 2004).

Os dados ensejam e reafirmam, na territorialidade da Região Metropolitana do Recife, a existência de uma tradição associativa e uma cultura de participação cívica. Entretanto, essa realidade não assume características amplamente difundidas, mas concentrada em reduzidos segmentos sociais. No entanto, as informações induzem a pensar que os espaços, de presença

²¹ Num passado recente, a força da Igreja Católica, apresentava-se fortemente conectada aos compromissos e lutas sociais, claramente visíveis no Recife. As vinculações desenhavam-se por intermédio da linha progressista da Igreja, realidade, hoje, em permanente declínio. Essa tendência tinha em Dom Hélder Câmara – Arcebispo de Olinda e Recife - uma expressão maior nos compromissos com segmentos da sociedade civil envolvidos nas lutas sociais. Por outro lado, o crescimento das Igrejas de várias perspectivas protestantes, embora em expansão não aponte para abertura de debates políticos.

política, abertos pela recente democracia do país, ainda não se traduziram efetivamente, em vínculos partidários, resultado de uma atitude refratária, da ampla maioria da população, em assumir compromisso nessa direção. Em certo sentido, pode-se, inferir por esse viés que a maior “vinculação” política estaria traduzida na expressão do voto, no caso brasileiro obrigatório.

Mas as informações também apontam para a participação do cidadão criando vínculos, acumulando práticas históricas, delineando possibilidades para o exercício efetivo da cidadania e da democracia. Nesse sentido, os Conselhos Gestores têm se constituído em espaços privilegiados que estabelece perfila um fio condutos e canalizador dos elementos da participação cívica e uma proximidade desafiante com práticas públicas ainda sustentadas em comandos centralizados de gestão pública. Isso leva a reafirma a que um grande processo de participação, apenas iniciado, pode estar em curso.

4 DESEMPENHO FISCAL DOS MUNICÍPIOS

4.1 INDICADORES DE RECEITA

A receita e o desempenho fiscal de um município dependem do movimento da sua economia bem como de práticas dos gestores públicos referentes à eficiência da administração tributária e fiscal. Para identificar os principais movimentos da economia, foram selecionados dados referentes ao Produto Interno Bruto dos municípios, estimados pelo IPEA e apresentados, a preços de 2000, em estudo realizado para o Ministério das Cidades pela economista Sol Garson (Observatório, 2005c)²².

²² O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA desenvolveu estimativa do Produto Interno Bruto dos municípios brasileiros para os anos censitários 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996 . No período, a criação de municípios implicou em mudanças que impedem, como adverte o documento, a comparação em bases municipais.

De acordo com a tabela 4.1, em 1996, o PIB per capita do município pólo alcançava R\$ 8.800, a preços de 2000. Era o mais alto da Região Metropolitana, excetuando-se o pequeno município de Itapissuma, habitado por pescadores e trabalhadores da cana-de-açúcar, que abriga uma importante fábrica da Alcoa. Também se destacava, com um valor de R\$ 6.600, o município de Ipojuca, contando com uma usina de açúcar, os empreendimentos turísticos do balneário de Porto de Galinhas e o Porto Industrial de Suape. Entre R\$ 3 e 5 mil de PIB per capita, os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Igarassu associam uma atividade rural centrada na cana-de-açúcar e uma estrutura industrial sob forma de Distritos implantados ao longo da BR 101. Paulista, Olinda e Jaboatão dos Guararapes, na mesma faixa de PIB per capita que os dois municípios supracitados, são bem mais populosos e

Tabela 4.1

RMR. População e PIB per capita dos municípios da Região Metropolitana do Recife segundo nível de integração dos municípios ao pólo metropolitano.

Municípios segundo o grau de integração ao pólo metropolitano		População 2004	Taxa de crescimento	PIB per capita 1996
Código	Município		2000-2004	(R\$ mil/2000)
• Município pólo				
2611606	Recife	1.486.869	1,11	8,79
• Município com MUITO ALTO nível de integração				
2607901	Jaboatão dos Guararapes	630.008	2,02	3,52
2609600	Olinda	381.502	0,91	4,64
2610707	Paulista	288.273	2,39	3,65
• Município com ALTO nível de integração				
2600054	Abreu e Lima	95.198	1,69	1,96
2602902	Cabo de Santo Agostinho	166.286	2,11	3,68
2603454	Camaragibe	143.732	2,8	1,75
• Município com MÉDIO nível de integração				
2601052	Araçoiaba	17.046	3,06	-
2606804	Igarassu	89342	2,08	3,09
2607604	Ilha de Itamaracá	18.040	3,28	1,56
2607208	Ipojuca	66.390	2,87	6,62
2607752	Itapissuma	22.018	2,28	8,94
2609402	Moreno	54.373	2,53	1,74
2613701	São Lourenço da Mata	92.732	0,64	2,24

Fonte. Observatório (2005c) p.086

urbanizados, destacando-se as atividades de serviços, comércio e armazenagem, ao lado de algumas atividades industriais em Paulista (Paratibe) e Jaboatão dos Guararapes (antiga sede e BR 101). A estrutura de Olinda assemelha-se mais à do Recife, com predominância absoluta dos serviços e comércio. Destacam-se negativamente, com PIB per capita pouco acima ou abaixo de R\$ 2 mil, municípios dormitórios como Abreu e Lima e Camaragibe, outros, dormitórios e parcialmente rurais (Moreno e São Lourenço da Mata), havendo ainda o caso da Ilha de Itamaracá, com algumas atividades rurais e a predominância de segundas residências.

Assim, se é clara a diferença entre o município pólo, com tamanho econômico incomparavelmente maior que os demais, também há grandes diferenças entre os municípios da Região Metropolitana, que se acentuam no período mais recente (Tabela 4.2).

Tabela 4.2

RMR. Produto Interno Bruto (PIB) per capita dos municípios da Região Metropolitana do Recife segundo nível de integração ao pólo metropolitano (1999-2002)

Municípios segundo o grau de integração ao pólo metropolitano		PIB 1999-2002 per capita corrente (R\$)				PIB 1999-2002 per capita Preços 2002 (R\$)				Variação real Anual (%)		
Código	Município	1999	2000	2001	2002	1999	2000	2001	2002	2000	2001	2002
· Município pólo												
2611606	Recife	6.141	6.586	6.949	7.822	7.876	7.794	7.655	7.822	-1,05	-1,77	2,18
· Município com MUITO ALTO nível de integração												
2607901	Jaboatão dos Guararapes	4.002	4.075	4.189	4.824	5.132	4.823	4.614	4.824	-6,03	-4,33	4,55
2609600	Olinda	2.303	2.760	2.756	3.026	2.953	3.266	3.036	3.026	10,61	-7,04	-0,33
2610707	Paulista	2.555	2.780	2.736	3.087	3.277	3.290	3.014	3.087	0,38	-8,37	2,39
· Município com ALTO nível de integração												
2600054	Abreu e Lima	3.333	3.696	3.820	3.948	4.275	4.374	4.208	3.948	2,34	-3,81	-6,17
2602902	Cabo de Santo Agostinho	8.954	11.187	13.361	15.301	11.484	13.240	14.719	15.301	15,30	11,17	3,95
2603454	Camaraçibe	2.007	2.036	1.962	2.246	2.573	2.410	2.162	2.246	-6,37	-10,29	3,89
· Município com MÉDIO nível de integração												
2601052	Araçoiaba	963	1.161	1.287	1.523	1.236	1.374	1.417	1.523	11,22	3,13	7,47
2606804	Igarassu	5.890	5.840	6.511	6.925	7.554	6.912	7.173	6.925	-8,50	3,77	-3,45
2607604	Ilha de Itamaracá	2.020	2.122	2.392	2.568	2.591	2.511	2.635	2.568	-3,09	4,95	-2,54
2607208	Ipojuca	18.726	23.751	30.089	32.485	24.016	28.110	33.146	32.485	17,05	17,91	-1,99
2607752	Itapissuma	16.192	15.857	18.699	14.611	20.766	18.768	20.599	14.611	-9,62	9,76	-29,07
2609402	Moreno	2.276	2.503	2.678	2.941	2.918	2.962	2.950	2.941	1,49	-0,40	-0,32
2613701	São Lourenço da Mata	1.932	1.924	2.290	3.190	2.478	2.277	2.523	3.190	-8,13	10,81	26,43
Total RM Recife		5.022	5.496	5.932	6.635	6.441	6.505	6.534	6.635	1,00	0,45	1,54

Fonte: IBGE (2002a). Estimativas para o período 1999-2002.

Na tabela 4.2, que utiliza estimativas do IBGE para o período 1999-2002, se observa que, em dez dos quatorze municípios da Região Metropolitana do Recife, o valor do PIB, expresso em preços de 2002, fica estagnado ou diminui no período. Esta estagnação ocorre em todos os municípios do núcleo mais central da aglomeração (Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista) e nos municípios dormitórios (Camaraçibe e Abreu e Lima e Moreno) mais próximos do núcleo central. Nos municípios mais periféricos, há contraste entre o recuo observado em áreas industriais do norte da aglomeração (Igarassu, e Itapissuma) e o dinamismo que caracteriza o oeste (São Lourenço da Mata) e, sobretudo, o sul da aglomeração (Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca). Nestes dois municípios, aceleram-se as implantações de grandes empreendimentos turísticos, de indústrias e serviços portuários em

Suape, havendo ainda no Cabo implantação de atividades de armazenamento devido à posição na entrada sul da Região Metropolitana, outrora favorecendo Jaboatão dos Guararapes, cujo PIB recua. Mesmo com a estagnação do valor do PIB, Recife mantém sua posição de pólo regional. Em 2002, entre os cem municípios brasileiros com maior PIB, Recife é o 11º (o 1º entre os trinta maiores do Nordeste), aparecendo na mesma lista Jaboatão dos Guararapes, em 71º (o 11º do Nordeste) e os “emergentes” Cabo de Santo Agostinho (81º) e Ipojuca (94º), respectivamente em 13º e 14º lugares. Olinda e Paulista ocupam os 24º e 29º lugares entre os trinta maiores PIB’s do Nordeste, conforme divulgado pelo IBGE.

Os indicadores referentes à receita (Tabela 4.3) vinculam-se a essa estrutura econômica e à existência, nos maiores municípios, de uma administração tributária capaz de arrecadar. No Recife, mais de um terço da receita provém de fontes tributárias diretamente administradas pelo município (Autonomia Base Tributária).

Tabela 4.3

RMR. Indicadores de estrutura e vinculação da receita do município pólo e dos demais municípios da Região Metropolitana do Recife. (2003) - Em %

Municípios da Região Metropolitana do Recife	Estrutura da Receita				Vinculação da Receita			
					Vinculação Legal com Saúde 12%		Vinculação Legal com Saúde 15%	
	Autonomia Base Tributária	Autonomia por Base Territorial	Segurança Legal de Receitas	Dependência de Fontes Financeiras	Sobre Receita Total	Sobre Receita Fiscal	Sobre Receita Total	Sobre Receita Fiscal
Recife (Pólo)	34,08	62,61	81,28	2,47	23,29 *	23,88 *	25,77 *	26,42*
Demais Municípios	10,01	23,80	89,79	1,11	40,88	41,31	43,11	43,57

Fonte. Observatório (2005c) p. 19 * A economista Sol Garson informa” O valor apresentado pelo Recife ficou prejudicado pela forma de cálculo; os indicadores para a cidade aproximam-se de 41,0%)

No conjunto dos demais municípios essa proporção cai para um décimo. Em Olinda, há uma forte dependência desse tipo de receita (29,5%), bem menor em municípios com PIB mais elevado (Jaboatão dos Guararapes: 19,8%; Ipojuca: 16,1% e Cabo de Santo Agostinho: 7,4%). As transferências de parcelas de impostos estaduais e federais arrecadados no território municipal (IPVA, IRRF, ICMS, ITR) são resultantes de atividades econômicas que aí se desenvolvem (Autonomia por Base territorial, cumulativo com o percentual anterior). Em municípios periféricos, permitem mais que duplicar a receita, havendo municípios com PIB alto que arrecadam poucos tributos municipais (Itapissuma, Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Itapissuma e Jaboatão dos Guararapes). O indicador de Segurança Legal, apresenta a parcela da Receita Total que se origina de fontes garantidas por lei, inclusive na Constituição Federal. Inclui a transferências como o FPM, SUS, FUNDEF e outras. Em todos os casos, elas são, relativamente, bastante altas, com destaque para os municípios com muita população e poucas atividades econômicas (Camaragibe, Abreu e Lima, Paulista e Olinda).

Quanto às vinculações legais da Receita, a vinculação mínima de saúde e educação já consumiriam cerca de 40% da receita. (Observatório, 2005c, p. 20, 21 e 61), Observe-se que o valor apresentado pelo recife ficou prejudicado pela forma de apresentação dos dados à STN.²³

4.2 INDICADORES DE DESPESA

Verifica-se na Tabela 4.4, a importância do gasto social, tanto no município pólo como em demais municípios. Em Camaragibe e São Lourenço da Mata, este indicador passa dos 80%. Na estrutura da despesa, é baixa a parcela reservada para os investimentos. No caso do gasto urbano, Ipojuca é um caso excepcional, atribuindo mais de 20% da despesa à função urbanismo, certamente para investir em melhoria dos serviços e infra-estrutura urbana do balneário de Porto de Galinhas, situado no território municipal.

Tabela 4.4
RMR. Indicadores da despesa do município pólo e dos demais municípios da Região Metropolitana do Recife (2003). Em %

Município Pólo e Demais Municípios	Estrutura da Despesa				Rigidez do Orçamento Total	Rigidez do Orçamento Fiscal	Prioridade de Gasto	
	Pessoal	Outras Despesas Correntes	Serviço da Dívida	Investimento e Outras			Gasto Social	Gasto Urbano
Recife (Pólo)	44,44	47,79	2,28	5,49	57,30	58,75	61,71	19,00
Demais Municípios	47,32	42,15	1,09	9,44	64,79	65,66	67,96	13,53

Fonte. Observatório (2005c) p. 19

4.3 INDICADORES DE INVESTIMENTOS E DE ENDIVIDAMENTO

Os indicadores de Endividamento e de Capacidade de Investimentos apresentam situação mais confortável na capital que no seu entorno. Deve-se tanto a um maior padrão administrativo quanto ao maior movimento econômico. (Tabela 4.5)

²³ Compete a esta Secretaria a Consolidação das Contas Públicas. Para isto, recebe informações dos Municípios, dos Estados e da União.

Tabela 4.5
RMR. Indicadores de endividamento e capacidade de investimento do município pólo e dos demais municípios da Região Metropolitana do Recife (2003) -Em %

Município Pólo e Demais Municípios	Investimento Efetivo	Equilíbrio de Curto Prazo		Sustentabilidade Investimento de Equilíbrio		Endividamento e Comprometimento de Receita		
		Sobre Total Investido	Sobre Total da Receita	Curto Prazo	Longo Prazo	Dívida Bruta / Receita Corrente Líquida	Dívida Líquida/ Receita Corrente Líquida	Serviço da Dívida / Receita Corrente Líquida
Recife (Pólo)	5,71	28,07	1,60	11,72	(2,59)	30,70	8,09	2,40
Demais Municípios	10,39	116,76	6,24	90,91	90,22	19,46	4,03	1,16

Fonte. Observatório (2005c) p. 20

A análise dos valores do PIB e a apresentação de alguns indicadores de desempenho fiscal demonstram que, há na Região Metropolitana do Recife, alguns municípios fora da capital que poderiam melhorar seu desempenho fiscal. Do lado da receita, ampliando a arrecadação municipal e, do lado da despesa ampliando os investimentos. Entre esses municípios, destaca-se Jaboatão dos Guararapes cujos indicadores para um município desse porte são pouco satisfatórios. E, numa perspectiva pro-ativa, torna-se urgente profissionalizar e incrementar a eficiência das administrações do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca que, num futuro próximo, deverão lidar com crescimento urbano acelerado provocado pelas oportunidades geradas pelos empreendimentos econômicos de Suape (Porto Industrial), de modo que as receitas municipais geradas possam converter-se em incremento da qualidade urbana e em desenvolvimento social. Ficou também patente que alguns municípios, com PIB per capita muito baixo tais como Camaragibe, Abreu e Lima, Moreno e Olinda, enfrentam problemas de relativa estagnação do PIB e, no contexto da pobreza da população e da insuficiência da receita, não têm como promover mudanças significativas do quadro urbano.

Alguns mecanismos de solidariedade fiscal entre municípios da mesma região metropolitana poderiam então ser necessários para que, garantindo uma maior equidade, se evite a excessiva concentração de riqueza, infra-estruturas e empreendimentos gerando, a termo, congestionamento em algumas áreas e abandono de outras, paulatinamente degradadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão que se coloca para a realização deste estudo, indaga até que ponto os municípios da Região Metropolitana do Recife, na sua diversidade e relações de complementaridade, apresentam condições financeiras de assumir ações em cooperação, entre si e com outros níveis de governo, visando participar ativamente de uma política de desenvolvimento urbano sustentável.

Na análise procedida, constata-se uma centralidade muito forte no pólo metropolitano, apesar da forte relação de complementaridade de quatro dos municípios que detém em relação ao pólo um nível muito alto de integração – Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista – e, ainda, do município vizinho Camaragibe, que estabelece um alto nível de integração com o Recife, com sua sede situada na extensão oeste da malha urbana que se amplia a partir do município pólo.

Observa-se, ainda, no estudo realizado, a importância do órgão de gestão metropolitana, que atua vinculado a um Conselho Metropolitano – o CONDERM, e desenvolve alguns planos, projetos e programas, articulando as ações de diversos municípios da RMR, procurando suprir a ausência de consórcios e de ações compartilhadas autonomamente entre municípios metropolitanos. E, ainda, exerce uma função de assessoria e apoio aos municípios menos equipados institucionalmente, no sentido de atualizar instrumentos normativos e legais de controle urbanístico, especialmente o Plano Diretor.

No momento em que são relacionadas, de um lado, as condições dos municípios da RM Recife, excetuando-se o pólo metropolitano e, alguns municípios que apresentaram avanços na sua gestão, expressos, inclusive, pela institucionalização e atuação de seus conselhos municipais, e de outro lado, as exigências do gasto com as políticas urbanas, onde predominam as despesas de capital, que envolvem recursos concentrados e com financiamento assegurado, tem-se dimensão do grande desafio a enfrentar. Especialmente se for levado em consideração que os mecanismos apresentados pelas políticas públicas no país vêm priorizando a autonomia dos municípios.

Sem mecanismos de solidariedade mais orgânicos entre municípios, há o risco da ampliação das desigualdades entre municípios mais equipados e atrativos para os investidores e outros relegados à condição de dormitórios cada vez mais precários. Perspectiva essa que se agrava, quando há anúncios e sinais de retomada dos investimentos no Pólo Central (Projeto Recife – Olinda) e evidente atração dos municípios da periferia sul da Região Metropolitana (Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca). Um olhar mais atento revela que mais do que a

desigualdade entre municípios, a desigualdade intramunicipal é importante, especialmente em municípios pólo e do núcleo de muito alta integração. A impotência em reduzir essa desigualdade resultou na proliferação de espaços fechados e hostis fragmentando a cidade em bolsões de riqueza onde se concentra a vida econômica oficial. As propostas de renovação dos espaços centrais, se não incluírem a requalificação de assentamentos populares pobres no mesmo ritmo dos novos empreendimentos, serão fadadas a ampliar essa desigualdade. Em periferias da Região Metropolitana, especialmente no Cabo e em Ipojuca e a Oeste com a duplicação da BR 232, há sinais e evidências de novos e grandes empreendimentos. Esses empreendedores encontram administrações municipais pouco profissionais e subdimensionadas e populações com pouca formação. Há então o risco de constituição de enclaves e da reprodução precoce de espaços segregados. Finalmente, fora dessas áreas de especial dinamismo e de desigualdade posta ou por vir, há muitos e extensos espaços com condições precárias de moradia em alagados, colinas e mesmo em conjuntos habitacionais mal conservados. Não há recursos locais suficientes para implantar ou recuperar as infraestruturas necessárias à qualidade da moradia e dos ambientes públicos. A recuperação desses espaços envolve um esforço nacional e coordenado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALHEIROS, Margareth et. Al., (2002). **Diagnóstico Ambiental, Urbanístico e Social dos Morros da Região Metropolitana do Recife**. Relatório – Programa Viva o Morro. Recife, FIDEM.

ALHEIROS, Margareth et. al., (2003). **Manual de Ocupação dos Morros da Região Metropolitana do Recife**. Programa Viva o Morro. Recife, FIDEM.

ALVES, Cleide, (2005). **Verba federal ajudará morros**. Jornal do Commercio. Recife, 24 abr. Caderno Cidades, p.4.

ANDRADE, Maurício, (2002). **Serviços Urbanos na Região Metropolitana do Recife**. Projeto MetrÓpole Estratégica. Recife, FIDEM.

BALTAR, Antônio Bezerra, (1951). **Diretrizes de um Plano Regional para o Recife**. Tese de Concurso para Cátedra da Escola de Belas Artes do Recife. Recife: Escola de Belas Artes do Recife.

BALTAR, Luis Antônio de Andrade, (2002). **Diagnóstico da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário**. Projeto MetrÓpole Estratégica. Recife, FIDEM.

BAQUERO, Marcelo, (2002). Democracia, cultura política e comportamento político: uma análise da situação brasileira. *In Democracia: teoria e prática*. (Org) PERISSINOTTO, Renato Monseff, FIKS, Mario. – Rio de Janeiro: Relume Dumará: Curitiba, PR: Fundação Araucária,

BITOUN, Jan, (2005). O Que revelam os Índices de Desenvolvimento Humano. In: RECIFE.Prefeitura; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; BRASIL.Ministério da Integração. Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife. Recife, CD-ROM.

BITOUN, Jan. (2002). **Programa de Administração Participativa de Camaragibe – PE**. Texto mimeo. Departamento de Ciências Geográficas/Observatório de Políticas Públicas – UFPE. – Recife-PE,

FIDEM, (1999). **Programa Governo dos Municípios. Regiões de desenvolvimento**. Recife, Fundação de Desenvolvimento Municipal – FIDEM.

FIDEM, (2002). **MetrÓpole Estratégica**. Recife: Fundação de Desenvolvimento Municipal.

FIDEM, (2002). **Projeto de Infra-estrutura em Áreas de Baixa Renda da RMR – PROMETRÓPOLE**. Recife: Fundação de Desenvolvimento Municipal.

GUIMARÃES NETO, Leonardo, (2002). **Mercado de trabalho na Região Metropolitana do Recife**. . Projeto MetrÓpole Estratégica. Recife, FIDEM.

IBGE. 2002a. **Economia, Produto Interno Bruto dos Municípios**. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. (<http://www.ibge.gov.br>)

_____ 2002b. **Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública**. (<http://www.ibge.gov.br>)

- LIMA Neto, O. (2000). *Um novo quadro institucional para os transportes públicos: condição sine Qua non par a melhoria da mobilidade e acessibilidade metropolitana*. In: **Transporte em Tempos de Reforma**, Enilson Santos e Joaquim Aragão (org), Brasília, LGE ed.
- LIMA, Rosa C. e BITOUN, Jan, (2004). *Os Conselhos Municipais da Região Metropolitana do Recife: Aspectos da Cultura Cívica*. In Orlando A. Santos Junior, Luiz César Q. Ribeiro e Sérgio de Azevedo (orgs.). **Governança democrática e poder local: a experiências dos conselhos municipais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, Fase.
- LIMA, Rosa Maria Cortês, ALMEIDA, Laura Maria Pedrosa, MENDONÇA, Djanise Barros de Arruda, (1998). **Fórum Estadual de Assistência Social: construindo espaços de participação e cidadania**. Texto apresentado no XVI Congresso Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, Santiago-Chile.
- LYRA, Maria Rejane S. B., SOUZA, Maria Angela e BITOUN, Jan, (2005). *Demografia e Saúde: Perfil da População*. In **Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife**. Recife, Prefeitura do Recife,
- LYRA, Maria Rejane Souza de Britto, (2003). **O processo de migração de retorno no fluxo Pernambuco-São Paulo-Pernambuco**. Tese de doutorado. Campinas, UNICAMP.
- MAIA, Maria Leonor Alves, (2005). *Transporte, Cidade e Cidadão*. In: Santos Junior et all. **Programa Disciplinar de Políticas Públicas e Gestão Local**. Rio de Janeiro: Fase.
- MARINHO, Geraldo, (2002). **Considerações sobre o Uso e Ocupação do Solo na Região Metropolitana do Recife**. Projeto MetrÓpole Estratégica. Recife, FIDEM.
- MIRANDA, LÍvia I. B. e SOUZA, Maria Angela A., (2004). *Macro Análise do Setor Habitacional (nos Segmentos Formal e Informal) para a Região Metropolitana do Recife*. Texto produzido para o **Relatório 1 - Evolução da Habitação Informal em Três MetrÓpoles do Brasil - Recife, Curitiba e Distrito Federal e Entorno Imediato**. Recife, BIRD, Cities Alliance, CondepeFidem.
- MIRANDA, LÍvia, (2002). **Habitação de Interesse Social no Recife: considerações para a formulação da política habitacional municipal**. Recife: Observatório PE, Disponível no site: (www.redehabitat.tk)
- _____, (2005). *Desenvolvimento Humano e Habitação no Recife*. In: RECIFE.Prefeitura; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; BRASIL.Ministério da Integração. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife**. Recife, CD-ROM.
- MORAES, Demóstenes, (2002). **Por uma Política Habitacional de Interesse Social para o Recife**. Recife: Observatório PE, (Mimeografado).
- MOREIRA, Morvan, (2001). **2000-2005. Projeções Preliminares da População dos Municípios da Região Metropolitana do Recife por Grupos de Idades**: Recife: Prefeitura do Recife,.
- OBSERVATÓRIO, (2005a). **Análise das Regiões metropolitanas do Brasil: Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias**. Rio de Janeiro: Observatório das MetrÓpoles, FASE/IPPUR/IPARDES, (Relatório da Atividade 01)
- _____, (2005b). **Tipologia Social e Identificação das Áreas Vulneráveis**. Relatório para o Ministério das Cidades – Rio de Janeiro, Observatório das MetrÓpoles, IPPUR – UFRJ, 2005.

_____ (2005c). **Análise do Desempenho Fiscal dos Municípios das Áreas Metropolitanas.** Relatório para o Ministério das Cidades – Rio de Janeiro, Observatório das Metrôpoles, IPPUR – UFRJ.

_____ (2005d). **Desigualdades Intraurbanas nas Metrôpoles Brasileiras.** Base de dados, organizada por município e área de expansão da amostra do Censo 2000. (www.observatorio.tk).

PATARRA, Neide; PACHECO, Carlos Américo, (2000). **Dinâmica Demográfica Regional e as Novas Questões Populacionais no Brasil.** Campinas: UNICAMP.

RECIFE, Prefeitura da Cidade do. (1996). **Recife. Projeto de cidade, prática de participação.** Recife, PCR.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida, (2003). **Política Habitacional para os Excluídos: O Caso da Região Metropolitana do Recife.** Recife: Observatório PE de Políticas Públicas / FASE PE, (www.redehabitare.tk).

ANEXO

Tabela A.1
RMR. Áreas de Expansão de Dados da Amostra – AED, 2000

Nº	MUNICÍPIO	NOME_AED	CÓDIGO
1	Abreu e Lima	Desterro	2600054001001
2	Abreu e Lima	Centro	2600054001002
3	Abreu e Lima	Desterro, Caetes I e II	2600054001003
4	Abreu e Lima	Caetes I e II	2600054001004
5	Abreu e Lima	Pitangas, Caetes II	2600054001005
6	Araçoiaba	Araçoiaba	2601052001001
7	Cabo de Santo Agostinho	Centro, Charneca e Pirapama	2602902001005
8	Cabo de Santo Agostinho	Jussaral, Ponte dos Carvalho	2602902001099
9	Camaragibe	Timbi e Celeiro	2603454001001
10	Camaragibe	Centro, Vila da Fabrica e Primavera	2603454001002
11	Camaragibe	Bairro Novo, Estados e Alberto Maia	2603454001003
12	Camaragibe	Sao Joao, Sao Pedro e Sao Paulo	2603454001004
13	Camaragibe	Tabatinga	2603454001005
14	Camaragibe	Aldeia	2603454001006
15	Igarassu	Centro	2606804001001
16	Igarassu	Cruz de Reboucas, Ana Albuquerque	2606804001002
17	Igarassu	Tres Ladeiras e Queimadas	2606804001003
18	Igarassu	Nova Cruz e Cruz de Reboucas	2606804001004
19	Ipojuca	Sede	2607208001005
20	Ipojuca	Litoral	2607208001099
21	Ilha de Itamaraca	Ilha de Itamaraca	2607604001001
22	Itapissuma	Itapissuma	2607752001001
23	Jaboatão dos Guararapes	Prazeres, Vaquejada	2607901001001
24	Jaboatão dos Guararapes	Prazeres,Lagoa Olho Dagua	2607901001002
25	Jaboatão dos Guararapes	Piedade, Candeias e Curva do	2607901001003
26	Jaboatão dos Guararapes	Candeias	2607901001004
27	Jaboatão dos Guararapes	Marcos Freire, Guararapes	2607901001005
28	Jaboatão dos Guararapes	Montes Guararapes, Jardim Jordao	2607901001006
29	Jaboatão dos Guararapes	Piedade, Aritana	2607901001007
30	Jaboatão dos Guararapes	Prazeres, Estrada da Batalha	2607901001008
31	Jaboatão dos Guararapes	Cajueiro Seco	2607901001009
32	Jaboatão dos Guararapes	Piedade Av. Copacabana	2607901001010
33	Jaboatão dos Guararapes	Barra de Jangada	2607901001011
34	Jaboatão dos Guararapes	Dom Helder	2607901001012
35	Jaboatão dos Guararapes	Guararapes	2607901001013
36	Jaboatão dos Guararapes	Conjunto Muribeca	2607901001014
37	Jaboatão dos Guararapes	Vila da Muribeca, Comportas	2607901001015
38	Jaboatão dos Guararapes	Piedade, Massangana	2607901001016
39	Jaboatão dos Guararapes	Cavaleiro	2607901002001
40	Jaboatão dos Guararapes	Sucupira	2607901002002
41	Jaboatão dos Guararapes	Dois Carneiros	2607901002003
42	Jaboatão dos Guararapes	Zumbi do Pacheco, UR 6 e UR	2607901002004
43	Jaboatão dos Guararapes	Alto do Ceu, Curado I	2607901002005
44	Jaboatão dos Guararapes	Curado	2607901002006
45	Jaboatão dos Guararapes	Sto Aleixo, Manassu	2607901003001
46	Jaboatão dos Guararapes	Jaboatao Centro, Floriano	2607901003002
47	Jaboatão dos Guararapes	Jaboatao Centro, Vista Alegre	2607901003003

Nº	MUNICIPIO	NOME_AED	CÓDIGO
48	Jaboatão dos Guararapes	Jaboatão Centro, Vila Rica	2607901003004
49	Moreno	Moreno	2609402001001
50	Olinda	Passarinho	2609600999001
51	Olinda	Águas Compridas, Sapucaia	2609600999002
52	Olinda	Sítio Novo, Peixinhos	2609600999003
53	Olinda	Jardim Brasil, Vila Popular	2609600999004
54	Olinda	Ouro Preto	2609600999005
55	Olinda	Jardim Fragoso, Bultrins	2609600999006
56	Olinda	Bairro Novo, Casa Caiada, Jardim Atlântico	2609600999007
57	Olinda	Cidade Alta, Varadouro	2609600999008
58	Olinda	Tabajara, Rio Doce	2609600999009
59	Olinda	Tabajara, Zona Rural	2609600999010
60	Paulista	Janga	2610707999001
61	Paulista	Pau Amarelo, Maria Farinha	2610707999002
62	Paulista	Jardim Maranguape, Mata do Janga	2610707999003
63	Paulista	Maranguape II	2610707999004
64	Paulista	Engenho Maranguape	2610707999005
65	Paulista	Fragoso, Maranguape I	2610707999006
66	Paulista	Maranguape I	2610707999007
67	Paulista	Mirueira, Jardim Paulista	2610707999008
68	Paulista	Jardim Paulista Alto e Paratibe	2610707999009
69	Paulista	Artur Lundgren	2610707999010
70	Paulista	Conceição	2610707999011
71	Paulista	Centro Nobre, Torres Galvao	2610707999012
72	Recife	Santo Amaro, Bairro do Recife	2611606999001
73	Recife	Boa Vista, Soledade, Ilha do Leite,	2611606999002
74	Recife	Sto Antonio, Sao Jose, Cabanga	2611606999003
75	Recife	Arruda, Campina do Barreto,	2611606999004
76	Recife	Rosarinho, Encruzilhada, H	2611606999005
77	Recife	Campo Grande	2611606999006
78	Recife	Fundao, Cajueiro, Porto da	2611606999007
79	Recife	Bomba do Hemeterio, Alto S	2611606999008
80	Recife	agua Fria	2611606999009
81	Recife	Beberibe, Linha do Tiro	2611606999010
82	Recife	Dois Unidos	2611606999011
83	Recife	Tamarineira, Parnamirim, Santana	2611606999012
84	Recife	Derby, Graças, Jaqueira	2611606999013
85	Recife	Casa Amarela, Alto do Mandú	2611606999014
86	Recife	Espinheiro, Aflitos	2611606999015
87	Recife	Poco, Monteiro, Apipucos,	2611606999016
88	Recife	Vasco da Gama	2611606999017
89	Recife	Mangabeira, Alto Jose do P	2611606999018
90	Recife	Morro da Conceição, Alto Jose Bonifácio	2611606999019
91	Recife	Macaxeira, Córrego do Jenipapo	2611606999020
92	Recife	Nova Descoberta	2611606999021
93	Recife	Brejo de Beberibe, Brejo da Guabiraba	2611606999022
94	Recife	Guabiraba, Passarinho	2611606999023
95	Recife	Cordeiro	2611606999024
96	Recife	Torre	2611606999025
97	Recife	Prado, Zumbi	2611606999026
98	Recife	Iputinga	2611606999027

99	Recife	Torrões, Engenho do Meio	2611606999028
100	Recife	Madalena, Ilha do Retiro	2611606999029
101	Recife	Caxanga, Varzea, Cidade Universitar	2611606999030
102	Recife	Varzea, UR 7	2611606999031
103	Recife	Bongi, Mustardinha, Mangueira	2611606999032
104	Recife	Afogados	2611606999033
105	Recife	Areias	2611606999034
106	Recife	Jardim Sao Paulo	2611606999035
107	Recife	Sancho, Coqueiral	2611606999036
108	Recife	Curado, Totó	2611606999037
109	Recife	San Martin	2611606999038
110	Recife	Jiquia, Estancia	2611606999039
111	Recife	Barro, Tejipio	2611606999040
112	Recife	Boa Viagem, Orla	2611606999041
113	Recife	Boa Viagem, Setubal	2611606999042
114	Recife	Boa Viagem, Shopping	2611606999043
115	Recife	Pina	2611606999044
116	Recife	Imbiribeira	2611606999045
117	Recife	Vila Pinheiros, Sitio Grande, Lagoa	2611606999046
118	Recife	Ibura, Vila do SESI	2611606999047
119	Recife	Ibura de Baixo, Aeroporto	2611606999048
120	Recife	UR 1, UR 2, UR 3, UR 4, UR 5, UR 10	2611606999049
121	Recife	Tres Carneiros	2611606999050
122	Recife	IPSEP	2611606999051
123	Recife	Brasília Teimosa	2611606999052
124	Recife	Jordao	2611606999053
125	São Lourenço da Mata	Centro	2613701001001
126	São Lourenço da Mata	Sao Joao, Sao Paulo	2613701001002
127	São Lourenço da Mata	Parque Capibaribe	2613701001003
128	São Lourenço da Mata	Nossa Senhora da Luz, Muribara	2613701001004

Fonte: IBGE. Microdados da Amostra - Novembro/ 2002